

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

ADRIANA GONÇALVES SARAIVA

**NOTÍCIAS SOBRE MINORIAS NO CENSO 2010:
COMUNICAÇÃO DE ESTATÍSTICAS PÚBLICAS
PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA**

Rio de Janeiro
2015

ADRIANA GONÇALVES SARAIVA

**NOTÍCIAS SOBRE MINORIAS NO CENSO 2010:
COMUNICAÇÃO DE ESTATÍSTICAS PÚBLICAS
PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a RAQUEL PAIVA

Rio de Janeiro

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

SARAIVA, Adriana Gonçalves.

Notícias sobre Minorias no Censo 2010: Comunicação de Estatísticas públicas para o fortalecimento da Cidadania.

Adriana Gonçalves Saraiva. Rio de Janeiro, 2015.

117 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO, 2015.

Orientadora: Raquel Paiva.

1. Minorias. 2. Cidadania 3. Estatísticas 4. Desigualdade 5. Mídia 6. Comunicação Pública I. Raquel Paiva (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO**ADRIANA GONÇALVES SARAIVA****NOTÍCIAS SOBRE MINORIAS NO CENSO 2010:
COMUNICAÇÃO DE ESTATÍSTICAS PÚBLICAS
PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

APROVADA EM: 27/02/2015

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr.^a Raquel Paiva - UFRJ (Orientadora)

Professora Dr.^a Patricia Saldanha - UFF (Examinadora)

Professor Dr.^o Muniz Sodré - UFRJ (Examinador)

Professor Dr.^o Mohammed Elhajji - UFRJ (Examinador)

DEDICATÓRIA

A Luísa Saraiva Neto e Lucas Saraiva Neto,
Todo meu amor e gratidão,
pela oportunidade de ser mãe.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, minha irmã e irmãos, com quem posso contar em todos os momentos.

Ao meu marido, Alberto, parceiro incondicional de uma jornada de mais de 25 anos.

A Maria das Graças, por ter cuidado dos meus filhos, enquanto eu estudava.

A minha orientadora, Raquel Paiva, cuja grandeza intelectual e generosidade se assemelham, e que vive na prática suas teorias a respeito da comunidade, colocando lado a lado o aspecto racional e o sensível.

Aos Mestres da Escola de Comunicação da UFRJ, que renovaram minha fé no campo da Comunicação Social, especialmente Muniz Sodré, Raquel Paiva, Mohammed Elhajji, Marialva Barbosa e Eduardo Coutinho.

A Camila Escudero, que me ensinou, com bondade e paciência, o que é a produção científica, sugerindo melhorias onde os argumentos estavam frágeis, e fez a revisão, resumo e *abstract*.

Aos amigos do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC), que foram generosos em compartilhar leituras, ideias e artigos.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFRJ, à Coordenação e aos funcionários da Secretaria, especialmente Thiago Couto, que resolveu com eficiência e presteza as questões administrativas durante o curso.

Aos alunos da disciplina IBGE para Jornalistas, com quem compartilhei as dúvidas sobre a comunicação das Estatísticas públicas e aprendi mais do que ensinei.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que me concedeu licença em tempo integral para frequentar o Mestrado, sem a qual seria impossível fazê-lo, um agradecimento especial, nas pessoas da Presidente Wasmália Socorro Bivar, e das gerentes da Comunicação Silvia Maia Fonseca, Mariana Vieira Viveiros e Tania Mara Soares.

Aos servidores do IBGE, que sempre me transmitiram o orgulho e importância de trabalhar na instituição, especialmente aos amigos da Coordenação de Comunicação Social, que durante a minha licença fizeram o meu trabalho.

Aos brilhantes professores e aos colegas do Radix, cuja ajuda foi decisiva para a aprovação na concorrida seleção do Mestrado.

A professora Sonia Virginia Moreira, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Uerj, que gentilmente me orientou na preparação do projeto de pesquisa, e ao professor Dênis de Moraes, da UFF, pelas sugestões valiosas na Qualificação, e pelo exemplo de persistência na luta contra-hegemônica.

A minha amiga Neila Martinho, pela gentileza de produzir belas tabelas com os resultados da pesquisa, e aos meus amigos e amigas, que não mencionei aqui, mas que partilharam todas as etapas dessa importante conquista.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadros

1. Estrutura Organizacional do IBGE
2. Custos dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (em R\$)
3. Reuniões e membros cadastrados por tipo de comissão
4. Categorias raciais nos Censos Demográficos – Brasil – 1972/2010
5. Fração amostral e número de municípios, segundo as classes de tamanho da população dos municípios – Censo Demográfico 2010
6. Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, e percentual do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em relação ao dos homens, segundo as Grandes Regiões – 2000/2010
7. Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões – 2000/2010
8. Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade – Brasil – 2000/2010
9. Composição da população residente, por sexo e situação de domicílio, segundo os grupos de idade – Brasil – 2010
10. Distribuição das pessoas de 15 a 24 anos de idade que frequentavam escola, por cor ou raça, segundo o nível de ensino frequentado – Brasil – 2010
11. Representatividade espacial da população por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010
12. Distribuição percentual das pessoas de até 10 anos de idade, por condição de indígena, residente em terras indígenas, segundo tipo de registro de nascimento – Brasil – 2010
13. Percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência – Brasil – 2010
14. Pessoas que residiam em país estrangeiro há cinco anos antes da data de referência do censo e participação relativa, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – períodos 1995/2000 e 2005/2010
15. Percentual da população residente, por grupos de religião – Brasil – 1872/1991

16. Número de exemplares produzidos para as atividades de divulgação do Censo Demográfico, segundo a categoria de material – 2010
17. Inserções realizadas por meio de Comunicação utilizada na Publicidade do Censo 2010
18. Peças produzidas para a campanha publicitária do Censo 2010, por tipo de peça

Tabelas

1. Documentos do IBGE analisados
2. *Releases* analisados
3. *Releases* excluídos da análise – Parte 1
4. *Releases* excluídos da análise – Parte 2
5. Número de notícias do *GI*, segundo datas de divulgação do Censo 2010 e Minorias
6. Minorias nas notícias
7. Minorias nos *releases*

SARAIVA, Adriana Gonçalves. **Notícias sobre minorias no Censo 2010: Comunicação de Estatísticas públicas para o fortalecimento da cidadania**. Orientadora: Raquel Paiva. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RESUMO

Partindo da constatação de que as Estatísticas públicas comprovam que a desigualdade atinge, de modo mais acentuado, as minorias sociais, este trabalho tem como objetivo verificar se a divulgação do Censo 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contribuiu para o fortalecimento da Cidadania das Minorias brasileiras. Para isso – utilizando as perspectivas teóricas marxista (Gramsci) e comunitarista (Paiva, Peruzzo) –, propomos uma análise de conteúdo dos releases e das notícias sobre o Censo, veiculadas pelo Portal G1, além de análise documental das diretrizes, políticas e planos de comunicação do IBGE. Como resultado, destacamos que, ao privilegiar aspectos demográficos, a mídia não aprofunda o debate sobre desigualdade econômica, vulnerabilidade social e subordinação político-cultural que envolve as Minorias, revelando a necessidade de um novo modelo de divulgação de Estatísticas públicas.

Palavras-chave: Minorias; Cidadania; Desigualdade Econômica; Estatísticas; Mídia; Comunicação Pública

SARAIVA, Adriana Gonçalves. **Notícias sobre minorias no Censo 2010: Comunicação de Estatísticas públicas para o fortalecimento da cidadania.** Orientadora: Raquel Paiva. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ABSTRACT

The government statistics shows that social inequality reaches specially the social minorities. So, this study aims to examine if disclosure of the Census 2010 produced by Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contributed to the strengthening of Brazilian minorities' citizenship. To do this, using the theoretical perspectives Marxist (Gramsci) and communitarian (Paiva, Peruzzo), we propose a content analysis of releases and journalistic news about the Census, published by Portal G1, besides a documentary analysis of the guidelines, policies and IBGE communication plans. As a result, we point out that, focusing in the demographics, the media does not deeply discuss about economic inequality, social vulnerability and political and cultural subordination involving minorities. It shows the need for a new government statistics disclosure model.

Keywords: minorities; citizenship; economic inequality; statistics; media; public communication

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. MINORIAS E CIDADANIA: A BUSCA DA IGUALDADE EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL	22
2.1. A construção do conceito de Minorias	24
2.1.1. Um termo interdisciplinar	24
2.2. A Cidadania clássica e outras Cidadanias	27
2.3. Comunicação, Cidadania e Minorias: perspectiva crítica	31
3. DIMENSÃO DISCURSIVA DAS ESTATÍSTICAS	35
3.1. Estatísticas: Ciência ou tecnologia de poder	36
3.1.1. IBGE: Breve histórico	36
3.1.2. IBGE <i>versus</i> independência política	40
3.2. Gramática da notícia Estatística	47
3.3. Comunicação cidadã de Estatísticas	54
4. MINORIAS, ESTATÍSTICAS PÚBLICAS E O CENSO 2010	59
4.1. A operação censitária	59
4.2. Censo demográfico e Minorias	63
4.2.1. Detalhamento metodológico do Censo 2010	67
4.3. Retratos das Minorias no Censo 2010	69
4.3.1. Mulheres	69
4.3.2. Crianças	71
4.3.3. Idosos	73
4.3.4. Homossexuais	74
4.3.5. Negros	75
4.3.6. Índios	77
4.3.7. Deficientes	78
4.3.8. Imigrantes	80
4.3.9. Praticantes de Candomblé/Umbanda	81

5. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO CENSO 2010	83
5.1. Políticas de Comunicação	85
5.2. O plano de ações de Comunicação do Censo 2010	89
5.3. Práticas e ferramentas de Comunicação	95
5.4. Análise das notícias e <i>releases</i>	96
5.4.1. Aspectos metodológicos	97
5.4.2. A análise das notícias	100
5.4.3. A análise dos <i>releases</i>	102
5.4.4. Publicações: uma análise extra	104
5.4.5. Outras observações	106
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS	118

1. INTRODUÇÃO

*Vi ontem um bicho
 Na imundície do pátio
 Catando comida entre os detritos.
 Quando achava alguma coisa,
 Não examinava nem cheirava:
 Engolia com voracidade.
 O bicho não era um cão,
 Não era um gato,
 Não era um rato.
 O bicho, meu Deus, era um homem.
Manuel Bandeira, O bicho, 1947*

A cena de que trata o poema, da epígrafe acima, escrita na década de 40 do século passado, ainda pode ser vista nos dias de hoje, em um dos lixões espalhados pelas periferias das metrópoles brasileiras, que recebem os restos de uma sociedade marcada pela desigualdade e que se sustenta a partir da produção e disseminação da cultura capitalista. O homem do poema está imerso em uma realidade na qual não se praticam valores sociais como igualdade, solidariedade e respeito e o que está em jogo é a sobrevivência física frente ao risco iminente da morte pela fome ou doença. A ficção do poema nos remete à situação real de milhares de pessoas, entre elas, mulheres, idosos, crianças, negros e índios, que sobrevivem a partir dos restos da sociedade de consumo.

O retrato dessa desigualdade foi mostrado pelos resultados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a mais extensa pesquisa de indicadores sociais do país, realizada a cada dez anos. A partir dos dados do Censo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) produziu um relatório que revelou que, naquele ano, o Brasil situava-se entre os países com pior Índice de Gini¹ no mundo (0,56), ficando à frente da Bolívia, Madagáscar e Camarões, que dividiam a segunda colocação na desigualdade (0,59), e Haiti, Tailândia e África do Sul, no primeiro lugar da desigualdade (0,60).

Entre as regiões do país, de acordo com o Censo 2010, o Centro-Oeste (0,544) apresentava, em 2010, a maior desigualdade, enquanto a melhor distribuição de riqueza ocorria na região Sul (0,481). A desigualdade nas áreas urbanas (0,521) era mais elevada do que nas áreas rurais (0,453). Os dados mostraram que, em comparação ao Censo 2000, houve

¹ Índice de Gini é a medida do grau de concentração da distribuição de renda, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

uma relativa melhora na distribuição da riqueza. A redução da desigualdade pode ser vista considerando-se a queda de 5,3% no rendimento médio mensal dos 10% da população com maiores rendimentos, frente ao crescimento real de 35,9% na renda dos 10% com menores remunerações. Apesar dos avanços, a desigualdade permanecia grande, em 2010, já que 10% das pessoas com os maiores rendimentos detinham 44% do total de renda, enquanto 10% com os mais baixos rendimentos possuíam, apenas, 1,1% da riqueza do país.

As Estatísticas públicas comprovam que a desigualdade atinge, frequentemente, de modo mais acentuado as Minorias sociais. Desse modo, grupos caracterizados por maior fragilidade física, social ou cultural estão mais sujeitos a condições inadequadas de vida. Os indicadores sociais produzidos pelo IBGE, no Censo 2010, explicitaram a condição de vulnerabilidade de diversas Minorias, dentre as quais escolhemos nove como foco dessa dissertação: mulheres, crianças, idosos, negros, índios, homossexuais, deficientes, praticantes de Candomblé/Umbanda e imigrantes.

Apesar de mulheres e negros² serem maioria quantitativa na população, ambos com cerca de 51% de um total de mais de 200 milhões de pessoas, configuram-se Minorias pois não vivem em situação de igualdade de oportunidades em relação à maioria. Por exemplo, as mulheres ganhavam, segundo o Censo 2010, cerca de 74% do salário dos homens, realizando o mesmo trabalho. Já o rendimento nominal médio mensal dos brancos era de R\$ 1.750,77, enquanto o dos negros era de cerca de R\$ 900,00. Do mesmo modo, enquanto a taxa de analfabetismo entre brancos era de 5,9%, a dos negros era 14,4%, nessa pesquisa.

Em situação semelhante de vulnerabilidade, viviam as crianças que, apontou o Censo, estavam mais sujeitas a condições precárias de saneamento do que outros grupos da população: na idade de 0 a 4 anos, 15,1% delas viviam em áreas com esgoto a céu aberto e 6,4% em locais com acúmulo de lixo. O Censo 2010 revelou, também, que havia 1,6 milhão de crianças e adolescentes entre 10 a 15 anos trabalhando, faixa de idade em que o trabalho infantil é proibido por lei, sendo que entre 14 a 15 anos as crianças poderiam trabalhar, apenas, como aprendizes. O Censo 2010 mostrou, ainda, que 23,9% dos brasileiros, entre eles 67,7% dos idosos de mais de 65 anos, possuíam pelo menos uma deficiência (visual, auditiva, física ou mental), ou seja, não conseguiam ou tinham dificuldade de enxergar, ouvir, se locomover, subir escadas ou trabalhar. Pretos e pardos mostram maior proporção de pessoas abaixo de 40 anos; já os brancos têm maior proporção de idosos – maiores de 65 anos e, principalmente,

² Consideramos como negros, nesta dissertação, a soma das categorias pretos e pardos, da classificação de cor e raça do IBGE, semelhante a entidades do movimento negro.

maiores de 80 anos de idade – o que provavelmente está ligado às diferenças de condições de vida e acesso a cuidados de saúde, bem como à participação desigual na distribuição de rendimentos.

A desigualdade brasileira se dá de acordo com a geografia. As regiões Norte e Nordeste aparecem com os piores indicadores sociais, enquanto o Sul e o Sudeste têm melhor qualidade de vida. A mortalidade infantil, por exemplo – 15,6 por mil crianças para o total do Brasil – era 18,5 no Nordeste, enquanto no Sul era 12,6 por mil, em 2010. Entre as crianças de 7 a 14 anos fora da escola, cujo percentual para o total do país era de 3,1%, a região Norte registrava 6,1%, mais que o dobro da região Sudeste (2,8%) e Sul (2,5%). Quanto à desigualdade de gênero, Santa Catarina era o Estado onde o salário entre homens e mulheres era mais desigual. No Estado, mulheres ganhavam 67,4% em relação aos homens, enquanto o Amapá apresentava a menor desigualdade, com as mulheres ganhando 88,6%.

Esses resultados do Censo 2010 evidenciam o papel central do IBGE na definição das políticas públicas, pois o Instituto produz informações Estatísticas e geográficas que possibilitam aos governantes estabelecerem prioridades para a melhoria das condições de vida das pessoas. Mas, além disso, coloca em relevo o tema da Comunicação das Estatísticas públicas, pois a partir do conhecimento dos indicadores sociais, as Minorias podem buscar Cidadania.

Há uma série de leis e normas, nacionais e internacionais, que visam garantir a prestação da informação para fins de Estatísticas públicas, o sigilo do informante, além de valores como imparcialidade, igualdade de acesso, eficiência e confidencialidade, na produção e na Comunicação das Estatísticas públicas. Nessa dissertação, no entanto, evidencia-se que a produção e divulgação das Estatísticas públicas são processos complexos e contraditórios, atravessados por ética, políticas, discursos, tecnologias e ações, que algumas vezes não avançam na mesma direção. Nesse sentido, por serem produzidas com recursos humanos, financeiros e materiais custeados por toda a sociedade, é extremamente relevante questionar a contribuição das Estatísticas para a efetiva transformação social.

Em relação às Minorias sociais, o Estado tem um triplo papel: o de produzir as Estatísticas, comunicar e implementar as políticas públicas com o objetivo de reduzir a desigualdade social. À Sociedade, ou especificamente às Minorias, por sua vez, cabe influenciar a produção das Estatísticas, buscando serem representadas de forma adequada, e utilizar os dados para avançar na luta pela busca da Cidadania. Nessa dissertação, é mostrado o papel preponderante da Mídia hegemônica na divulgação das Estatísticas, confirmando a

hipótese gramsciana de seu papel de mediação entre Estado e Sociedade.

A partir dessa perspectiva, perguntou-se se as notícias sobre Minorias no Censo 2010 contribuíram para o fortalecimento da Cidadania dessas Minorias. Essa questão, que se colocou no decorrer da divulgação do Censo³ 2010, foi o problema central desta dissertação, que pretendeu compreender as representações das Minorias nas notícias sobre o Censo 2010, veiculadas pelo *Portal da Globo G1*⁴. A pesquisa revelou, por exemplo, o percentual de notícias sobre Minorias entre as notícias sobre o Censo; quais Minorias foram mais e menos noticiadas pelo *G1*, e se as notícias sobre Minorias mostraram a fragilidade social à qual as Minorias estão submetidas. Os *releases* do IBGE com resultados do Censo também foram objeto de análise, pressupondo-se que tiveram influência determinante no noticiário. Como ferramenta metodológica para auxiliar, nesse trabalho, elegeu-se a Análise de Conteúdo inspirada em Bardin⁵ (2014). Também foram parte integrante da pesquisa, as estratégias de divulgação, as ferramentas tecnológicas e os canais de Comunicação utilizados pelo IBGE na divulgação do Censo 2010, que foram pensados a partir da análise de documentos como a *Política de Comunicação Integrada* e o *Planejamento Estratégico do Instituto*, entre outros.

A Análise de Conteúdo foi realizada a partir de uma amostra com dez *releases* do IBGE com resultados do Censo 2010 e 98 notícias publicadas no *Portal G1*, referentes a nove datas de divulgação de resultados do Censo 2010, compreendidas entre 29 de novembro de 2010 e 19 de dezembro de 2012. Esses dois anos concentraram as principais divulgações. A análise comparativa de *releases* e notícias possibilitou estabelecer relações de semelhança, diferença, proximidade ou distanciamento entre eles, o que conduziu a hipóteses a respeito da influência que o texto do *release* tem sobre a produção do conteúdo do Jornalismo em “tempo real” praticado no *Portal G1*.

Além disso, a análise lançou luz sobre a questão das representações jornalísticas a respeito das Minorias na Mídia hegemônica, revelando quais delas foram mais e menos apresentadas e por que outras não foram sequer mencionadas. A análise qualitativa evidenciou, também, aquelas Minorias que, tanto nos *releases* quanto nas notícias, foram tratadas apenas

³ A autora deste artigo é servidora pública do IBGE desde 2005, onde atua como assessora de imprensa. Entre 2013 e 2015, obteve licença – em período integral e remunerada – para fazer o Mestrado em Comunicação e Cultura na Escola de Comunicação da UFRJ, curso no qual foi produzida essa dissertação.

⁴ Link: <http://g1.globo.com/>

⁵ Laurence Bardin, professora-assistente de Psicologia na Universidade de Paris V, aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas. A autora define a Análise de Conteúdo atualmente como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados” (BARDIN, 2014, p.11).

do ponto de vista demográfico (quantitativamente), sem que os textos revelassem a vulnerabilidade de suas condições de vida.

Nossa hipótese foi que na maior parte das notícias sobre Minorias que utilizaram Estatísticas do Censo 2010, a fragilidade à qual são submetidas as Minorias – política-cultural, social ou econômica desses grupos – não teria sido explicitada. E com isso as notícias sobre Minorias no Censo não teriam contribuído para a Cidadania. Nesse sentido, vamos construir a dissertação a partir do entendimento de que uma vez que as Minorias são representadas pelas Estatísticas públicas e na Mídia ganham espaço para suas demandas sociais, o que contribui para o fortalecimento da Cidadania.

A escolha do *Portal G1* decorreu do fato de conciliar duas características fundamentais para a pesquisa: a hegemonia do veículo, em termos econômicos, no contexto da Comunicação no país, e por se tratar de um veículo na internet, lugar onde se dá o compartilhamento instantâneo das informações – por *E-mail*, *Facebook* ou *Twitter* –, muito utilizado pelos integrantes dos movimentos sociais que defendem Minorias.

Quanto a sua propriedade empresarial, o *G1* é o portal de notícias que pertence ao maior conglomerado de Comunicação no país, o Grupo Globo. Lançado em 18 de setembro de 2006, sob a orientação da Central Globo de Jornalismo, o portal disponibiliza o conteúdo de Jornalismo das diversas empresas do Grupo Globo – Rede Globo, Globo News, Rádios Globo e CBN, Jornais *O Globo* e *Diário de São Paulo*, revistas *Época* e *Globo Rural*, entre outros. Além das matérias produzidas pela redação do *G1*, veicula notícias de diversos outros veículos e agências: Agência Estado, Valor Econômico, Reuters, BBC, EFE.

Pressupõe-se que o conteúdo do *G1*, produzido por uma grande quantidade de veículos de Comunicação hegemônica, fortalece a escolha do objeto empírico. No fim de 2010, por exemplo, o portal integrou as redes afiliadas do Grupo Globo em todo o país⁶. As versões do *G1* em inglês e no espanhol foram lançadas em 2010 e têm os vídeos legendados nos dois idiomas. O *G1* também tem a versão *mobile*.

Pretendeu-se, nesse trabalho, enriquecer a perspectiva inicial de um estudo de Mídia

⁶ A integração começou nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (conteúdo da Globo São Paulo e Globo Rio). Em seguida, os estados de Minas Gerais (Globo Minas e TV Integração), Paraná (RPC TV), Bahia (Rede Bahia) e Distrito Federal (Globo Brasília). Mais recentemente, Mato Grosso (TV Centro América), Mato Grosso do Sul (TV Morena), Ceará (TV Verdes Mares), Espírito Santo (TV Gazeta ES), Goiás (Rede Anhangüera), Paraíba (TV Paraíba e TV Cabo Branco), Amazonas (Rede Amazônica), Pernambuco (Globo Nordeste), Rio Grande do Sul (RBS TV RS), Sergipe (TV Sergipe), Maranhão (Rede Mirante), Pará (Rede Liberal), Rondônia (Rede Amazônica), Santa Catarina (RBS TV SC), Rio Grande do Norte (InterTV Cabugi), Piauí (TV Clube), Alagoas (TV Gazeta Alagoas), Acre (Rede Amazônica) e regiões de cobertura da TV TEM, da EPTV, da TV Tribuna, da Rede Vanguarda, da InterTV, da TV Rio Sul e da TV Asa Branca. Posteriormente, teve início o *G1 Tocantins*.

sobre Minorias, pensando as relações entre Estatística, Estado e Mídia para a manutenção do sistema hegemônico. Pesquisar Minorias e Estatísticas é uma oportunidade de se refletir, também, sobre as classificações sociais adotadas pelo Estado. Diante da desigualdade econômica, do emprego informal, do aumento dos fluxos de imigrações e de episódios de machismo, racismo, violência contra crianças e idosos, descaso com deficientes, homofobia e xenofobia, na sociedade contemporânea, entendeu-se ser relevante pesquisar as notícias sobre Minorias. Secundariamente, percebeu-se que o tema foi pouco investigado, especialmente com o enfoque interdisciplinar Mídia e Estatística. A pesquisa possibilitou, ainda, refletir sobre alternativas de Comunicação pública das Estatísticas, que atendam à Cidadania.

Construída entre os campos da Comunicação e da Estatística, e tendo como pano de fundo o tema da Cidadania das Minorias, essa dissertação utilizou como referenciais teóricos a perspectiva marxista e a comunitária. Vieram da teoria crítica de Gramsci, as reflexões a respeito da aliança implícita entre Estado e a Mídia, no sentido de conservar a hegemonia da classe burguesa. A partir desse ponto de vista, criticou-se, no capítulo 5, por exemplo, o Plano de Comunicação do Censo 2010, que em diversas partes sugere ações junto aos meios de Comunicação hegemônicos, nacionais ou regionais, sem prever a participação da Mídia contra-hegemônica, da Mídia comunitária ou cidadã.

Tendo como papel a direção ideológica do sistema, a Mídia tende a produzir discursos conservadores ou preconceituosos sobre os movimentos sociais das Minorias que buscam a concessão de direitos previstos na Constituição Federal, como transporte, moradia, lazer, igualdade de gênero, raça, e o respeito à orientação sexual e à crença religiosa. Em oposição a essa realidade, a perspectiva comunitária de Paiva (2003) e Peruzzo (2003), entre outros autores utilizados nesse trabalho, apontou alternativas ao fortalecimento da Cidadania das Minorias, por transformar o cidadão de coadjuvante a protagonista no processo de Comunicação, seja na gestão ou na produção do conteúdo veiculado na rádio, jornal ou TV comunitária. Dando voz a quem, frequentemente, tem o direito de falar negado pela Mídia hegemônica, a proposta comunitária pareceu promissora no sentido da redução da desigualdade econômica, da vulnerabilidade social e da subordinação político-cultural à qual estão submetidas as Minorias.

Nessa dissertação, mostraram-se perspectivas diversas a respeito do discurso estatístico – a científica, a sociológica, a filosófica. Em relação à notícia Estatística, também conhecida por Jornalismo de banco de dados, elaborou-se o rascunho de uma gramática da

notícia Estatística, no intuito de se tentar compreender as peculiaridades desse texto e de que forma pode auxiliar no fortalecimento da Cidadania.

Houve, no percurso dessa dissertação, a preocupação de não se adotar um ponto de vista maniqueísta, atribuindo o valor de bem ou mal ao IBGE e seu modelo de Comunicação de Estatísticas públicas, ao governo e à Mídia hegemônica e contra-hegemônica, buscando compreender as condições, as contradições, a tendência de conservação ou a potência de transformação existente em cada um dos modelos ou instituições. Nesse sentido, buscou-se refletir que a sociedade avança e retrocede a partir da ação política dos atores sociais e a partir dos sentidos que são produzidos pela Comunicação.

No momento em que elege temas, determina classificações e constrói representações acerca de certos grupos sociais, suprindo a necessidade de se conhecer a Sociedade e o território brasileiro, o IBGE também produz ausências e esconde realidades. Nesse sentido, Starr (1992) observa que dentre uma extensa gama de indivíduos, papéis ou grupos, apenas um pequeno número é aceito como categoria legítima nas Estatísticas oficiais. O autor destaca, ainda, que existem distinções sociais oficialmente reconhecidas e utilizadas, outras apenas permitidas e aquelas que são ignoradas ou mesmo suprimidas. O aprimoramento das classificações do IBGE é importante para o fortalecimento da identidade brasileira e da Cidadania, pois a partir das Estatísticas públicas são produzidas as políticas públicas.

Deleuze (2012) argumenta que não é o número, ou seja, a questão de ser representada estatisticamente que vai definir a existência da Minoria. Pois o que qualifica a Minoria é sua potência transformadora da realidade social, a partir da oposição à maioria. Segundo o autor, que elaborou o conceito de “devir minoritário”, enquanto maioria é um lugar de acomodação, do conservadorismo, da manutenção de privilégios, da concentração de renda e de poder, Minoria é o lugar da mudança, do novo, da concessão de direitos, da distribuição de riqueza e da reinvenção da democracia e da sociedade. Semelhante a Deleuze (2012), Sodré (2005) inscreve o conceito de Minorias na contemporaneidade como lugar promissor para os fluxos de transformação das relações de poder, ou seja, uma fusão de pessoas com uma intenção ético-política. Appadurai (2009) destaca que Minoria não é uma ideia ética ou cultural, mas produto do mundo moderno da Estatística.

Essa dissertação contém quatro capítulos. O primeiro apresenta o conceito de Minorias, cujo sentido está em constante tensão, produzida pela diversidade de pensamentos (CHAVES, 1971; SODRÉ, 2005; APPADURAI, 2009, DELEUZE, 2012). Cidadania é outro conceito-chave nesse trabalho, a respeito do qual a partir do seu entendimento clássico (MARSHALL,

1967), foram tecidas conexões com a Comunicação comunitária (PAIVA, 2012). O capítulo também estabelece a relação entre Comunicação, Cidadania e Minorias, tomando-se como perspectiva teórica o pensamento crítico (GRAMSCI, 1975; COUTINHO, 1999; COUTINHO, 2008), e evidencia a Mídia como lugar de manutenção do sistema econômico. O capítulo propõe, também, pensar a crise da Mídia hegemônica contemporânea e a necessidade de democratização dos meios de Comunicação, para possibilitar o exercício da Cidadania (LIMA, 2011; MORAES, 2013).

O segundo capítulo mostra diversos discursos a respeito da Estatística – o discurso político, o sociológico, o científico, por meio da quadrangulação entre os autores Foucault, (2012); Starr, (1992), Senra, (2006) e Hacking (2002). O capítulo, também, apresenta o discurso jornalístico e se detém, sem aprofundar, em teorias a respeito da produção das notícias (LAGE, 1985; BARTHES, 2003), às características da notícia Estatística, que traz dupla presunção de verdade: a objetividade jornalística e a Estatística.

O Jornalismo ocupa um lugar definitivo na formulação de uma narrativa universal da atualidade, porém, essa atividade não é permeável aos argumentos críticos, ou seja, novos pontos de vista acerca da sociedade que não estejam de acordo com o sistema hegemônico. Nesse sentido, Paiva (2003) e Peruzzo (2003) apontam a Comunicação comunitária como alternativa inclusiva a uma atividade jornalística excludente, no sentido da conquista da Cidadania. No capítulo, insere-se, ainda, o conceito de Comunicação pública (DUARTE, 2006) para se pensar um modo de divulgar as Estatísticas públicas que considere o processo circular entre instituição e cidadãos, e que inclua veículos de Comunicação contra-hegemônicos. O conceito de Educação para a Cidadania (MATOS, 2014), que abrange a Comunicação pública e a Comunicação política, por sua vez, coloca luz sobre a utilização da informação Estatística pelas Minorias para a transformação social.

O terceiro capítulo apresenta os sentidos mais comuns de Minorias no campo da Estatística e revela, a partir da Análise de publicações do Censo 2010, como o termo aparece nas pesquisas do IBGE. Ciganos, moradores de rua, trabalhadores sem terra são chamados, nesse capítulo, de Minorias invisíveis para as Estatísticas públicas, já que o IBGE não produz pesquisas sobre esses grupos. O capítulo traz, ainda, o detalhamento operacional e metodológico do Censo 2010, bem como alguns dos principais resultados para cada uma das Minorias tratadas nesse trabalho, que revelam sua condição de vulnerabilidade social, e serviram de base para a produção dos *releases* do IBGE e notícias do *GI* sobre o Censo 2010.

O quarto capítulo contém os resultados da pesquisa empírica. Nele, é apresentada a

Análise de documentos do IBGE relacionados à Comunicação pública do Censo 2010 – entre os quais *Planejamento Estratégico, Política de Comunicação Integrada, Código de Boas Práticas Estatísticas e Plano de Comunicação do Censo 2010* – e Análise de Conteúdo quantitativa e qualitativa dos *releases* e das notícias sobre Minorias no Censo, no *Portal G1* de notícias, além de algumas publicações com resultados do Censo.

São variados os discursos e usos das Estatísticas em todos os campos da vida social. A literatura, por exemplo, foi capaz de evidenciar a questão de transformar a riqueza sensível das vidas e experiências em números. Esse foi o tema do conto *O Agente*, de Rubem Fonseca, que faz uma crítica à burocratização da vida moderna. O agente em questão é um funcionário do instituto de Estatística que está realizando a coleta de dados de um censo demográfico. Ao visitar uma imobiliária, ele descobre que o seu proprietário pretende se matar. O servidor público tenta dissuadi-lo do suicídio, mas ao final decide que não há problema, afinal de contas, contar as mortes faz parte do recenseamento. Além disso, cada dez minutos do funcionário valem cento e setenta cruzeiros e cinquenta centavos, e por isso este não pode perder tempo com aquele homem.

(...) o agente olhou para ele e disse: ‘Sou do Instituto de Estatística e venho fazer o seu questionário’. ‘Que questionário?’ perguntou o homem que estava na mesa. ‘Nome, nacionalidade, estado civil – esses dados todos’. ‘Para quê?’ ‘Para o recenseamento, para sabermos quantos somos, o que somos’. ‘O que somos? Isso não’, disse o homem da mesa, com certo pessimismo. ‘O recenseamento nos dará a resposta de tudo’, disse o agente. ‘Mas eu não quero saber de mais nada’, disse o homem. ‘O senhor não está vendo’, acrescentou, subitamente aborrecido, ‘que eu estou ocupado?’ ‘O senhor me desculpe’, disse o agente, ‘mas sou obrigado a preencher a sua ficha, o senhor também é, de certa forma, obrigado a colaborar. O senhor não leu a proclamação do presidente da República?’ (FONSECA, 2001, p.35).

2. MINORIAS E CIDADANIA: A BUSCA DA IGUALDADE EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

A centralidade do tema Minorias na Sociedade contemporânea se dá por explicitar uma contradição: ao mesmo tempo em que se multiplicam os discursos sobre os direitos humanos e civis, existe um sistema econômico que desrespeita diariamente esses direitos e que submete, na maior parte das vezes, as pessoas e o meio ambiente aos interesses financeiros. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado, com a colaboração da Sociedade civil, institui políticas afirmativas para dar igualdade de oportunidades nas questões de gênero, cor, deficiência e orientação sexual, o sistema capitalista globalizado reduz contratações, corta projetos ambientais e sociais, pressiona por menos impostos e mais lucros, desconsiderando de forma geral as fragilidades das Minorias.

O termo Minorias é grafado no plural porque a marca delas é a diversidade, em contraste com a aparente unidade da maioria. Não é, portanto, uma questão quantitativa, mas qualitativa, já que a Minoria pode ser numericamente superior à maioria, por exemplo, as mulheres são consideradas Minorias, embora representem 51% da população brasileira, segundo dados do Censo 2010. Isso se dá porque em inúmeras situações sociais, as mulheres são submetidas à desigualdade econômica, à vulnerabilidade social e à subordinação político-cultural, sendo, por exemplo, em menor número nos cargos gerenciais e eletivos. Desse modo, não existe uma Minoria que se opõe à maioria, mas inúmeras Minorias que são qualificadas a partir da sua riqueza cultural, da sua constituição histórica e ação política, e que inserem novas demandas na cena cotidiana.

A noção contemporânea de Minorias é complexa porque resulta de um amálgama de sentidos, às vezes semelhantes, mas também opostos, que são construídos, no dia a dia, a partir das falas das Minorias, a partir da produção científica, das ações políticas e dos significados que circulam na Mídia e nas redes sociais.

Salienta-se que o conceito de Minorias é útil para se pensar algumas das principais crises da contemporaneidade. Os efeitos da desigualdade econômica e da concentração de poder recaem com mais intensidade sobre esses grupos sociais, pelo fato de serem a parte mais vulnerável da sociedade capitalista, seja econômica, seja política. Outros temas centrais da atualidade, como envelhecimento da população, aumento dos fluxos de migração, desemprego dos jovens, casamento de homossexuais, concessão de direitos a comunidades tradicionais como povos indígenas e quilombolas e diversidade cultural também estão relacionados às Minorias. Dizem respeito ao tema, ainda, situações de violência, a partir de

discursos e práticas machistas, racismo, xenofobia, homofobia e perseguição religiosa.

Adotou-se, nessa dissertação, a proposição de que mulheres, crianças, idosos, homossexuais, negros, índios, imigrantes, deficientes físicos, praticantes de Candomblé/Umbanda localizam-se na periferia da sociedade capitalista. Nesse lugar social ocupado pelas Minorias, é mais difícil o acesso aos serviços básicos, ao transporte, à educação, ao emprego e à renda, à cultura e ao lazer. É onde a luta pela conquista dos direitos se dá com o apoio dos movimentos sociais, a partir da mobilização em passeatas, invasões de propriedades particulares abandonadas, de terras improdutivas ou prédios públicos. Nessa luta, a Mídia e as redes sociais têm papel fundamental de mobilização, formação da opinião pública e pressão política junto ao governo, sejam a favor, sejam contra as Minorias sociais.

Historicamente, submeter as Minorias a uma ordem econômica, social e política foi a condição de constituição dos estados nacionais modernos, no final do século XVIII e início do XIX, dentro do processo de industrialização e ascensão da classe burguesa. Nessa época, as diferenças de comunidades locais – de caráter econômico, linguístico ou jurídico – foram substituídas pela lógica da unificação de territórios, moeda, leis e a instituição e promoção de uma língua única, principal atributo de uma cultura nacional. Nos estados modernos, tentou-se apagar as diferenças culturais e religiosas para se instituir, por força da lei ou por força policial, uma identidade nacional única. No entanto, ao longo da história e ainda hoje, as forças de resistência política e cultural de comunidades ao projeto nacional mostram-se vigorosas, dando origem a conflitos de ordem simbólica, que ocorrem na Mídia e redes sociais, mas também em situações de violência física.

No Brasil, a relação Minorias-Estado evidenciou-se após a aprovação da Constituição de 1988, que ampliou os direitos sociais de Minorias no país, o que está registrado notadamente nos Artigos 5º (“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”) e 6º (“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”), nos quais são enumerados alguns direitos básicos dos cidadãos brasileiros.

A partir de então, o tema tem sido alvo de leis, políticas públicas e planos de governos voltados para a redução da desigualdade social e em atenção às Minorias. Nesse sentido, foram criados os Estatutos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003), os serviços de disque-

denúncia de violência contra as mulheres e para delatar o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e as cotas raciais para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior e nos concursos públicos, entre diversas outras ações de governo.

Nesse capítulo, é apresentado o conceito de Minorias – a partir da Sociologia, da Ciência Política, da Comunicação, dos Estudos Culturais, da Filosofia – e, também, as perspectivas clássica e contemporânea a respeito do conceito de Cidadania, que contribuíram para se pensar as notícias sobre Minorias no Censo 2010 no *Portal G1*, objeto dessa pesquisa. O capítulo traz, ainda, a perspectiva crítica a respeito das relações entre Comunicação, Cidadania e Minorias.

2.1. A construção do conceito de Minorias

2.1.1. Um termo interdisciplinar

O sentido contemporâneo do termo *Minoria* não é único. Ele tem sido construído a partir de contextos sociais e políticos variados, que lhe emprestam significados, algumas vezes, semelhantes, outras, contraditórios, como democracia e ditadura, liberdade ou opressão, simpatia ou raiva.

A definição de *Minoria* no dicionário Aurélio (2006, p.556) apresenta três sentidos. O primeiro, relacionado à Matemática, diz que *Minoria* é “inferioridade numérica”. O segundo significado, ligado à participação pública ou privada, atesta que é “a parte menos numerosa duma corporação deliberativa, etc; por último, o significado para a Antropologia e Sociologia, como “subgrupo que, dentro de uma sociedade, se considera e/ou é considerado diferente do grupo dominante, e que não participa, em igualdade de condições, da vida social”.

Nas definições acima, os lexicógrafos deixaram de fora alguns sentidos muito presentes nos discursos a respeito de *Minorias*: quando a *Minoria* social detém o poder econômico e político e subjuga maiorias. Um exemplo clássico é o caso do regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994, na África do Sul, *Apartheid*, em que a *Minoria* branca concentrava o poder político e econômico, submetendo a maioria negra.

Nesse sentido, o termo *Minorias* ganha e perde significados em cada artigo científico, política pública, notícia ou *post* nas redes sociais, dependendo se é utilizado cientificamente ou pelo senso comum, o que reforça o entendimento de ser um conceito em construção. É por essa razão que existe em torno das *Minorias* uma constante tensão conceitual que decorre em

parte da tentativa de diferentes campos do conhecimento de torná-lo operacional, para dar conta do social.

A Sociologia clássica apresenta o conceito relacionado a uma desvantagem econômica ou social entre um grupo numericamente maior e outro menor. Nesse sentido, Minoria remete a um grupo social em desvantagem em relação a outro e que sofre preconceito, por exemplo uma comunidade de imigrantes.

Em outro sentido, Minoria pode representar violência e radicalismo, como evidencia Elhajji (2008, p.47): “Talibãs e outros extremistas islâmicos, os cristãos conservadores dos EUA, os judeus ortodoxos de Israel, os fundamentalistas Hindus e outros grupos organizados em torno de sua fé excludente e exclusivista (...)”.

Na Ciência Política, a afirmação das Minorias em busca de se reconhecerem e obterem reconhecimento, é tema central das discussões e ações políticas dos movimentos sociais. Nesse campo, Sodré (2005) exemplifica que Minoria é uma noção importantíssima para a democracia representativa, uma vez que se democracia, na definição clássica, é o poder (kratos) exercido pelo povo (demo) por meio do voto, somente no processo democrático as Minorias podem se fazer ouvir. Apesar de se basear no governo da maioria, a democracia está associada, segundo o autor, aos direitos individuais e coletivos das Minorias. Num modelo de democracia representativa, mesmo que prevaleça a vontade da maioria, a Minoria pode se fazer representar elegendo um vereador, deputado ou senador que cuide de suas demandas políticas.

Appadurai (2009, p.39) relaciona o conceito de Minorias com o campo das Estatísticas, apontando sua proximidade com o Estado-nação e com as tecnologias de governo utilizadas para gerir os recursos e as populações. Com a propriedade de falar a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, o autor sustenta que Minoria não é uma ideia ética ou cultural, mas produto “de um mundo visivelmente moderno de Estatísticas, censos, mapas populacionais e outros instrumentos de Estado criados principalmente a partir do século XVII”.

Numa discussão interdisciplinar, Sodré (2013) discorda, atribuindo a violência relacionada às Minorias ao fortalecimento do *ethnos* frente ao enfraquecimento da democracia (*demos*), uma das faces da crise da sociedade atual. Isso quer dizer que diante de um Estado incapaz de atender a população como um todo e que utiliza a força policial para lidar com as demandas das Minorias, o acordo social se enfraquece e ressurgem os laços anteriores baseados na cultura e na religião.

Appadurai (2009), por sua vez, pressupõe que a explosão de raiva de Minorias, no

caso do terrorismo, ou contra Minorias é consequência do sistema capitalista global. O autor evidencia que as formas de produção e circulação de mercadorias, recursos financeiros e de pessoas do capitalismo globalizado – sustentadas pelo pensamento social liberal – trouxeram preocupação com a Cidadania e a expansão dos direitos humanos; mas, por outro lado, produziram diversos exemplos de limpeza étnica e de violência política contra populações civis (terrorismo).

A hipótese do autor para explicar o que a globalização pode ter a ver com limpeza étnica e terror, é que o moderno Estado-nação foi erguido a partir de uma ideia fundamental e perigosa de um *ethnos* nacional, que está relacionada com sua soberania. Além disso, Appadurai propõe que a rapidez de fluxos da globalização, seja de coisas ou pessoas, criou uma nova ordem de incerteza na vida social. Acabaram, na perspectiva do autor, as certezas trazidas pelas Estatísticas, em relação ao território e a população contida nele, dividida em categorias estáveis.

Em palavras mais simples, onde quer que, na história do homem, as linhas entre nós e eles tenham sido borradas nos limites e se revelado pouco claras por largos espaços e grandes números, a globalização exacerba essas incertezas e produz novos incentivos para a purificação cultural à medida que mais nações perdem a ilusão da soberania econômica ou do bem-estar nacionais (APPADURAI, 2009, p.16).

A incerteza trazida pelas rápidas transformações da globalização gera o que o sociólogo chama de “ansiedade de incompletude” sobre a soberania e a pureza da identidade do *ethnos* nacional. Nesse contexto, segundo Appadurai, a maioria assume uma “identidade predatória” e buscará a extinção simbólica ou física de outras categorias sociais.

Já na Filosofia, Minorias pode significar potência de transformação social. Deleuze e Gattari (2012, pg.186) argumentam que vivemos na era das Minorias. Segundo os filósofos, não é o número que define a Minoria, ou seja, a questão quantitativa, mas “as relações interiores ao número”. Na obra *Mil Platôs*, os autores definem Minorias como “conjunto não numerável, independente do número de seus elementos, em oposição à maioria, conjunto finito ou infinito, mas sempre numerável”. Com base na ideia de desvio do modelo capitalista e na potência transformadora da realidade social, Deleuze elabora o conceito de devir minoritário.

A partir da perspectiva deleuziana e, novamente, num contexto interdisciplinar, Sodré (2009, p.14) insere o tema na discussão sobre a reinvenção da democracia, já que “minoria é

uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias”.

Já no campo da Comunicação Social, o tema ganha significado conotativo duplo: ao ser noticiado pela Mídia, pode ter sentido positivo quando, por exemplo, um grupo social se mobiliza em prol de seus direitos; mas, também pode carregar um sentido negativo, quando, por exemplo, se noticiam ações terroristas de Minorias étnicas contra um Estado.

Algumas curiosidades sobre o conceito – Os estudos sobre Minorias no país foram realizados, nas décadas de 60 e 70, no campo da Sociologia e se referiam a Minorias religiosas, políticas e étnicas. Chaves (1971, p.149) salienta que Minoria significa, comumente, um grupo de pessoas que de algum modo se encontra numa “situação de dependência ou desvantagem em relação a outro grupo majoritário”, ambos integrando uma sociedade mais ampla. O autor destaca que esses grupos são alvo de tratamento discriminatório por parte da maioria.

Sodré (2011, p.13) formula, por sua vez, um conceito contemporâneo de Minorias baseado em quatro características: vulnerabilidade jurídico-social, pela qual o grupo pode ser considerado “vulnerável diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas”; identidade *in status nascendi*, que se trata de uma condição de “uma entidade em formação, que vive em eterno recomeço”; luta contra-hegemônica, que expõe a luta da Minoria “pela redução do poder hegemônico”; e estratégias discursivas, que incluem “discursos e ações demonstrativas” realizadas por Minorias nas Mídias, como passeatas, manifestos, blogs e redes sociais.

Nessa dissertação, conjugou-se as visões da Sociologia, em Chaves (1971), e da Comunicação, em Sodré (2011). No entanto, todos os autores citados emprestaram ao trabalho, noções fundamentais para se pensar as Minorias. A partir desses dois autores, foram criadas as categorias de Análise de Conteúdo do objeto empírico dessa pesquisa. As categorias são: desigualdade econômica, vulnerabilidade social e subordinação político-cultural, que serão melhor explicadas no capítulo 5.

2.2. A Cidadania clássica e outras Cidadanias

A noção de Cidadania nasce apoiada na ideologia iluminista, a partir das revoluções liberais, francesa e inglesa, que instituem os estados nacionais modernos e transferem o poder

da aristocracia para a burguesia. A partir da perspectiva da teoria liberal, em seu clássico livro *Cidadania, classe social e status*, o sociólogo T. H. Marshall (1967) produz, em 1949, a primeira teoria sociológica sobre a Cidadania, tomando como base a sociedade inglesa, na passagem do feudalismo para o capitalismo.

Marshall destaca que na sociedade medieval, a desigualdade de classes, que existia efetivamente, entre nobres e plebeus, ou servos e homens livres, não era compensada com nenhum código uniforme de direitos e deveres dos cidadãos, embora tenha encontrado nas cidades medievais exemplos genuínos de Cidadania. “Mas seus direitos e deveres específicos eram estritamente locais, enquanto a Cidadania é, por definição, nacional” (1967, p.64).

Conceder o status de Cidadania aos membros integrais da comunidade, à luz da teoria de Marshall (1963), tratava-se de uma medida efetiva de igualdade, uma espécie de compensação à sociedade de classes sociais presente no capitalismo e que, segundo o autor, é um sistema de desigualdade. Nesse sentido, a perspectiva do sociólogo afasta-se da teoria crítica, que busca a transformação social, e faz supor que a desigualdade somente é superada com a substituição do sistema econômico.

Utilizado como base para novos sentidos contemporâneos de Cidadania, o conceito formulado por Marshall pode ser operacionalizado de três modos: Cidadania civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual. Por elemento político, deve-se entender o direito de participar do exercício do poder político. Tanto os direitos civis quanto os políticos foram denominados, posteriormente, “direitos de primeira geração”. O elemento social, na teoria de Marshall, refere-se ao direito mínimo de bem-estar econômico e ao direito de usufruir dos serviços sociais, chamados de “direitos de segunda geração”, como direitos trabalhistas, direito à greve, direito a um salário justo, à educação pública universal, laica e gratuita, à saúde, à Previdência.

Paiva (2012) enriquece a conceituação de Cidadania de Marshall, retomando algumas das propostas defendidas pelos neocomunitaristas Charles Taylor e Christopher Lash que, nos anos 80 e 90, chamaram atenção para o tratamento exclusivamente econômico ou técnico de questões que envolviam a própria sobrevivência dos indivíduos, como a corrida armamentista, energia e ecologia. O conceito de Cidadania de Paiva é herdeiro de Taylor, que clama pela instauração de uma consciência coletiva, e Lash, que considera que assuntos coletivos devam ser tratados de forma política, cooperativa e democrática.

Nessa perspectiva, a ideia de Cidadania é estratégica para Paiva. A autora ressalta, no entanto, a questão da suposta neutralidade ética do Direito, ou seja, que Cidadania é uma

concessão artificial de direitos, que por mais abrangentes que sejam não garantem a igualdade entre cidadãos desiguais, pois foi produzida a partir das relações sociais e políticas que os homens estabelecem na Sociedade. Pensar Cidadania a partir da perspectiva da autora ganha relevância em sociedades como a brasileira, nas quais a desigualdade é traço marcante.

Dentro desse contexto, a inserção social passa a ser considerada como ponto de partida básico, muito aquém da estrutura dos contratos sociais e dos ditames legais de toda jurisprudência dos direitos coletivos. O entendimento aqui é do papel fulcral do Estado com as coletividades naquilo que é considerado dever de garantir as condições de uma existência digna a todos os indivíduos (2012, p.68).

Se na Idade Média a Cidadania era local e na Sociedade moderna, ganhou o status nacional, no século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Organizações das Nações Unidas (ONU), datada de 10 de dezembro de 1948, a Cidadania passa a ser universal. O Brasil sinalizou politicamente sua adesão à Declaração, assinando o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Com isso, assumiu, desde então, a obrigação jurídica de aplicar, no plano nacional, as normas de direitos humanos às quais aderiu no plano internacional. Em relação à Cidadania das Minorias, no seu artigo 2º, a Declaração Universal dos Direitos estabelece que:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (ACNUDH, 2002, p.26).

Outras concepções sobre Cidadania também surgiram no século XX, a partir das perspectivas neoliberais, com foco no indivíduo, ou comunitaristas, com foco nas coletividades. Consolidou-se, por exemplo, a concepção comunitarista de Cidadania, já esboçada séculos antes pelo pensamento de Rousseau, e que recebeu o nome de Cidadania coletiva. Na Cidadania coletiva, está inscrita a Cidadania cultural, voltada para atender aos direitos das comunidades ou grupos sociais, baseando-se em razões identitárias/culturais como etnia, sexo, nacionalidade e religião.

Nessa dissertação, adotamos o pressuposto de que o conceito de Cidadania coletiva

enriquece o entendimento sobre a busca da Cidadania pelas Minorias. Porque não se trata de cada integrante de Minorias buscarem individualmente a Cidadania, mas de se buscar coletivamente a efetivação dos direitos, seja na comunidade étnica, no grupo indígena, na associação rural de mulheres, entre os povos indígenas ou nas associações de deficientes.

Herdeiro da teoria liberal, o conceito de Cidadania foi resignificado ao longo da história, passando a denotar uma resposta ou alternativa à ordem econômica que impõe desigualdade e exclusão social.

Nessa perspectiva, buscar Cidadania significa para as Minorias superar a vulnerabilidade e alcançar a igualdade em relação aos direitos da maioria, não apenas na legislação, mas efetivamente no cotidiano, nos setores da educação, saúde, moradia, trabalho, cultura e lazer. Sabe-se que há conquistas asseguradas no direito formal, mas que não se transformam em direito material. Ou seja, diferentemente do que preconiza o conceito de Cidadania, que seria a igualdade de direitos e deveres, as Minorias têm lugar vulnerável na sociedade, porque não têm o mesmo acesso ao trabalho e à renda, à educação, à saúde e ao transporte.

Enquanto as mulheres ganharem menos do que homens, sendo maioria nos setores com baixa remuneração e pouca formalidade, como no caso do emprego doméstico, ou ocuparem postos eletivos e gerenciais em menor percentual que os homens, nossa sociedade terá ainda muito que avançar em direitos de Minorias.

Em um país em que mais da metade da população é negra, como explicar o baixo percentual de negros nos colégios particulares, nas universidades e empresas públicas? Do mesmo modo, enquanto houver crianças trabalhando no extrativismo vegetal ou na agricultura, lhes sendo negado o direito ao estudo e ao lazer, ou imigrantes explorados pela indústria da moda global, e deficientes que não conseguem competir com pessoas sem deficiência por bons empregos, ou nem mesmo se locomover pela cidade, não se pode dizer que nossa Sociedade assegura os direitos dos cidadãos.

Sabe-se que a Cidadania, na maioria das vezes, não é concedida facilmente pelo poder hegemônico, mas é obtida a partir de um longo processo de luta social, que ocorre por iniciativa das organizações da sociedade civil, e também pela ação política de cada cidadão. Nesse sentido, Cidadania é um conceito, mas, também uma prática política de indivíduos ou comunidades, que ocorre na esfera da sociedade civil, onde se manifestam os movimentos sociais, e na esfera pública estatal, onde se dá a promulgação dos direitos e se assegura o acesso a eles, bem como as sanções pelo seu descumprimento.

Conceder Cidadania, hoje em dia, significa incluir os excluídos, seja na escola, na força de trabalho, no sistema de saúde, no sistema de crédito rural, nos projetos habitacionais ou no acesso à cultura e ao lazer. Transformar a paisagem de antigos “territórios de maioria” com um número de mulheres, negros, índios, deficientes, condizente com a diversidade populacional brasileira.

Nesse contexto, a internet tem desempenhado papel fundamental na luta pela conquista efetiva dos direitos cidadãos das Minorias. As páginas de movimentos sociais na rede funcionam como dispositivo de promoção da identidade e facilitam a atuação política desses grupos. Individualmente, ativistas de minorias sociais compartilham informações sobre legislação, noticiário sobre violência contra minorias, passeatas e eventos de mobilização, entre outros temas de interesse do grupo.

Em seus estudos sobre a utilização da internet pelos grupos de imigrantes, Escudero (2013) reforça esse argumento em relação ao que é chamado de ‘Webdiáspora’.

A webdiáspora se configura, dentro dos processos migratórios, não só como um espaço transnacional, intercultural e multiterritorial midiático, mas como um recurso para interação e compartilhamento dos vínculos sociais (reais ou imaginários, com o país de origem ou de destino), no qual fluxos de informação acabam por construir não só uma identidade diaspórica, mas por participar da negociação de direitos cidadãos e garantir a existência de um cidadão do mundo (ESCUDERO, 2013, p.13).

O conceito de Webdiáspora evidencia a importância das redes sociais na Internet para o exercício da cidadania na contemporaneidade, mostrando que a socialização tem se dado preferencialmente por meio da rede, facilitada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação.

2.3. Comunicação, Cidadania e Minorias: perspectiva crítica

A busca das Minorias pela Cidadania se dá, contemporaneamente, na Mídia e nas redes sociais. Por meio de campanhas na internet, passeatas, performances, as Minorias objetivam virar notícia e levantar suas bandeiras político-culturais na tentativa de fortalecer a identidade do grupo minoritário e conquistar a opinião pública. PAIVA (2002, 37) destaca que “a Mídia substitui o espaço público, ou, por outra, realiza o espaço público atual, impossibilitando de ser vivenciado.” Nesse sentido, a utilização da Mídia ao mesmo tempo em que contribui para

os movimentos sociais, explicitando suas demandas e queixas, de outro modo esvazia a constituição de um espaço público real.

Nesse sentido, a relação Mídia e Minorias é ambivalente. Em um veículo de Comunicação hegemônico, por exemplo, é comum passeatas, ocupações ou manifestos serem noticiados como invasões da propriedade privada, baderna e desordem, enquanto nos veículos contra-hegemônicos resultam em matérias que explicitam as disputas pelo poder na sociedade.

Não se trata, no entanto, de estabelecer uma divisão maniqueísta da realidade entre a Comunicação do bem e Comunicação do mal, mas entender posições e contradições nas quais há espaços para o avanço dos direitos das Minorias. Um veículo hegemônico pode noticiar projetos de agricultura sustentável, de apoio a imigrantes, alfabetização de indígenas ou de proteção aos animais, ou ainda, produzir programas em que a pauta seja as Minorias.

A TV Globo, por exemplo, apresenta um quadro no telejornal *RJTV*, em que jovens mostram a realidade em nove locais da região metropolitana do RJ onde moram, entre eles Complexo do Alemão, Rocinha e Vidigal. A emissora também veicula programas, sobre os quais não nos deteremos nessa dissertação, que merecem ser mencionados em razão de representarem uma tentativa de aproximação com os conteúdos da Mídia alternativa, como *Globo Comunidade*, *Globo Cidadania*, *Globo Ciência*.

Buscando o espaço na Mídia hegemônica, muitas organizações não-governamentais (Ongs) possuem setores de Comunicação que, além de produzirem veículos de Comunicação contra-hegemônica, também realizam ações estratégicas de Comunicação para a Mídia.

Refletindo-se a partir da perspectiva da teoria crítica, especificamente com base no pensamento de Gramsci (COUTINHO, 1999), a Mídia é um dos aparelhos privados de hegemonia, que tem como objetivo gerar o consenso social, que em outras palavras é a aceitação do poder hegemônico exercido pela classe social burguesa. Nesse sentido, a Mídia colabora para a manutenção da dominação burguesa e para o equilíbrio da relação Estado-Sociedade, por meio da direção política e ideológica.

Sobre essa ideia, formulada em meados do século passado, mas muito atual nos dias de hoje, Gramsci formulou um dos principais conceitos de sua obra – o de Estado Ampliado, como resultado da integração entre a Sociedade Política (Estado ou Estado-Coerção) e a Sociedade Civil. A Sociedade Política, formada pelo conjunto dos mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, que se dá por meio dos aparelhos de coerção, sob controle das burocracias executiva e policial-militar; a Sociedade Civil, integrada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou

difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais e a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de Comunicação de massa etc), (COUTINHO, C., 1999, p 127).

Desse modo, evidencia-se que as notícias sobre Minorias veiculadas na Mídia hegemônica não explicitariam as razões para a desigualdade econômica ou a vulnerabilidade das condições de vida das Minorias, ou seja, que tem como origem a concentração de poder econômico pela classe burguesa. Ao invés disso, as diferenças sociais seriam naturalizadas e descontextualizadas das determinantes históricas.

A hipótese do pesquisador marxista Eduardo Coutinho (2008), com base no pensamento Gramsciano, é a de que a Comunicação está associada às questões do Estado, das relações de poder e da hegemonia intelectual e moral de uma classe sobre o restante da sociedade. Por essa razão, defende que é no terreno da Comunicação que se pode formar e transformar ideologias que agirão ética e politicamente na transformação da história.

Em última análise, todo o processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional. Afinal, é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam sua visão de mundo, representando a realidade a partir de uma perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas (COUTINHO, 2008, p.44).

Na sociedade contemporânea, no entanto, o monopólio da Mídia hegemônica vem sendo alvo de críticas dos movimentos sociais de Minorias, que compreendem, por um lado, a dominação ideológica exercida pela classe burguesa por meio dela e, por outro, questionam se a Mídia ainda funciona para garantir os ideais de igualdade modernos.

Salienta-se que o modelo de Comunicação hegemônica não tem sido capaz de produzir conteúdo, seja informação ou entretenimento, que atenda à diversidade social ou cultural do país. Ao invés disso, são produzidos conteúdos que, muitas vezes, reproduzem preconceitos em relação à mulher, seja nas novelas ou na publicidade, aos idosos, aos negros e outras Minorias. Além disso, esse modelo caracteriza-se pela concentração econômica, por legislação antidemocrática e pela falta de investimentos em práticas diversas de Comunicação, uma vez que é organizado em torno dos interesses comerciais.

Por essas razões, e outras relacionadas às mudanças culturais trazidas pela tecnologia, a Mídia hegemônica tem sido pressionada pela perda de receitas de publicidade e enfrenta, ainda, no caso do Brasil, a possibilidade da criação de uma Lei que objetiva acabar com os

monopólios e oligopólios da Comunicação no país. Semelhante à *Lei de Medios*, promulgada em 2009 na Argentina, e confirmada pela Suprema Corte daquele país em 2013, após quatro anos de batalhas judiciais, e que obrigou o Grupo Clarín, um dos maiores de Comunicação da América Latina, a reduzir sua participação no mercado de Mídia argentino.

Diversos autores, entre eles Lima (2011) e Moraes (2013), discorrem com propriedade sobre a necessidade da democratização da Mídia para se garantir a Cidadania. Recorrendo ao modelo clássico de Cidadania proposto do Marshall (1967), Lima defende que o direito à Comunicação perpassa as três dimensões da Cidadania: é um direito civil (liberdade individual de expressão); político (por meio do direito à informação); e social (por meio do direito a uma política pública garantidora do acesso do cidadão aos diferentes meios de Comunicação).

Moraes, por sua vez, defende a democratização das concessões de licenças de emissoras de rádio e TV para impedir a concentração midiática, como a do Grupo Globo, a ampliação de mecanismos democráticos de fiscalização dessas emissoras, concomitantemente com o aumento de financiamentos ou patrocínios de veículos comunitários, populares e alternativos.

A crítica à mídia é decisiva, imperiosa e inadiável. Impossível sermos indiferentes a distorções por ela praticadas. Os principais órgãos de difusão dizem representar a vontade geral, apresentando-se à opinião pública como intérpretes do senso comum e guardiões da moralidade, quando, em verdade, espelham prioridades comerciais, intentos políticos e pretensões de poder de seus controladores, eles próprios integrantes de frações das classes dominantes. Esses desvios se chocam com interesses coletivos que deveriam ser o ponto central a ser preservado pelos atores participantes do campo jornalístico e dos processos informativos em particular, principalmente por veículos que detêm concessões públicas de canais de rádio e televisão (MORAES, 2013).

Nesse sentido, a grande Mídia torna-se um poder a serviço dos interesses privados, que perde credibilidade porque é cada vez mais dependente do poder político e, sobretudo, do poder econômico. E se distancia dos propósitos das Minorias Sociais, colocando-se em campo oposto.

3. DIMENSÃO DISCURSIVA DAS ESTATÍSTICAS

Percentual, média, mediana, taxa, coeficiente de variação, fração amostral: os termos matemáticos utilizados nas Estatísticas para representar a realidade contribuem para constituir um dos principais sentidos que tem na Sociedade: o de que se trata de uma Ciência exata, que possui métodos rigorosos e eficientes de medir a realidade.

Em razão da credibilidade que os números conferem aos discursos, a fala dos políticos é repleta de Estatísticas, utilizadas na prestação de contas em relação aos mandatos ou para apontar falhas dos oponentes políticos. No intuito de ganhar a aprovação da opinião pública ou votos, utilizam dados sobre o número de pessoas atendidas pelos programas sociais, percentuais de crescimento econômico, taxa de desemprego, índices de aprovação popular.

A utilização das Estatísticas, em diversos campos científicos, se dá como ferramenta de análise dos objetos pesquisados. A visualização de gráficos e tabelas melhora a compreensão a respeito dos resultados das pesquisas e confere autoridade aos estudos. As Estatísticas são utilizadas, ainda, no discurso midiático, com destaque para a Publicidade, em que ajuda no convencimento do consumidor a adquirir os produtos e, no Jornalismo, no qual dão credibilidade ao relato dos fatos, afastando subjetividades.

Mas como as Estatísticas são retratos estanques, sem capacidade de representar toda a complexidade social, que se dá ininterruptamente no tempo, ao contrário do que supõe o senso comum, são aproximações ou reduções possíveis da realidade. Além disso, as classificações utilizadas nas pesquisas, para designar renda, trabalho, cor ou gênero não são imutáveis e se transformam em cada sociedade e ao longo do tempo. Como se tratam de agregações do real, deixam de fora, muitas vezes, particulares locais, comunidades, e não conseguem representar, também, todas as circunstâncias conjunturais de economia e política.

A informação Estatística é um bem não tangível, que existe a partir de signos numéricos, às vezes difíceis de serem compreendidos e transportados para a realidade. São abstrações que podem ser melhor entendidas, a partir de comparações temporais e espaciais. Quando utilizadas nas notícias, constituem-se em narrativas contemporâneas acerca da sociedade que trazem questões como classificação social e representação, relacionadas à busca dos direitos coletivos.

Nesse capítulo, são abordados alguns dos principais discursos acerca das Estatísticas – ciência, produção social, tecnologia de governo. Destaca-se, entre eles, o discurso jornalístico, produzido com a utilização das Estatísticas, também conhecido como Jornalismo de banco de

dados, especificamente a produção da notícia com dados estatísticos públicos. Nesse sentido, a complexidade da linguagem Estatística pode ensejar uma teoria da produção da notícia Estatística, a respeito da qual se tecem, nesse capítulo, considerações iniciais, que podem ser aprofundadas por outros pesquisadores no futuro. Ampliando a compreensão da notícia Estatística, insere-se, também, o conceito de Comunicação pública das Estatísticas, no qual se busca um modelo que consiga integrar a Comunicação hegemônica e Comunicação alternativa, com vistas ao fortalecimento da Cidadania das Minorias. Aborda-se, também, o conceito de educação para a Cidadania.

3.1. Estatísticas: Ciência ou tecnologia de poder

3.1.1. IBGE: breve histórico

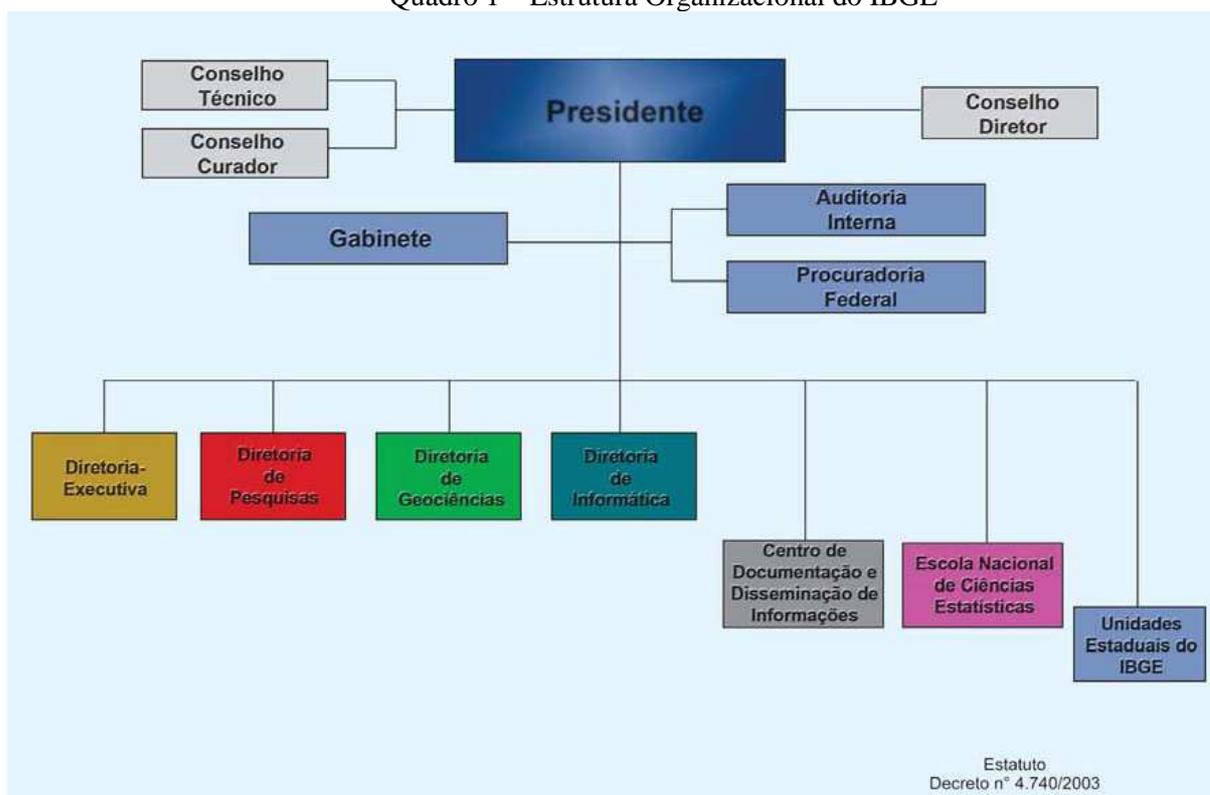
Fundado em 29 de maio de 1936, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE constitui-se no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. É uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A instituição possui um Conselho Técnico, presidido pelo presidente e integrado por dez conselheiros de notável saber, nomeados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, “dentre cidadãos brasileiros de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área da produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas”⁷ O Conselho Curador, também presidido pelo presidente do IBGE, integra cinco membros de “reconhecida competência em assuntos contábeis e financeiros”⁸, designados, também, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem compete a fiscalização, o acompanhamento e o controle permanente da gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Fundação IBGE. E o Conselho Diretor, composto pelo presidente e pelos diretores. A estrutura organizacional compreende Presidência, Diretoria Executiva, Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências, Diretoria de Informática, Centro de Documentação e Disseminação de Informações e Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

⁷ Estatuto da Fundação Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁸ Idem Link: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/estatuto.shtml>

Quadro 1 – Estrutura Organizacional do IBGE



Quando foi fundado, na década de 30, o Instituto não coletava diretamente os dados estatísticos. Isso seria feito pelas Agências Municipais de Estatísticas, subordinadas administrativamente às prefeituras e tecnicamente ao IBGE, que teria o papel de padronização, processamento e a divulgação. Os recursos para a implantação das Agências foram conseguidos por meio da criação de um imposto chamado Selo de Estatística, que propiciou a capilaridade necessária para cobrir um território com as dimensões do Brasil.

Em 1970, teve início o processo de incorporação das Agências e servidores ao IBGE. Atualmente, o IBGE possui uma rede nacional de pesquisa e disseminação composta por 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e uma no Distrito Federal); 27 Setores de Documentação e Disseminação de Informações (26 nas capitais e uma no Distrito Federal) e 581 Agências de Coleta de dados nos principais municípios, a partir de onde são coletadas informações em todos os 5.665 municípios brasileiros.

As Estatísticas públicas produzidas pelo IBGE também são utilizadas por outros órgãos de Estatísticas, públicos ou privados, como Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), cujos resultados apoiam, além das políticas públicas, o planejamento e execução de projetos na iniciativa privada. Os indicadores sociais e

econômicos são utilizados, ainda, nos diversos campos científicos, por professores e estudantes, desde o nível fundamental à pós-graduação.

Na área da Estatística, o IBGE produz um amplo conjunto de informações sociais, demográficas e econômicas. Do ponto de vista da fonte de informação, o IBGE realiza pesquisas domiciliares, aquelas em que a unidade de coleta é o domicílio, pesquisas econômicas (junto a empresas) e pesquisas com base em registros administrativos. Realizado de dez em dez anos, o Censo Demográfico constitui-se o núcleo das Estatísticas sociodemográficas. Entre um censo e outro, no meio da década, é realizada a Contagem de população, operação censitária fundamental para aprimorar as estimativas anuais de população. A Contagem, que estava prevista para 2015, no entanto, foi cancelada em razão de restrições orçamentárias do governo federal.

De caráter amostral, destaca-se a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, que levanta anualmente informações sobre a habitação, rendimento e mão de obra, associadas a algumas características demográficas e de educação. Está em curso, a substituição da PNAD pela PNAD contínua, que visa produzir informações com maior abrangência geográfica e menor periodicidade. Como mais uma fonte de informações sobre o mercado de trabalho, destaca-se a *Pesquisa de Economia Informal Urbana*, de periodicidade quinquenal, e, para acompanhamento conjuntural, a *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*. A *Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)*, também de cinco em cinco anos, mostra a estrutura de rendimentos e da despesa das famílias. Ainda como fonte de informações sociodemográficas, há as pesquisas fundamentadas em registros administrativos, como *Estatísticas do Registro Civil*, a *Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS)* e a *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB)*.

Na área da Estatística, o IBGE também produz um grande volume de informações sobre a agropecuária, que têm como base o Censo Agropecuário, que pesquisa, a partir dos estabelecimentos agropecuários, a organização fundiária (propriedade e utilização das terras), o perfil da mão de obra ocupada e o nível tecnológico do processo de produção, entre outros temas estruturais de relevância. Para o acompanhamento anual do setor, destacam-se a *Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)* e a *Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)*, entre outras. Já as pesquisas econômicas, trazem informações sobre os principais setores da economia: comércio, indústria, construção civil e serviços, a partir do levantamento amostral em estabelecimentos de cada setor. A *Pesquisa Anual do Comércio (PAC)*, a *Pesquisa*

Industrial Anual (PIA), a *Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)* e a *Pesquisa Anual de Serviços (PAS)* são exemplos dos trabalhos mais relevantes nessa área.

O acompanhamento conjuntural da economia é realizado por meio do conjunto de pesquisas mensais do Comércio (PMC), da Indústria (PIM) e da Agricultura. Produzidos, mensalmente, os índices de preços ao consumidor permitem acompanhar o comportamento dos preços dos principais produtos e serviços consumidos pela população. Esta área engloba o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), baseado em cesta de consumo de famílias de renda mais alta. Além deste, por meio do Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil, pode-se acompanhar a evolução de preços da mão de obra e dos materiais empregados no setor.

Já o Sistema de Contas Nacionais oferece uma visão de conjunto da economia e mostra dados sobre a vida econômica: produção, consumo, acumulação e riqueza, fornecendo, ainda, uma representação deste grupo de fenômenos e das suas inter-relações. O Sistema de Contas Nacionais do IBGE segue as mais recentes recomendações das Nações Unidas, expressas no *Manual de Contas Nacionais – System of National Accounts 1993 (SNA)*, incluindo o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e a Matriz de Insumo-Produto.

Na área de Geociências, o IBGE é responsável pela coordenação do sistema geodésico nacional. Sob a coordenação do Instituto, está sendo realizado, atualmente, um amplo projeto de integração de dados espaciais de diversas instituições públicas, chamado *Infraestrutura de Dados Espaciais – Inde*, que objetiva integrar as informações nessa área. Além disso, semelhante ao órgão de Estatística pública do México, Inege, o IBGE é uma das únicas instituições no mundo na qual a produção de dados estatísticos e de geociências pertencem a uma única instituição. Isso facilita a implantação de sistemas de dados georeferenciados, semelhante ao que já ocorreu no Censo 2010, mas não garante o acesso das minorias aos dados. A Diretoria de Geociências também é responsável por produtos das áreas de cartografia, geodésia, geografia, atlas e recursos naturais. O Sistema Geodésico Brasileiro, por exemplo, é um conjunto de estações (marcos) implantadas e mantidas pelo IBGE, em todo território nacional, cuja posição serve como referência precisa a diversos projetos de engenharia, como abertura de novas rodovias, construções de pontes, barragens etc. – mapeamento, geofísica, pesquisas científicas, dentre outras finalidades.

A área de Mapeamento Geográfico, Topográfico e Municipal inclui as cartas topográficas e mapas delas derivados – Brasil, regionais, estaduais e municipais – que constituem as bases para a realização e divulgação dos resultados das pesquisas Estatísticas. O

IBGE vem produzindo o mapeamento topográfico do Brasil de forma sistemática, em escalas padronizadas (menores que 1:25.000), de acordo com critérios de desenvolvimento instalado ou projetado no território. Já o setor de Estruturas Territoriais acompanha a evolução da divisão político-administrativa e das divisões regionais e setoriais do território, delimitando e representando novos estados e municípios, áreas legais e bases operacionais para pesquisas Estatísticas e geográficas.

O setor de Recursos Naturais e Meio Ambiente realiza mapeamentos, estudos e pesquisas de temas relativos ao relevo, solo, clima, geologia, e também fauna e flora, promovendo a representação e avaliação das condições ambientais e dos impactos do homem no equilíbrio ambiental e a qualidade de vida da população.

As informações geográficas são elaboradas, utilizando-se análises espaciais, de regionalizações do território que, ao produzir recortes territoriais em diferentes escalas, a exemplo das microrregiões geográficas, subsidiam o levantamento e a disseminação de Estatísticas e a formulação e monitoramento de políticas públicas.

3.1.2. IBGE *versus* independência política

Um discurso recorrente no campo das Estatísticas públicas é o da independência em relação ao governo. A questão da independência e autonomia do IBGE foi central nessa dissertação, pois influenciou o conteúdo das notícias sobre Minorias no Censo 2010, objeto empírico desse trabalho. Para enfrentá-la, foi necessário refletir sobre as condições envolvidas na produção das Estatísticas.

Inicialmente, importa destacar que o IBGE é um órgão público, que tem seus recursos financeiros atrelados ao orçamento da União. Todos os anos, o Instituto envia uma previsão orçamentária para a realização das pesquisas, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO), ao qual é subordinado e no qual são realizadas adequações e cortes. Isso significa que todas as atividades desenvolvidas no IBGE, no sentido de criar ou aprimorar pesquisas, estão condicionadas a decisões do governo. Ou seja, a realização ou não das pesquisas está atrelada a decisões políticas tomadas fora do Instituto. No caso de pesquisas realizadas em convênio com outros Ministérios e órgãos públicos ou privados, ou ainda, com investimentos de instituições internacionais, a lógica da dependência é a mesma. Essa dependência evidenciou-se no Censo Demográfico, na década de 90, que devido a questões orçamentárias, somente foi realizado em 1991.

Outro ponto relevante é que o trabalho no IBGE é desempenhado por servidores públicos federais e, no caso de paralisações ou greves por melhores salários, o Instituto não tem autonomia para decidir sobre reajustes nos salários, pois o tema também fica a cargo do Ministério do Planejamento. Outra evidência da proximidade da Estatística com o Estado é a obrigatoriedade da prestação da informação Estatística, prevista pela Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968⁹, que prevê multa de até dez salários-mínimos a quem se recusar a responder no prazo ou fornecer informações falsas em pesquisas do IBGE:

Art. 1º. Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística (Decreto-lei número 161, de 13 de fevereiro de 1967, artigo 2º, §2º).

Parágrafo único. As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos, e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial, excetuado apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei.

Sancionada pelo presidente Costa e Silva, em 14 de novembro de 1968, ano de instauração da ditadura militar no país, a Lei tornou-se instrumento para garantir que o governo teria plena informação sobre os habitantes do território brasileiro, com o objetivo de implantar as ações desenvolvimentistas da década de 70. A mesma Lei garante que toda informação fornecida tem fins estatísticos, ou seja, não será utilizada, posteriormente, por órgãos como Banco Central, Receita Federal ou Polícia Federal. A Lei, também, assegura o sigilo do informante, ou seja, não se divulga a informação associada a endereços e, no caso de uma informação poder levar à identificação do informante, que ela não será divulgada nas tabelas e bancos de dados.

Pressupõe-se, no entanto, que essa Lei criou uma marca de autoritarismo no fazer estatístico do IBGE, que aparece, frequentemente, na recusa, ainda que pequena, das pessoas fornecerem informações. É por esse motivo que os recenseadores do IBGE são instruídos a tentar obter as informações demonstrando sua importância para o país, apelando para a Lei apenas em último caso. Durante o Censo 2010, por exemplo, ela foi invocada quando os recenseadores foram impedidos, pelo síndico de um condomínio de classe média alta, em São Paulo, a realizar o recenseamento dos moradores. O ocorrido demandou a interferência da Polícia Militar para se conseguir o acesso dos funcionários do IBGE. No entanto, não há

⁹ Link: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/leiobrigatoriedade.shtm>

informações, nesse trabalho, se a Lei tem sido aplicada, efetivamente, ou se é apenas um fator de convencimento do cidadão.

Sabe-se que Estatísticas e Estado possuem uma relação de contiguidade histórica, que é expressa na própria origem etimológica. O termo Estatística deriva do latim *statisticum collegium* (“conselho de Estado”). No alemão, *Statistik* foi introduzido pela primeira vez por Gottfried Achenwall (1719-1772) e designava originalmente a análise de dados sobre o Estado, significando a “Ciência do Estado”.

Há indícios de que 3000 anos A.C. já se faziam censos na Babilônia, China e Egito e até mesmo o 4º livro do Velho Testamento faz referência a uma instrução dada a Moisés para que fizesse um levantamento dos homens de Israel que estivessem aptos para guerrear. Usualmente, estas informações eram utilizadas para a taxaço de impostos ou para o alistamento militar. O Imperador César Augusto, por exemplo, ordenou que se fizesse o Censo de todo o Império Romano.

A palavra *Censo* é derivada de *censere*, que em Latim significa *taxar*. Em 1085, Guilherme, O Conquistador, solicitou um levantamento estatístico da Inglaterra, que deveria conter informações sobre terras, proprietários, uso da terra, empregados e animais. Os resultados deste Censo foram publicados, em 1086, no livro intitulado *Domesday Book* e serviram de base para o cálculo de impostos.

Contudo, mesmo que a prática de coletar dados sobre colheitas, composição da população humana ou de animais, impostos etc., fosse conhecida pelos egípcios, hebreus, caldeus e gregos, apenas no século XVII a Estatística passou a ser considerada disciplina autônoma, tendo como objetivo básico a descrição dos bens do Estado.

As primeiras aplicações da Estatística estavam voltadas para as necessidades de Estado, na formulação de políticas públicas, fornecendo dados demográficos e econômicos à administração. A abrangência da Estatística aumentou, no começo do século XIX, para incluir a acumulação e análise de dados de maneira geral. Hoje, as Estatísticas são largamente aplicadas nas Ciências naturais e sociais, na administração pública dos municípios, estados e do país, bem como por organizações não-governamentais, iniciativa privada, pesquisadores e estudantes.

De acordo com Senra (2006), autor da obra de maior fôlego sobre a história das Estatísticas brasileiras, é a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvarez Cabral, o primeiro documento sobre o território, a população indígena e os recursos naturais. “É pouco, é frágil, mas é então o possível”. Depois, segundo o pesquisador, virão os diários

das expedições de reconhecimento, com Américo Vespúcio, Gonçalo Coelho, Martim Afonso de Souza, entre outros. Após isso, já haverá esboços da costa e eventuais registros sobre o interior do país. Virão, em seguida, os governantes (Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá serão os primeiros), os missionários (Manoel da Nobrega e José de Anchieta entre os primeiros); haverá os bandeirantes (Fernão Dias, Raposo Tavares, Borba Gato, dentre outros); os invasores (franceses, espanhóis, holandeses); todos, segundo Senra, usarão e buscarão informações e conhecimentos sobre o território e a população.

O pesquisador identificou dois grandes tempos nas Estatísticas nacionais, que demonstram a proximidade das Estatísticas com o Estado ao longo da história e, mais recentemente, a tentativa de tornar as pesquisas neutras em relação às influências desse Estado, mesmo quando produzidas em um instituto de Estatísticas oficiais como o IBGE. Nos institutos de Estatísticas públicas, o acesso costuma ser gratuito a toda a sociedade. Diferem dos institutos de pesquisas privados, que cobram pela realização e divulgação das pesquisas.

Os períodos identificados por Senra foram: 1822-1972, quando domina uma produção técnico-política das Estatísticas, com uma forte presença dos registros administrativos; e 1972-2002 (data da publicação do volume 4 da obra), quando domina uma produção técnico-científica das Estatísticas, com uma forte presença dos registros estatísticos. Para facilitar a compreensão sobre o fazer estatístico no país, o autor mostra a história das Estatísticas, didaticamente, nos seguintes períodos: 1822-1889, o tempo do Império, quando as Estatísticas são desejadas, e tidas como desejáveis, com a forte presença dos “políticos com espírito político”; 1889-1936, o tempo da primeira República, até a criação do IBGE, quando é legislada a elaboração das Estatísticas, com a forte presença dos “políticos com espírito técnico”; e 1936-1972, período em que o IBGE consolida-se numa instituição científica, com a forte presença dos “técnicos com espírito político”, que prevalece até hoje.

Outro modo de pensar as Estatísticas, de acordo com Senra, é segundo as escolas universais: censitária (de origem alemã), aritmética e matemática (de origem inglesa), planejamento (de origem francesa). Com influências de cada uma dessas escolas, o pesquisador acredita que o Brasil está amadurecendo um novo modo de fazer Estatística, segundo ele, “a dos indicadores sociais, com vistas à mediação de problemas para efeito da fixação de direitos, e que teria um caráter universal” (SENRA, 2006, p.87).

A relação Estatísticas-Estado é pensada por alguns teóricos, entre eles Foucault (2012), que formula o pressuposto de que governo, população e economia política constituíram, a partir do século XVIII, uma série sólida, que perdurou ao longo dos anos. Para o filósofo, a

Estatística é uma tecnologia que possibilita governar e disciplinar as pessoas. Na conferência em que aborda o conceito de governantabilidade, o filósofo descreve-o como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população” (FOUCAULT, 2012, p.296).

Foucault (2012, p.288-293) lembra que a teoria da arte de governar estava ligada, no século XVI, ao desenvolvimento das monarquias territoriais, e a um conjunto de análises e saberes sobre território e riquezas, que ganharam espaço no século XVII, com o nome de Estatísticas ou “ciência do Estado”. No entanto, nessa época, a arte de governar e a busca pela racionalidade do estado, aponta Foucault, oscilava entre dois modelos: o do soberano, demasiado amplo, abstrato e rígido, e o da família, demasiado estreito, fraco e inconsistente. O filósofo faz saber que a arte de governar ganhou lugar definitivo, apenas após a emergência das questões de população (como epidemias e imigrações) e a consciência de seus efeitos econômicos, em que as Estatísticas serão uma das ferramentas principais de governo.

Essa estatística que funcionara até então no interior dos quadros administrativos e, portanto, do funcionamento da soberania, essa mesma estatística descobre e mostra, pouco a pouco, que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortes, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes (2012, p.292).

Senra (2008) norteia sua pesquisa histórica sobre as Estatísticas brasileiras no pensamento de Foucault, evidenciando os saberes e os poderes produzidos em torno do campo. O autor destaca que, ao transformar os coletivos sociais em números, as Estatísticas permitem a ação dos governos, por meio da formulação de políticas públicas, que podem ser ação direta ou de simples sugestão à ação de outros agentes.

As estatísticas permitem que mundos distantes e ausentes se façam próximos e presentes e, por isso mesmo, configuram uma tecnologia de distância; uma vez conhecidos, os mundos tornam-se pensáveis e governáveis, donde as estatísticas configuram-se uma tecnologia de governo (SENRA, 2008, p.412).

No entanto, o historiador afasta-se dos pressupostos de Foucault sobre a relação Estatísticas-Estado, quando defende que a produção Estatística pode ser neutra em relação ao Estado. Foi o que aconteceu com o IBGE, que, segundo o autor, se transformou, ao longo dos anos, em uma “instituição científica”. Senra argumenta que o processo de pesquisa Estatística

é revelado em documentos metodológicos, nos quais é possível se verificar “em que medida as instituições Estatísticas conseguiram trabalhar com independência tecnocientífica, tendo amparo somente nas ciências e em modernos processos metodológicos, sem influência sociopolítica” (2008, p.413). De acordo com o autor, a influência sociopolítica é legítima somente quando a sociedade manifesta demandas pela pesquisa de certos temas em detrimento de outros.

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas – Ence¹⁰ aborda em seu *site* o conceito de Estatísticas. De acordo com informações da página, as Ciências Estatísticas, ou simplesmente Estatística, “são um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa e análise de dados que entre outros tópicos envolve o planejamento do experimento a ser realizado, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações”.

Dentre os discursos estatísticos – tecnologia de governo ou subcampo da Matemática – destaca-se, também, o produzido pelas Ciências Sociais, em que as Estatísticas deixam de ser ferramenta de análise de objetos científicos para se tornarem objeto de pesquisa. Isso deu origem a um novo campo chamado Sociologia das Estatísticas, do qual o sociólogo canadense Paul Starr (1992) é um dos fundadores.

O sociólogo afirma que, nas sociedades modernas, existe um problema pouco examinado, a que chama de “redução política da complexidade social”. Dentre uma extensa gama de indivíduos, papéis ou grupos, apenas um pequeno número é aceito, segundo Starr, como categoria legítima nas Estatísticas oficiais. Destaca, ainda, que existem distinções sociais oficialmente reconhecidas e utilizadas, outras apenas permitidas e aquelas que são ignoradas ou mesmo suprimidas.

O sociólogo defende que diversos problemas decorrem da tentativa de produzir classificações oficiais acerca da realidade social, como a supressão de características regionais, limitação da diversidade de nomes para as ocupações e certo descompasso entre as transformações sociais e as classificações Estatísticas que não conseguiriam acompanhar a velocidade das mudanças. Seja em razão de transformações políticas, seja em razão de transformações tecnológicas, alteram-se as categorias Estatísticas e classificações sobre pobreza, origem étnica, religião, bens e tecnologias.

¹⁰ A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE é uma Instituição Federal de Ensino Superior que faz parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Foi fundada em 06 de março de 1953. A Escola promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão. Ver link: <http://www.ence.ibge.gov.br/>.

Nesse sentido, o autor enfatiza a diferença entre a classificação das Ciências Naturais e das Ciências Sociais, uma vez que aquela é uma relação de via única já que os entes classificados – plantas, animais – “não podem reclamar”, enquanto as pessoas possuem suas próprias ideias, às vezes até sentimentos extremados, a respeito de seus grupos. Em razão desse contexto, o sociólogo defende que as classificações sociais nos estados modernos devem receber tanta atenção dos pesquisadores atuais quanto os sistemas de classificação das sociedades pré-industriais receberam dos antropólogos.

Ainda segundo Starr, as categorias aprovadas pela lei e administração pública resultam de escolhas políticas, mas, também do contexto histórico e da ação coletiva. No entanto, a maior parte dos estudos tenderia a ver as classificações como consequência de uma estrutura simbólica e social naturalizada, e não mediada pelo Estado e nem pela vontade política. Sua importância, destaca o sociólogo, decorre do fato de que não pensamos e agimos a respeito dessas classificações e sim pensamos e agimos por meio delas.

Outro ponto levantado pelo sociólogo, diz respeito a uma adequação “forçada” da pessoa à classificação com o objetivo de obter benefícios do governo.

Se um estado destina benefícios para certas categorias, aqueles que gostariam de recebê-los tendem a adequar as concepções sobre si mesmos em relação às oficiais. De outro modo, se o estado taxa uma categoria em especial, aqueles que podem escapar também mudarão a representação sobre si mesmos (STARR, 1992, p.273, tradução nossa).

Starr enfatiza a importância de se refletir sobre a classificação oficial como uma escolha política ao invés de expressão inconsciente de estruturas mentais e sociais, o que pode ser comprovado, segundo o autor, a partir da criação e extinção de categorias ao longo do tempo, alteração dos nomes, e a elevação e queda de certos grupos sociais, em torno dos quais a classificação origina diversos conflitos por igualdade e legitimidade.

O que está em jogo, na classificação oficial, como mencionei, não são simplesmente categorias de pensamento, mas modelos de coalisões e alianças políticas, de grupos sociais ou grupos de interesses em comum. Se por um lado, esses grupos podem procurar o reconhecimento de uma identidade comum, por outro lado, categorias oficiais podem reunir pessoas que nunca imaginaram estar na mesma categoria em um status administrativo comum (STARR, 1992, p.280, tradução nossa).

Adotando perspectiva semelhante a Starr em relação às classificações, o filósofo Ian Hacking (2001) trouxe para a Filosofia da Ciência a perspectiva histórica. Hacking aponta que

as disputas a respeito das classificações, nas chamadas Ciências da Natureza, antecedem ao que chamamos modernamente de Ciência. Ainda na idade Média, nominalistas e realistas divergiam sobre a existência ou não de classes na natureza e se essas classes existiam na medida em que eram nomeadas. Em relação às classificações das Ciências Sociais, que interessam a esse trabalho, Hacking estabelece, como Starr, uma diferença fundamental das classificações das Ciências da Natureza. É o fato de o objeto classificado poder interferir de algum modo na classificação. Nesse ponto, o filósofo também abre a perspectiva para as Minorias poderem reclamar da ausência de classificação ou criticar um tipo de classificação Estatística.

Ian Hacking evidencia que as Estatísticas afetam a forma como vemos nossa sociedade e transformaram profundamente “o que desejamos fazer, quem tentamos ser, e o que pensamos sobre nós mesmos” (HACKING, 1995, p.3, tradução nossa).

3.2. Gramática da notícia Estatística

Tanto as Estatísticas quanto as notícias são produtos da modernidade. Imprensa e Estatísticas serviram, no século XVII, para consolidar a revolução burguesa na Europa, em oposição ao poder da aristocracia e da Igreja. O noticiário dos jornais, nessa época, focalizava as atividades mercantis e as disputas políticas, ou seja, tinha viés ideológico e fazia propaganda, fosse burguesa ou aristocrata. É nesse contexto da modernidade que, segundo o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (2006, p.112), surge a opinião pública, um fenômeno apoiado na alfabetização, na leitura e na escrita, e impulsionado pela crescente produção de livros e circulação de jornais. Tönnies evidencia o papel do discurso jornalístico para a socialização:

(...) a pequena mudança da literatura que penetra em todos os cantos dos lares, multiplicando o conhecimento, estimulando o pensamento, repetidamente comunicando verdades, mentiras, autenticidade e falsidades, evocando sentimentos apaixonados, confirmando atitudes, formando opiniões e sustentando conversas (2006, p.112).

A partir da perspectiva da Semiologia, Barthes (2003) questiona a objetividade do Jornalismo, no século passado, e realiza uma crítica ideológica da linguagem da cultura de massas que, a seu ver, transforma a cultura pequeno burguesa em natureza universal. Com base em matérias jornalísticas, algumas sobre Estatísticas econômicas, como a alta da inflação

na França, o autor trabalhou o conceito de mito, segundo ele “uma fala despolitizada”, quando os fatos relatados pela imprensa são descontextualizados do processo histórico que os constituiu.

Na realidade, aquilo que permite ao leitor consumir o mito inocentemente é o fato de ele não ver no mito um sistema semiológico, mas sim um sistema indutivo: onde existe apenas uma equivalência, ele vê uma espécie de processo causal: o significante e o significado mantêm, para ele, relações naturais. Pode exprimir-se essa confusão de um outro modo: todo o sistema semiológico é um sistema de valores; ora, o consumidor do mito considera a significação como um sistema de fatos: o mito é lido como um sistema fatural, quando é apenas um sistema semiológico (BARTHES, 2003, p.152).

Em meados do século passado, a utopia da imparcialidade da notícia frente ao sensacionalismo foi uma proposta norte-americana, defendida com base no rigor das técnicas de apuração e tratamento das informações. Quanto a sua estrutura, propriamente dita, a notícia define-se, no Jornalismo contemporâneo, segundo Lage (1985, p.16), como “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante.” Ocupando-se do papel de construir e transmitir relatos “verdadeiros” a respeito de tudo o que ocorre na sociedade, ou seja, traduzir o real na economia, na política, na cidade ou na cultura. Assim, o Jornalismo tornou-se uma das principais narrativas da modernidade.

A propósito da discussão sobre verdade no texto jornalístico, os editores do Grupo Globo, ao qual pertence o *Portal G1*, cujas notícias sobre Minorias no Censo 2010 são objeto dessa dissertação, discordam que seja uma utopia e seguem, ainda hoje, esse paradigma. No documento Princípios Editoriais, de 6 de agosto de 2011, garantem:

A tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo (GRUPO GLOBO, 2011, p.3).

O documento, como é de se esperar, não coloca em jogo o conteúdo ético e político envolvido na produção da notícia, e os interesses econômicos presentes em um grande conglomerado de Mídia, deslocando a questão para o campo da Filosofia e para a discussão sobre objetividade e subjetividade. O manual dita, ainda, que o Jornalismo é “aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção” (GRUPO GLOBO, 2011, p.3).

Nessa perspectiva, a notícia que utiliza Estatística traz uma dupla presunção de verdade, em parte decorrente da pretensa objetividade da notícia e por outro lado pelo caráter científico que as Estatísticas carregam. Senra (2009, p.40) evidencia que as Estatísticas têm dupla força: sintática (como signo, números que são) e semântica (com o sentido da construção científica). Vem daí a relevância do discurso estatístico que, segundo o autor, tem grande serventia para as argumentações políticas porque reduz as polêmicas.

As estatísticas configuram aglomerados previamente organizados, expressando-os na linguagem dos números, linguagem que, na tradição científica ocidental, se quer objetiva e universal. Vale marcar: as estatísticas são expressões numéricas, construídas cientificamente, organizadoras ou reveladoras de coletividades previamente virtualizadas ou idealizadas. Sendo feitas no amparo das ciências, têm enorme potência (SENRA, 2005, p.2).

Senra (2009, p.40) destaca, ainda, que “embora num primeiro instante reduza-se e diminua-se a realidade, perdendo-se a exuberância das individualidades, num segundo instante se a amplifica; se é fato que se perde a riqueza das unidades também é verdade que se ganha a riqueza do coletivo”.

A notícia Estatística segue os princípios básicos das notícias, referidos nas teorias do Jornalismo – atualidade, ineditismo, proximidade, relevância pública. No entanto, como não se trata de relatar fatos, mas sim de relatar representações numéricas de fatos, ela possui diversas características que interferem na sua produção. Uma das principais é que, na notícia Estatística, existem peculiaridades nas dimensões tempo e espaço, que precisam ser bem compreendidas pelo repórter para que ele seja capaz de escrever corretamente sobre o tema da pesquisa.

Há vários tempos a ser considerados nas pesquisas: o primeiro é o tempo da coleta das informações, ou seja, a que mês ou ano os dados estão se referindo. As informações do Censo 2010, por exemplo, foram coletadas ao longo dos meses de agosto e setembro de 2010, tendo 31 de julho como data de referência para algumas perguntas, para evitar, por exemplo, que se contassem duas vezes as pessoas que se mudaram de um município para outro, durante a coleta da pesquisa.

Após a etapa da coleta, cada pesquisa tem o tempo de análise e tabulação dos dados, antes de ser divulgada para a Sociedade. Se a pesquisa for mensal, então as informações coletadas em determinado mês são analisadas, tabuladas e divulgadas no mês seguinte, ou após dois meses. Nas pesquisas anuais, a defasagem entre o tempo de coleta e a divulgação

também depende de cada pesquisa. Por isso, a notícia Estatística precisa explicitar que o dado não se refere ao momento da divulgação, que é o segundo tempo a ser considerado, mas a um momento no passado. Os resultados do Censo 2010, por exemplo, foram divulgados, na sua maioria, entre 2011 e 2012.

Para melhor representar as transformações sociais e econômicas, as notícias Estatísticas devem incluir, também, comparações temporais dos resultados, que constituem as chamadas séries históricas. Por exemplo, mencionar que a taxa de analfabetismo do Censo 2010 (9,6%) caiu em relação ao Censo 2000 (13,6%). Com o objetivo de verificar tendências, as notícias Estatísticas sobre pesquisas conjunturais devem apresentar comparações mensais, trimestrais, semestrais e anuais dos dados.

Na notícia Estatística, também tem relevância a dimensão espacial. E do mesmo modo que o tempo, cada pesquisa possui abrangência espacial diferente. Algumas apresentam resultados somente para o país e grandes regiões, outras contêm informações para os estados. Nesse sentido, o Censo é a pesquisa mais completa do IBGE, pois traz vários dados demográficos e indicadores sociais para todos os 5.565 municípios brasileiros. Nele, os dados coletados em cada residência são agregados por município, e a partir de cada município, para o Estado, para uma das cinco regiões brasileiras e para o país.

Por exemplo, o rendimento médio mensal dos domicílios brasileiros, no Censo 2010 (R\$ 2.535,31) não existia efetivamente para todos, de todas as localidades, pois se tratava de uma média dos rendimentos, que variava desde R\$ 1.621,98, na região Nordeste, a R\$ 3.007,32, no Centro-Oeste. Então, atendendo ao princípio da proximidade, quando se escreve a notícia Estatística, deve se dar destaque à informação local, sendo útil compará-la ao total nacional a fim de se buscar um parâmetro.

A notícia Estatística apoia-se, assim, nas comparações temporais e nas séries históricas, bem como nas comparações espaciais. A taxa de desemprego pode cair esse mês, em relação ao mês anterior, e na comparação com o mesmo mês do ano anterior. E pode ser maior na região metropolitana da Bahia, do que na do Rio de Janeiro. Combinada com indicadores sociais, busca-se que a Estatística seja melhor compreendida como se comparando, por exemplo, o desemprego entre as mulheres e os homens, entre os jovens e idosos, entre brancos e negros. A notícia apoia-se, também, em gráficos e tabelas, recursos que ajudam o leitor a compreender o resultado das pesquisas.

Outro ponto determinante para a redação correta da notícia Estatística é a compreensão a respeito das classificações sociais e econômicas. A classificação das Estatísticas públicas é o

conjunto de termos, aos quais correspondem significados, presentes nas pesquisas, que geralmente são resultado de convenções internacionais.

Nos resultados do Censo 2010, a classificação é mostrada na parte inicial da publicação, no capítulo “Conceitos e definições” (IBGE, 2012). Assim, na declaração sobre cor e raça, “amarela” significa “de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.” (2012, p.30); pessoa desocupada (desempregada) significa “a pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que teve nesse período” (2012, p.35). Ou seja, para o IBGE se a pessoa não fez nada para arranjar um trabalho, ela não é considerada desempregada. Já o rendimento per capita, era “a divisão do rendimento nominal mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exceto aqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico” (2012, p.43).

Sabe-se que as classificações Estatísticas dificultam a redação da notícia. Seja na área econômica ou social, as classificações necessitam ser traduzidas, ou porque são incompreensíveis para o público, ou porque levam a uma compreensão errada sobre os temas. Um exemplo é o indicador de “esperança de vida ao nascer”, que costuma ser utilizado na Mídia com o nome de expectativa de vida. Quando o IBGE divulgou que a esperança de vida do brasileiro, em 2010, era de 73,5 anos, isso não significava que todos os brasileiros iriam viver por esse tempo, a partir daquele momento, como foi noticiado em alguns veículos, e sim que as pessoas que nascessem em 2010 viveriam, em média, 73 anos e seis meses. O indicador também não deixa evidenciado que a esperança de vida é uma média, ou seja, algumas pessoas, provavelmente as que têm renda maior e melhor acesso aos serviços de saúde, viverão mais do que o número de anos estabelecido como indicador de esperança de vida e algumas, com renda menor, viverão menos.

Outro exemplo de classificação econômica que acarreta problemas é a já citada taxa de desocupação. Chamada nas notícias de desemprego, é a percentagem de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas, sendo economicamente ativas a soma das pessoas entre 15 e 65 anos ocupadas e desocupadas. Pressupõe-se que, nas notícias sobre taxa de desemprego, a grande maioria do público desconhece essa complicada operação algébrica.

O grande volume de resultados de uma pesquisa como o Censo Demográfico é outro desafio presente na redação da notícia Estatística. Nesse sentido, supõe-se que a produção

desse tipo de notícia pode ser facilitada com a instituição das seguintes etapas: seleção, ordenação e nomeação das informações.

A seleção das informações, entre um conjunto amplo, deve levar em conta os critérios da relevância pública, ou seja, de que modo e em que intensidade os temas selecionados contribuem para a Sociedade; o critério da proximidade do resultado em relação ao público a que o veículo se dirige; o da atualidade, que aponta a importância de se escolher o resultado mais atual que exista para a pesquisa, e o ineditismo. Uma nova pesquisa, que traz uma informação Estatística nunca antes produzida tem grande interesse jornalístico, apesar de nesse caso, não ser possível fazer comparações temporais.

Selecionadas as informações, de acordo com os critérios acima, é o momento de se ordenar conjuntos de dados, por semelhança temática ou por coincidência temporal e espacial. Ao escrever uma notícia Estatística, corre-se o risco de se listar uma série de resultados, que não guardam relação uns com os outros. Por essa razão, a ordenação das informações por semelhança deve reunir temas afins, como trabalho e rendimento ou educação e trabalho ou, ainda, condições dos domicílios e rendimento.

Também é possível escrever a notícia Estatística mostrando-se diversos resultados diferentes para um lugar específico, por exemplo, as condições de vida de determinado município brasileiro, ou ainda, mostrar os resultados de um local para uma época específica, como década de 80.

A nomeação, terceira etapa da produção da notícia Estatística, diz respeito à utilização adequada das classificações Estatísticas, preferencialmente aquela explicitada na metodologia da pesquisa. Também fazem parte dessa etapa, a escolha dos verbos relacionados ao fazer estatístico – como revelar, indicar, registrar, mostrar, elucidar, destacar e evidenciar – bem como dos substantivos.

Para se enriquecer a notícia Estatística, do ponto de vista da Cidadania, sugere-se, nessa dissertação, que para cada indicador produzido - educação, trabalho, rendimento - mostrem-se os resultados de acordo com o gênero, idade, cor e raça, religião, entre outros, para se perceber a desigualdade nas condições de vida das Minorias em relação ao total do país. Esse pode ser um modo de se produzir uma notícia sobre Estatística que atenda ao fortalecimento da Cidadania. As Estatísticas também podem ser melhor compreendidas com a utilização, nas notícias, de “personagens” que se encaixam em perfis apontados pela pesquisa: o negro universitário; a mulher empregada doméstica, o idoso que voltou a trabalhar etc.

Para escrever corretamente uma notícia Estatística, além de compreender as

classificações, o jornalista precisa ter habilidade para ler tabelas, gráficos e planilhas eletrônicas, e é importante conhecer os sistemas de banco de dados do IBGE, como o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)¹¹

Para o jornalista iniciante na cobertura das Estatísticas públicas, isso é tarefa difícil, já que não existe capacitação com esse fim nos cursos de Jornalismo. Além disso, por razões de restrição orçamentária, os cursos oferecidos pelo IBGE não atendem à demanda da Mídia. Outra questão é que esses cursos são oferecidos preferencialmente para veículos da Mídia hegemônica, não o sendo para veículos comunitários ou de Organizações não-governamentais. Então, o profissional aprende, na prática, após frequentar as entrevistas coletivas de apresentação dos dados.

Alguns erros nas notícias sobre Estatísticas decorrem por não considerarem corretamente as dimensões tempo e espaço das pesquisas, mas também da dificuldade do Jornalista compreender a própria Ciência Estatística. Diferenciar, por exemplo, média e mediana, rendimento nominal e rendimento real. O tempo exíguo para a produção da matéria, também, atrapalha a produção da notícia Estatística, especialmente em um veículo de tempo real, como o *Portal G1*, objeto dessa dissertação. Isso porque as Estatísticas induzem a erros, ainda mais se o repórter não participou da entrevista coletiva, não consultou o pesquisador do IBGE ou outra fonte externa para contextualizar as informações com que está trabalhando.

Sabe-se que os jornais e agências de notícia que detêm repórteres setoristas no IBGE, especialmente Agência Estado, Agência Folha e Reuters, O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, conseguem produzir notícias a partir de Estatísticas com maiores índices de correção e qualidade. Nesses casos, em razão de participarem diversas vezes ao mês, de entrevistas coletivas, reuniões, cursos e oficinas oferecidos pelo Instituto, os repórteres conseguem lidar melhor com esse tipo de notícia.

No entanto, supõe-se que TVs, sites de notícias, como o *G1*, e os veículos regionais costumam produzir notícias com mais erros ou menor profundidade. Em alguns casos, são cópias dos *releases* distribuídos pelo IBGE, como mostraremos no capítulo 5 dessa dissertação, que traz a análise de notícias sobre Minorias no Censo 2010, no *Portal G1*.

Nota-se, nessas entrevistas coletivas, a ausência de representantes da Mídia comunitária e Mídia contra-hegemônica, por razões que pretendemos explicitar ao longo do

¹¹ O SIDRA armazena tabelas contendo os dados agregados das pesquisas que o IBGE realiza. Um dado agregado pode ser obtido, por exemplo, através do somatório dos valores de quesitos contidos em um questionário respondido pelos informantes da pesquisa, e está associado às unidades de um nível territorial (unidade da federação, município etc), a um período de tempo e, muitas vezes, a um conjunto de classificações que o qualificam.

trabalho e que levarão, nas conclusões dessa dissertação, à proposição de um modelo alternativo de Comunicação pública das Estatísticas.

3.3. Comunicação cidadã de Estatísticas

Comunicação contra-hegemônica, Comunicação para o desenvolvimento, Comunicação popular, Comunicação comunitária, Comunicação cidadã e Comunicação pública são modelos de Comunicação diferentes, relativos a contextos históricos e sociais determinados, mas que têm em comum a busca pela Cidadania. Essas propostas nascem, frequentemente, da necessidade de um grupo ou comunidade por informações que contribuam para a melhoria da sua condição de vida.

Nesse sentido, são modelos que florescerem a partir de um lugar de carência, seja em decorrência da falta de informação, da falta de identificação e da ausência de partilha dos bens simbólicos oferecidos pela Mídia hegemônica. Esse sentimento de “não dizer respeito”, de “falta de identificação” ou de “não fazer sentido”, do integrante da comunidade em relação à Mídia hegemônica, existe em razão de um modelo de Comunicação que ignora a diversidade, na produção e na recepção dos conteúdos.

Foi o que constatou Paiva (2008, 19) em uma pesquisa que teve como objeto 645 notícias sobre favelas, publicadas pelos jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Dia, e que apontou que a representação desses locais estava na maioria das vezes relacionada ao tráfico de drogas e aos problemas sociais. A pesquisadora conclui que a representação das comunidades periféricas pela mídia hegemônica contribuía para a criação e manutenção de estereótipos sociais. Paiva destaca que “a notícia é um produto cultural que, para além do ato de informar, situa os indivíduos na complexidade das relações contemporâneas. É através dela que a audiência experimenta cotidianamente percepções do mundo e espaços de convívio.”

A partir do pressuposto de que a Comunicação hegemônica nem sempre contribui para a conquista da Cidadania, surgem modelos alternativos de Comunicação. Autoras como Paiva (2007) e Peruzzo (2003) dedicaram-se a formular os conceitos de Comunicação cidadã e de Comunicação comunitária, adotando como entendimento comum que a Comunicação contra-hegemônica coloca em evidência o receptor de mensagens, transformando-o em produtor e gestor da Comunicação realizada na sua comunidade.

Segundo o pensamento das notáveis pesquisadoras, se a tarefa de produzir notícias nos

jornais e revistas, rádios e TVs estiver a cargo de um grupo de profissionais e de poucas empresas de Comunicação, com interesses privados, o resultado é um conteúdo político-ideológico e cultural pouco diverso e inclusivo, ou seja, não democrático. É preciso buscar, desse modo, um modelo de Comunicação mais inclusivo em que as Minorias sejam capazes de produzir e veicular conteúdos que expressem suas visões de mundo e suas demandas.

No entanto, é um engano pensar que a Mídia contra-hegemônica tenha começado agora. Esse modelo vem sendo experimentado há décadas, por meio da imprensa sindical, das rádios comunitárias ou programas de TV para comunidades étnicas ou religiosas. Mais recentemente, ganhou impulso com a internet, que representou a economia com os custos de impressão e distribuição de veículos impressos tradicionais, agora veiculados como noticiário em tempo real, e também barateou a produção de audiovisual, como por exemplo a partir de ferramentas de compartilhamento de conteúdos como o *Twitcast*, para transmissão de vídeos em tempo real.

Comunicação e Cidadania interrelacionam-se pelo menos de dois modos. Comunicar-se é em si um direito individual do cidadão e dos grupos sociais. Mas também é por meio dos veículos de Comunicação, nos quais se dão as disputas políticas na contemporaneidade, que se pode obter os direitos sociais a moradia, ao trabalho, à saúde, à educação e ao lazer.

Paiva (2007) formula o conceito de Comunicação comunitária a partir de oito pilares, que acabam por dizer respeito, também, a várias experiências de Comunicação alternativa: contra-hegemonia; estrutura polifônica; novas formas de linguagem; novas relações de trabalho; integração entre produtores e consumidores; perspectiva educacional, inovação tecnológica e intercâmbio entre pensamento e ação. Com o conceito, a pesquisadora consegue estabelecer a ponte entre a Comunicação e a conquista da Cidadania.

A autora sugere, ainda, a possibilidade de transformação social, o que está presente na perspectiva marxista em Gramsci de que a mudança da sociedade se dá no nível da economia, mas também a partir do nível da cultura e da ideologia, em uma dinâmica chamada pelo autor de *sobredeterminação*.

A alternativa, na proposição de Paiva, para fazer frente a um estado ineficiente para atender suas responsabilidades constitucionais, tais como saúde, educação, habitação e segurança, seria a comunidade gerativa: “um conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos” (2007, p.147), por meio da política gerativa, que é a ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade visando a melhoria das condições de vida.

Peruzzo (2003), por sua vez, ressalta que a participação cidadã nos meios de Comunicação não se restringe à Mídia comunitária como, por exemplo, canais de TV a cabo ou rádios comunitárias. Para a autora, na Mídia hegemônica também haveria possibilidade do fortalecimento da Cidadania, por meio da veiculação de programas diversificados, comunitários ou locais dirigidos, com maior espaço para conteúdos alternativos. “O poder de Comunicação pela mídia, até há pouco tempo extremamente centralizado e controlado por setores dominantes da sociedade, passa a ser democratizado, embora não represente ruptura na estrutura da grande mídia” (2003, p.257).

Mesmo assim, Peruzzo (2003) defende que o direito de se comunicar não deve estar restrito aos donos das empresas de Comunicação, aos profissionais especializados, mas deve ser estendido aos cidadãos e suas organizações representativas. A autora destaca que a principal diferença da Comunicação comunitária, quando realizada a partir de processos coletivos democráticos, é que o cidadão não é apenas receptor, mas se torna produtor e transmissor do conteúdo informativo, além de gestor da Comunicação.

Partindo do pressuposto de que o Jornalismo é a narrativa da atualidade por excelência, Paiva (2006) propõe, também, um modelo de produção jornalística para o terceiro milênio baseado no conceito de narrativa inclusiva. O novo formato de Jornalismo se daria, segundo a pensadora, a partir do diálogo entre a Comunicação comunitária e a Comunicação corporativa produzida pela grande Mídia. A Comunicação comunitária emprestaria à corporativa a vitalidade relacionada à relação de proximidade das comunidades com seu cotidiano, enquanto esta emprestaria àquela o acesso às técnicas de produção.

O Jornalismo inclusivo seria forjado, na visão de Paiva, a partir da inter-relação dos dois modelos, produzindo um formato menos informativo, factual ou sensacionalista, para outro “mais ancorado nas realidades cotidianas, objetivando uma existência mais integrada entre os indivíduos e seu real histórico” (2006, p.70). Na prática, significa uma apuração cuidadosa de todos os atores envolvidos, a redação da notícia caracterizada pelo cuidado com a utilização de termos ou ideias que denotem preconceitos ou pré-julgamentos, com o objetivo de apresentar uma variedade maior de falas.

As notícias sobre Minorias são retratos, mas, também são espelhos nos quais esses grupos se reconhecem. Tanto o conhecimento sobre si quanto o reconhecimento dos outros é o que constitui a Minoria. Dessa perspectiva, elas servem para despertar a identidade e o sentido de comunidade. Alguns movimentos sociais protetores de direitos de Minorias têm noção da importância dessa representação, seja nas Estatísticas do IBGE, seja pela Mídia. Um exemplo

é o movimento *LGBT*, quando estimulou a participação de seus integrantes no Censo 2010, criando o slogan “*IBGE: se você for LGBT, diga que é!*”.

É nesse contexto que há o fortalecimento da comunidade, que é defendida por Paiva (2003), em uma das obras fundadoras da Comunicação comunitária no país, *O espírito comum – comunidade, Mídia e globalismo*:

Cidadania e solidariedade transformaram-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da premissa econômica universalizante, esta mesma que pretende instaurar de maneira genérica a globalização. A proposta comunitária surge como nova possibilidade de socialização, com o propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número dos excluídos parece cada vez mais ampliado (PAIVA, 2003, p.26).

Com perspectiva semelhante à Comunicação cidadã, surge um novo conceito no campo comunicacional – a Comunicação pública, que se aproxima da Comunicação cidadã ao dar destaque para o interesse público, diferenciando-se da Comunicação hegemônica, constantemente atrelada aos interesses privados. A ênfase na Comunicação pública decorreu da ampliação do espaço público, com a criação de inúmeras entidades representativas dos direitos cidadãos e organizações não-governamentais ligadas aos movimentos sociais.

A partir da formulação e operacionalização desse conceito, Duarte (2009) enriquece o pensamento sobre Comunicação contra-hegemônica, colocando em destaque no processo de Comunicação na sociedade, valores como a transparência, o interesse público e a democracia no acesso à informação. O autor ressalta que o conceito de Comunicação pública teve origem na Comunicação governamental, especialmente após a década de 1980, com a redemocratização e os avanços sociais pós-Constituição de 1988, e que se fortaleceu, posteriormente, a partir da criação de conceitos relacionados à área de gestão, como responsabilidade social das empresas privadas e o princípio da transparência pública.

Nesse sentido, atualmente, a Comunicação pública não se restringe aos órgãos de governo, mas ocorre “no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e Sociedade Civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público”. (DUARTE, 2009, p.2). Desse modo, lida com conteúdos variados como prestação de contas, campanhas de utilidade pública, direitos e deveres do cidadão e dados públicos, entre os quais se destacam as Estatísticas públicas.

Em razão de pretender alcançar o público mais amplo possível, a Comunicação pública apoia-se, usualmente, na grande Mídia, ocorrendo de modo unidirecional, instituição-

cidadão. No entanto, o modelo mais adequado, segundo destaca Duarte, é o da Comunicação pública como “um processo circular, permanente, de troca de informações e mútua influência” (2009, p.4).

O desafio da Comunicação pública envolve, também, a necessidade da educação do cidadão para exercer a Cidadania. Matos (2014) destaca a importância de se educar para a Comunicação pública e para a Comunicação política, pois é a partir da capacidade comunicativa que se forma o cidadão. Porque a inexistência de cidadãos que saibam se comunicar a respeito dos temas públicos pode inviabilizar a democracia real.

A rigor, todo cidadão precisaria adquirir algumas das habilidades, por exemplo, de um vereador, de um advogado – de vir a público para falar, discursar, interrogar, discordar, propor, denunciar. E tais habilidades não deveriam ser consideradas dons de uns e vocação de outros; antes, precisam ser inculcadas e desenvolvidas em crianças e jovens, como um projeto social de formação de cidadãos, de formação de comunicadores públicos (MATOS, 2014, p.6).

Isso quer dizer que o redesenho de um modelo de democracia mais adequado às demandas sociais das Minorias, na sociedade contemporânea, inclui, fundamentalmente, ações na área da educação das crianças e jovens para a participação política. Trata-se de garantir que a Comunicação dos temas de interesse público seja realizada da forma mais transparente e democrática possível, do ponto de vista da correção e agilidade no fornecimento das informações, e sua destinação para públicos diversificados. Mas, também de entender que o cidadão precisa ser educado para saber solicitar a informação, duvidar da sua exatidão, sugerir novos modos de acesso a ela. Ou seja, para exigir a Comunicação pública de fato não basta o ente público ou privado fazer seu papel, é necessário que o cidadão assuma um lugar de protagonismo no processo de Comunicação.

É nesse contexto que se dá a Comunicação das Estatísticas do IBGE, na qual há o desafio de se construir um modelo de Comunicação pública em que o Instituto reconheça a importância de estabelecer com os cidadãos uma Comunicação circular, superando o antigo modelo de disseminação ou divulgação de informações, em um único sentido. Além disso, é necessário refletir sobre esse modelo de Comunicação, que privilegia a quantidade de informações em detrimento da qualidade e do uso adequado delas.

4. MINORIAS, ESTATÍSTICAS PÚBLICAS E O CENSO 2010

Realizado de dez em dez anos pelo IBGE, o Censo Demográfico visa contar os habitantes do território brasileiro, mostrar suas características e o modo como vivem. Conhecer em detalhe a população é importante para o governo traçar seus investimentos e políticas públicas. O primeiro Censo realizado, no Brasil, foi em 1872, e desde então vêm sendo produzidos censos, cuja história confunde-se com a do país. O censo é conhecido, no campo da Estatística, como a mais complexa operação em tempos de paz, devido à mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais. É por essa razão que se diz que o planejamento do próximo censo tem início imediatamente após o início da coleta do censo anterior, ou seja, dura dez anos.

Esse capítulo traz um relato resumido da operação censitária, destacando alguns aspectos relativos a recursos humanos, financeiros e tecnológicos. Também mostra os resultados da Análise Documental sobre a utilização do termo Minorias nas pesquisas do IBGE, e traz, ainda, os dados estatísticos do Censo 2010 sobre as condições de vida das nove Minorias tratadas nessa dissertação: mulheres, crianças, idosos, homossexuais, negros, índios, deficientes, imigrantes e praticantes de Candomblé/Umbanda. O objetivo é evidenciar, por meio dos resultados do Censo 2010, as desigualdades sociais às quais são submetidas as Minorias. Além disso, os resultados, apresentados aqui, serviram de base para a produção dos *releases* do IBGE e notícias do *Portal GI*, analisados no capítulo 5.

4.1. A operação censitária

A partir de 1º de agosto de 2010, os recenseadores do Censo 2010 visitaram cada um dos 58 milhões de domicílios para construir um novo retrato da sociedade brasileira, por meio da coleta de informações demográficas, socioeconômicas e habitacionais. Única pesquisa domiciliar com informações sobre os 5.565 municípios brasileiros, o Censo investigou um conjunto de dados integrado por características dos domicílios, relações de parentesco, taxa de fecundidade, nível educacional, trabalho e rendimento, cor e raça, religião, entre outras informações, com o objetivo de captar as transformações da sociedade na década 2000-2010. A coleta do Censo foi realizada a partir de uma base territorial, na qual o país foi dividido em cerca de 314 mil setores censitários (menor unidade de coleta). Para cobrir 8,5 milhões de

quilômetros quadrados do território brasileiro, o IBGE dividiu o país em 222 áreas, que continham 1.283 subáreas. O Censo envolveu o trabalho de mais de 225 mil agentes censitários e recenseadores. Pela primeira vez, foi possível responder o Censo pela internet.

O Censo Demográfico 2010 custou cerca de 1,5 bilhão (preços de 2010), representando R\$ 22,18, por domicílio, ou R\$7,86 por pessoa. Na realidade, o Censo custou mais que esse valor, no qual não estão incluídos os custos pelo uso da infraestrutura, do pessoal permanente e de outros itens que o IBGE mantém para suas atividades correntes e que são compartilhados em todo ciclo da operação censitária. Incluído no Plano Plurianual do Governo Federal do período 2008-2012, o Censo recebeu recursos específicos nos Orçamentos Gerais da União dos respectivos exercícios fiscais.

A maior parte do orçamento (66,6%) foi consumida pelo pagamento de remunerações, benefícios e encargos dos recenseadores. 21,5% foram gastos com despesas correntes, especialmente com diárias e passagens utilizadas nos deslocamentos para os treinamentos e atividades de supervisão, e com os contratos de serviços de terceiros para impressão e distribuição de material de treinamento, serviços de informática e Comunicação. O restante (11,7%) correspondeu a gastos de investimento.

Entre o Censo 2000 e o Censo 2010, já descontados os efeitos da inflação, houve um aumento de 32,4% no custo total, com valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. No entanto, se considerados o crescimento da população, de 169,8 para 190,8 milhões, e dos domicílios no período, os incrementos nos custos por pessoa e por domicílio representaram, respectivamente, de 17,8% e 6,4%.

Quadro 2 – Custos dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (em R\$)

Custo	Censo 2000	Censo 2010	Variação (%)
Valor sem correção	560 238 517,77	1 398 306 218,94	149,6
Valor corrigido pelo IPCA (1)	1 132 181 667,29	1 498 787 295,90	32,4
Custo por pessoa (sem correção)	3,30	7,33	122,2
Custo por pessoa (corrigido pelo IPCA)	6,67	7,86	17,8
Custo por domicílio (sem correção)	10,31	20,69	100,7
Custo por domicílio (corrigido pelo IPCA)	20,84	22,18	6,4
População recenseada	169 799 170	190 755 799	12,3
Total de domicílios	54 332 670	67 569 688	24,4

(1) Os custos anuais dos Censos foram corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Metodologia do Censo Demográfico 2010

A história dos censos coincide, também, com a história das tecnologias de informação e Comunicação. E como os avanços são rápidos, cada censo possui um marco tecnológico que é um testemunho da tecnologia de ponta utilizada na época. O Censo 2010 foi o primeiro censo demográfico digital do mundo, utilizando-se dessas tecnologias desde a coleta, transmissão, processamento e divulgação dos dados, com a realização das entrevistas em computadores de mão equipados com receptores GPS e mapas digitalizados.

Além de fazer o recenseamento de todos os moradores nos domicílios particulares ocupados e nos domicílios coletivos (presídios, orfanatos e asilos, hospitais psiquiátricos), o Censo 2010 realizou, também, o cadastro de todas as unidades domiciliares – domicílios fechados, vagos ou de uso ocasional –, bem como dos estabelecimentos – agropecuários, de ensino, de saúde, de outras finalidades – que integraram cada setor. Graças à tecnologia de georeferenciamento, as informações dos mapas de setor e a descrição de seus limites também foram objeto de atualização.

Para apoiar as atividades operacionais de coleta do Censo 2010, foram criados sete mil postos e unidades de trabalho transitórias, estabelecidas em cada município, distrito, bairro ou localidade. Os postos de coleta, implantados em áreas servidas por estruturas de transporte e Comunicação que atendiam a requisitos de segurança pessoal e patrimonial, bem como às questões relacionadas ao sigilo, constituíram-se, na estrutura censitária, nas unidades mais próximas da coleta, onde se reuniam as equipes de recenseadores.

Levou cerca de um ano o desenvolvimento do aplicativo da coleta do Censo, no qual foi utilizada a linguagem de programação Java, com biblioteca *Superwaba*, própria para ser executada em diversos tipos de plataformas, inclusive em dispositivos não móveis. Esse aplicativo foi testado, pela primeira vez, no Censo Experimental 2009, em Rio Claro (SP), tendo sido instalado nos computadores de mão (*Personal Digital Assistant – PDA*) da marca Mio, com plataforma Windows Mobile e nos *netbooks*, com plataforma Linux. No entanto, no Censo Experimental, verificou-se que o *netbook* não era um equipamento adequado para a coleta, e, em seu lugar, foram adquiridos PDAs da marca LG e Mio.

Graças à interface do aplicativo da coleta com outros sistemas utilizados no Censo 2010, foi possível produzir relatórios de apoio à supervisão da coleta e gerenciais, além de se emitir resumos da coleta, por meio dos quais os supervisores puderam acompanhar em tempo real o andamento da coleta. Ressalta-se que todas as informações armazenadas no PDA ficavam em arquivos criptografados, e não em bancos de dados, justamente para torná-lo mais ágil, não sobrecarregando, assim, a transmissão. Ao final da coleta, foram computadas

57.167.582 entrevistas presenciais, sendo 50.973.791 questionários Básicos e 6.193.791 questionários da Amostra. Vale ressaltar que, conforme detalharemos adiante, o questionário Básico contém 37 perguntas e foi aplicado em todos os domicílios brasileiros; já o da Amostra, com 108 perguntas, foi respondido apenas por uma parte (amostra) da população. Pelo sucesso e pioneirismo na área tecnológica, o IBGE ganhou o prêmio *NetExplorateur*, da Unesco e de empresas de tecnologias mundiais, em Paris, no ano de 2011, além de outras várias menções honrosas.

No Censo 2010, numa tentativa de mostrar, com transparência, os trabalhos de Geografia e Estatística e ampliar a participação da sociedade nos processos e na divulgação dos estudos, levantamentos, mapeamentos e pesquisas da Instituição, o IBGE estabeleceu as Comissões Municipais de Geografia e Estatística – CMGEs. Instituídas em 5.564 municípios brasileiros, as CMGEs mobilizaram cerca de 79 mil pessoas no País, em 27.411 reuniões, realizadas no período de junho de 2009 a dezembro de 2010. O município de Macuco (RJ) foi o único no país que não concordou em instalar uma comissão municipal. Houve, também, Comissões estaduais e locais.

Durante o Censo, as Comissões tiveram como prioridade acompanhar todo o projeto, desde o planejamento até a divulgação dos resultados. Com representantes do IBGE, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos municípios e outros representantes de organizações civis locais, as Comissões funcionaram como um fórum que reuniu interessados nos resultados das atividades censitárias. Por meio delas, foi possível resolver antecipadamente diversas questões, que poderiam prejudicar a coleta de dados ou gerar questionamentos sobre os resultados. As comissões não tiveram, no entanto, qualquer interferência nas orientações técnicas e conceituais definidas pelo IBGE.

Quadro 3 – Reuniões e membros cadastrados por tipo de comissão

Comissões	Reuniões	Membros Cadastrados
Comissões Censitárias Estaduais	94	1 231
Comissões Municipais de Geografia e Estatística	27 114	78 592
Comissões Censitárias Locais	135	936

Fonte: IBGE, Relatório de Atividades da COQ/CPA.

4.2. Censo demográfico e Minorias

A história dos Censos realizados no país, de certa forma registra também as transformações sociais do Brasil. O primeiro censo, realizado em 1808, apurou uma população de 4 milhões de habitantes. O XII Censo Demográfico, realizado em 2010, totalizou uma população de mais de 190 milhões de habitantes e trouxe consigo importantes transformações nos métodos de trabalho, especialmente quanto à utilização da tecnologia de georeferenciamento que possibilitou a espacialização das informações Estatísticas.

Nem todas as Minorias foram representadas no Censo 2010, pois existem “Minorias invisíveis”, por exemplo, os ciganos, Minoria étnica que nunca foi recenseada porque, segundo o IBGE, não se podem contar comunidades que se deslocam pelo território. A mesma justificativa metodológica é utilizada em relação aos moradores de rua, outra Minoria invisível para o Instituto. Também ficaram “invisíveis”, no Censo 2010, algumas Minorias que foram recenseadas, porém os dados não foram analisados e divulgados. Isso ocorreu com os moradores de quilombos, porque litígios sobre a demarcação de seus territórios inviabilizaram a divulgação das informações coletadas sobre essas comunidades.

As Minorias religiosas também se enquadraram nesse exemplo, já que apesar das informações terem sido coletadas para todas as religiões (trata-se de uma pergunta aberta), a maior parte das religiões não foi mencionada no texto de análise, embora existam tabelas com dados sobre as condições de vida de seus praticantes. Por exemplo, Candomblé/Umbanda é exemplo de religião para a qual não foi produzido texto de análise de dados.

Destaca-se, porém, que o IBGE tem buscado melhorar a qualidade das Estatísticas oficiais e adequar suas pesquisas às transformações sociais, apesar das restrições orçamentárias e de pessoal. Um exemplo é o aprimoramento da classificação de “cor e raça”, ampliando a pesquisa para origem étnica, já que hoje a pessoa deve se classificar em uma das cinco opções. Nesse sentido, em 2008, foi realizada a Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População – PECERP¹², considerada o primeiro passo para ampliar o espectro de compreensão das categorias nas Estatísticas oficiais em relação às questões étnico-raciais. No estudo, em relação à origem familiar, foram propostas nove classificações: africana; centro-americana; europeia; indígena; judaica; norte-americana; oriente médio, síria, libanesa, armênia; sudeste asiático e sul-americana (exceto brasileira).

No sistema de cor ou raça da população adotado pelo IBGE, no Censo 2010,

¹² Link: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm

constaram cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. Apesar das críticas, as categorias têm contribuído, no entanto, para legitimar as representações sobre os diferentes grupos étnico-raciais que habitam o País. Diversos levantamentos populacionais do Instituto, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e os censos demográficos, utilizam a classificação. O Estudo Síntese de Indicadores Sociais destaca a distinção por cor ou raça da população como uma variável chave para compreender as desigualdades sociais.

Outra questão é que o atual debate sobre as políticas públicas que visa à promoção da igualdade no acesso das populações negra e indígena às universidades públicas e aos concursos públicos acarretou a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o sistema do IBGE. Reforçaram a demanda pela revisão, os compromissos assumidos pelo país, em 2001, durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, quando foi adotada a Declaração e o Programa de Ação de Durban, que trata das políticas e práticas de coleta e desagregação de dados, pesquisas e estudos na área racial.

A partir do comprometimento de revisar a metodologia e conteúdo das investigações do IBGE sobre cor e raça, a Pesquisa das Características Étnico Raciais da População – PCERP 2008 teve como objetivo levantar uma base empírica de informações, visando subsidiar estudos e análises para a elaboração de um novo sistema de classificação étnico-racial utilizado nos diversos levantamentos estatísticos de dados populacionais do Instituto. A pesquisa foi realizada em uma Unidade da Federação selecionada em cada Grande Região (Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal), segundo critérios de representação étnico-racial e, também, fatores logístico e operacional. No entanto, ficaram de fora estados com importante representação da população preta ou parda, como Rio de Janeiro e Bahia, em função deste critério.

Os dados revelados pela pesquisa servem de base de estudos para o próprio IBGE e para especialistas do tema em outras instituições, visando aprofundar a compreensão das categorias étnico-raciais. Além disso, a pesquisa traz importantes informações para o estudo de mobilidade social, contemplando aspectos da identificação de origens étnica e geográfica, e da percepção da influência da cor ou raça em alguns espaços da vida social.

No primeiro Censo Demográfico realizado no país, em 1872, a classificação por raças estava presente na forma de quatro opções de resposta: branco, preto, pardo e caboclo, esta última dirigida a contar a população indígena. Naquela época, caboclo era a denominação de

uso corrente para indígenas. Em 1890, ano do segundo Censo Demográfico, foi inserido o termo mestiço em substituição a pardo, enquanto as outras três categorias continuaram a ser utilizadas. Verificam-se, assim, dois critérios simultâneos: um que aponta para o registro da “cor” do entrevistado e outro que remete à ascendência ou origem racial, manifestando-se na utilização do termo mestiço para os produtos das uniões de pretos e brancos e de caboclo para classificar os índios e seus descendentes.

A seguir, nos Censo 1900 e Censo 1920, as informações sobre cor ou raça não foram coletadas e, em 1910 e 1930, não foram realizadas operações censitárias no País. A partir do Censo 1940, as categorias utilizadas para a classificação de cor, sem fazer referência às raças e com critérios de atribuição diferentes, compreendiam: branco, preto e amarelo, esta última para dar conta da imigração japonesa ocorrida fundamentalmente entre 1908 e 1930. A instrução para o preenchimento do quesito, em 1940, foi de que se considerassem apenas as três respostas mencionadas, registrando-se um traço (–) no espaço correspondente do questionário em qualquer outro caso.

Os Censos 1950 e 1960 trouxeram de volta o grupo pardo à classificação de cor, como unidade de coleta e análise, sendo os primeiros levantamentos em que se considerou a resposta da pessoa recenseada. No Censo 1970, mais uma vez a variável foi excluída da pesquisa, sendo que a partir do Censo 1980 o quesito voltou, desta vez no questionário da Amostra. Em 1991, foi acrescentada a categoria indígena às já mencionadas, após um século de ausência desta identificação, passando a pergunta a ser denominada como de “raça ou cor” e, no Censo 2000, de “cor ou raça”. Em 2010, repetiram-se as mesmas categorias de classificação, que voltou ao questionário Básico, aplicado à totalidade da população, sendo que os indígenas foram indagados a respeito de sua etnia e língua falada.

Quadro 4 – Categorias raciais nos Censos Demográficos – Brasil – 1972/2010

	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000	2010
População livre (define sua cor)									
Branca		Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Preta		Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta
Parda		Mestiça		Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda
Cabloca		Cabloca							
			Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela
			(outras respostas foram codificadas como de cor parda)				Índigena	Índigena	Índigena (se indígena: Etnia e língua falada)
População escrava									

Fonte: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

Com o objetivo de pensar o lugar das Minorias no campo das Estatísticas Públicas, realizou-se, nesse trabalho, a Análise Documental de publicações do IBGE, que revelou que o termo é pouco utilizado no Instituto. A análise focalizou publicações com os resultados do Censo 2010, com dois objetivos: verificar a utilização do termo Minorias e, descobrir, ainda, o tratamento que foi dado às Minorias nos textos de análise para estabelecer relação entre a publicação, a produção dos *releases* e a produção das notícias. Por meio de uma busca eletrônica, em 11 publicações com resultados do Censo 2010, em nenhuma delas foram encontradas as palavras “Minorias” ou “Minoria”.

A Análise Documental revelou que os resultados a respeito das Minorias tratadas, nessa dissertação, foram apresentados por meio das classificações já adotadas pelo IBGE, de acordo com os critérios de “gênero” (homens e mulheres); “faixa de idade” (crianças, de 0 a 17 anos – e idosos, 60 anos ou mais); “cor e raça” (pretos, pardos, índios); “cônjuge do mesmo sexo que a pessoa responsável pelo domicílio” (homossexuais); “religião” (candomblé/umbanda); “nacionalidade” (imigrantes) e deficiência. Nas classificações, não se menciona o termo Minorias sociais, étnicas, religiosas etc.

A análise da publicação do Censo *Características da População e dos Domicílios – Resultados do Universo* (IBGE, 2010), por exemplo, mostrou que o termo “Maioria” foi utilizado seis vezes, do ponto de vista estritamente matemático como, por exemplo, no capítulo de emigração internacional: “As mulheres são maioria em todos os grupos de idade” (2010, p.56). Ou na parte de Unidades Domésticas: “Pode-se destacar também que a grande maioria dos responsáveis (62,4%) tinha acima de 40 anos de idade” (2010, p.100).

Em relação a outras pesquisas do IBGE, o termo Minorias integrou dois manuais de treinamento dos pesquisadores que realizam a coleta de informações, relativos a temas próximos das questões de Minorias: o *Suplemento Características de Vitimização e Acesso a Justiça*, da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, e da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*, ambas em 2009, e que tiveram como foco o acesso à Justiça e a proposição de políticas públicas na área de Direitos Humanos.

Quando se analisaram, no entanto, as publicações que trazem os resultados dessas pesquisas, a palavra “Minoria” foi substituída por expressões como: “política de gênero”, “população LGBT” (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), “ações para públicos específicos”. Por outro lado, o termo foi encontrado em centenas de artigos científicos e revistas, que abordam o tema eleições, imigração e religião, e estão disponíveis no acervo da

Biblioteca do IBGE, a partir de busca eletrônica na área de pesquisa do site do IBGE¹³.

Verificou-se, portanto, que a utilização do termo Minorias não se deu nem nas publicações do IBGE e nem em outras publicações com resultados, mas apenas em documentos internos (manuais de treinamento), periódicos (revistas) e artigos. Já o termo “Maioria” referiu-se a o entendimento quantitativo e não qualitativo. Essa constatação conduziu ao entendimento de que apesar de o termo Minorias ser de uso corrente nas Ciências Sociais, área a partir da qual os pesquisadores do IBGE utilizam conceitos para as análises dos resultados, isso não aconteceu no campo das Estatísticas Públicas, e também não ocorreu na Mídia, como se verá a partir da Análise de Conteúdo das notícias, no capítulo 5.

4.2.1. Detalhamento metodológico do Censo 2010

Em relação ao conteúdo das entrevistas, o Censo 2010 teve, como em 2000, dois modelos de questionário¹⁴: Básico e Amostra. Conforme explicado anteriormente, o Básico, com 37 perguntas, foi aplicado em todos os domicílios brasileiros. O da Amostra, com 108 perguntas, foi respondido por uma parte (amostra) da população, dependendo do número de habitantes do município (quanto menos habitantes, maior percentual de domicílios integram a amostra e vice-versa), conforme gráfico a seguir.

Segundo o IBGE (2013, p.40), a seleção dos temas dos questionários decorreu de nove mil consultas a usuários das informações do IBGE (dentre órgãos de governo, pesquisadores e organizações da iniciativa privada) e também de fóruns de discussão, da revisão dos tópicos investigados tradicionalmente, da reavaliação das necessidades de manter séries, da avaliação de novas necessidades de dados e da possível existência de alternativas disponíveis de obtenção dos dados, observando-se as recomendações internacionais. O IBGE também criou uma página na internet para receber sugestões sobre o conteúdo dos dois questionários.

¹³ Link: www.ibge.gov.br.

¹⁴ Durante o Censo 2010, o questionário Básico, com 37 perguntas sobre as características do domicílio e de seus moradores, foi aplicado em todas as unidades domiciliares que não foram selecionadas para a Amostra; já o questionário da Amostra, com 108 quesitos, inclui os quesitos do questionário Básico somados a outros mais detalhados e foi aplicado em domicílios selecionados para a Amostra, segundo a fração amostral (Quadro 5).

Quadro 5 – Fração amostral e número de municípios, segundo as classes de tamanho da população dos municípios – Censo Demográfico 2010

Classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	Fração amostral de domicílios	Número de municípios
Total	11%	⁽¹⁾ 5 565
Até 2 500	50%	260
Mais de 2 500 até 8 000	33%	1 912
Mais de 8 000 até 20 000	20%	1 749
Mais de 20 000 até 500 000	10%	1 604
Mais de 500 000	5%	40

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Cálculo com base nas estimativas de população residente para 1º de julho de 2009.

(1) Inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Distrito Federal.

Várias mudanças ocorridas no questionário do Censo 2010, em relação ao Censo 2000, tiveram relação com as Minorias pesquisadas nesse trabalho. A pergunta sobre cor e raça, por exemplo, que constava apenas do questionário da Amostra, passou a integrar o questionário do Universo, respondido por todos os domicílios brasileiros. No capítulo Análise dos Resultados do Censo 2010, explica-se que esse aprimoramento decorreu da “importância de uma caracterização completa da população brasileira em suas principais componentes (sexo, idade, cor) para se compreender melhor a dinâmica demográfica e a situação socioeconômica da população.” (2011, pg. 75).

Seguindo convenção da Organização Mundial de Saúde, as perguntas sobre deficiência passaram a verificar a capacidade das pessoas realizarem, sozinhas, tarefas do dia a dia, ao invés de se considerar as deficiências do ponto de vista, apenas, patológico. Isso acarretou um aumento no percentual de pessoas consideradas deficientes (26%, em 2010).

O IBGE modificou também, no Censo 2010, a investigação sobre os índios, pesquisando o pertencimento étnico, ou seja, as etnias e línguas indígenas. Com essa medida, o Brasil junta-se ao grupo de países da América Latina que investigam o pertencimento étnico dos indígenas e reconhece a existência da notável sociodiversidade indígena existente no território brasileiro. Com base nos levantamentos realizados por pesquisadores do tema, foram produzidas duas listas, uma para as etnias e outra para as línguas faladas pelos indígenas.

Essas listas foram colocadas no computador de mão para o recenseador registrar a informação, na medida em que o indígena declarasse tanto a etnia quanto a língua falada. No caso da etnia, o recenseador digitava as três primeiras letras e automaticamente a lista correspondente era aberta. No caso das línguas faladas, bastava digitar as duas primeiras letras. Caso o nome declarado não constasse na lista, o recenseador digitava a resposta do recenseado para posterior tratamento no processo de codificação. Portanto, foi considerada a

totalidade das declarações fornecidas pelos entrevistados. Quanto aos homossexuais, o Censo 2010 trouxe mais uma mudança: pela primeira vez, foram divulgados dados sobre casais do mesmo sexo.

4.3. Retratos das Minorias no Censo 2010

As Minorias pesquisadas nessa dissertação são, conforme elucidou Appadurai (2009), anteriormente, representações Estatísticas de grupos sociais, e não contêm, necessariamente, vinculação étnica, religiosa, cultural. Desse modo, destaca-se que elas não constituem comunidades, embora cada Minoria representada pelas Estatísticas possa integrar inúmeras comunidades. É o caso dos indígenas, considerados nessa dissertação como uma Minoria, e que de acordo com o IBGE, totalizam 896,9 mil indivíduos, distribuídos em 305 etnias e falando 274 idiomas diferentes. Do mesmo modo, inúmeras comunidades quilombolas e comunidades religiosas de Candomblé/Umbanda são agrupadas, nesse trabalho, nas Minorias negros e praticantes de Candomblé/Umbanda.

A seguir, é apresentado, com dados do Censo 2010, um retrato sobre as condições de vida das nove Minorias objeto dessa dissertação, que foram escolhidas por serem contempladas pelas informações Estatísticas do IBGE: mulheres, idosos, crianças, negros, índios, homossexuais, deficientes, imigrantes e praticantes do Candomblé/Umbanda.

4.3.1. Mulheres

Apesar de serem a maioria quantitativa, representando 51% da população, as mulheres configuram-se Minoria pela série de desigualdades a que estão submetidas. Entre 2000 e 2010, houve um aumento das famílias que tinham a mulher como responsável¹⁵ (de 22,2% para 37,3%). Apesar desse aumento, os homens ainda eram responsáveis por mais de dois terços dos domicílios (61,3%), demonstrando que o poder de chefiar a casa permanecia masculino. Ou seja, chefiando mais de um terço das famílias brasileiras, a mulher, estava submetida a diversos tipos de desigualdades.

¹⁵ De acordo com o IBGE, pessoa responsável pelo domicílio (chefe) é o homem ou mulher, de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pela unidade domiciliar.

Em relação ao trabalho, as mulheres ganhavam, segundo o Censo 2010, cerca de 74% do salário dos homens. As diferenças de rendimento entre homens e mulheres também chamava a atenção nos municípios com até 50 mil habitantes, onde eles recebiam, em média, 47% a mais que elas (R\$ 956 contra R\$ 650).

No grupo de Serviços Domésticos (constituído por empregadas e caseiros), no qual existe grande informalidade e logo vulnerabilidade social, as mulheres respondiam, em 2010, por 92,7% das ocupações. Outras atividades com elevado percentual feminino eram Educação (78,5%) e Serviços Sociais (74,2%), mostrando um padrão cultural ainda rígido do que seria atividade feminina e masculina. Entre os empregados, o percentual de mulheres com carteira de trabalho assinada (59,3%) foi inferior ao dos homens (67,7%).

De acordo com o Censo 2010, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos das mulheres era de R\$ 1.115,00, enquanto o dos homens era R\$ 1.510,00. A desigualdade de gênero apresentava-se mais acentuada, de acordo com Censo 2010, na região Sul do país, onde por exemplo as mulheres tinham rendimento de R\$ 1.045,00 (todas as fontes de rendimento), enquanto o dos homens era de R\$ 1.486,00, e no Nordeste, de R\$ 809,00 para R\$ 1.072,00. O salário menor não se justifica se levarmos em consideração o nível de instrução das mulheres – um pouco mais elevado que o dos homens, segundo a pesquisa. Entre os homens de 25 anos ou mais, o percentual sem instrução ou com fundamental incompleto foi de 50,8%, em comparação com 47,8% das mulheres na mesma faixa.

Quadro 6 – Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, e percentual do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em relação ao dos homens, segundo as Grandes Regiões – 2000/2010

Grandes Regiões	Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$) (1)						Percentual do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em relação ao dos homens (%)	
	2000			2010			2000	2010
	Total	Sexo		Total	Sexo			
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		
Brasil	1 275	1 450	962	1 345	1 510	1 115	67,7	73,8
Norte	1 006	1 097	818	1 128	1 210	996	74,6	82,3
Nordeste	777	853	645	946	1 016	841	75,6	82,8
Sudeste	1 522	1 755	1 151	1 512	1 726	1 226	65,6	71,0
Sul	1 313	1 523	962	1 392	1 607	1 109	63,2	69,0
Centro-Oeste	1 396	1 586	1 067	1 579	1 766	1 311	67,3	74,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em julho de 2010.

4.3.2. Crianças

A criança está mais vulnerável à desigualdade econômica e à precariedade nas condições de vida porque depende econômica e emocionalmente dos adultos para ter boas condições de vida. Comparando-se os Censos 2000-2010, notou-se acentuados avanços sociais, demonstrados pela taxa de mortalidade infantil, que caiu praticamente pela metade, nessa década, passando de 29,7 para 15,6 mortes em cada mil crianças. O resultado foi marcante na região Nordeste, onde, em 2000, morriam 44,7 crianças em cada 1.000 nascidas e, em 2010, a taxa caiu para 18,5. Porém, 2% das crianças nascidas no país ainda ficam sem registro de nascimento.

Quadro 7 – Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões – 2000/2010

Grandes Regiões	Taxa de mortalidade infantil (%)	
	2000 (1)	2010
Brasil	29,7	15,6
Norte	29,5	18,1
Nordeste	44,7	18,5
Sudeste	21,3	13,1
Sul	18,9	12,6
Centro-Oeste	21,6	14,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Valores já harmonizados, utilizando-se os resultados do Censo Demográfico 2000 e de pesquisas anteriores.

Entre 10 e 14 anos, 3,9% das crianças eram analfabetas, segundo o Censo 2010. Na faixa entre 15 e 19 anos, a taxa de analfabetismo atingiu 2,2%, em 2010, mostrando um avanço em relação a 2000, quando era de 5%. A proporção de crianças de 10 anos de idade que não sabiam ler e escrever era de 6,5% em 2010, inferior à de 2000, 11,4%. Nos municípios com até cinco mil habitantes (5,8%), os índices de analfabetismo eram menores que nos municípios de médio porte (10,1%). Em 2000, os índices eram de 11,4% e de 18,7, respectivamente.

Nas capitais, os percentuais de crianças de 10 anos de idade que não sabiam ler ou escrever eram mais baixos que no estado, em especial na região Nordeste. Em São Luis (6,1%) e em Teresina (4,9%), a proporção de crianças nesta situação era 2,5 vezes inferior à dos respectivos estados, Maranhão (16,4%) e Piauí (13,7%). A pior situação foi encontrada em Maceió, com 11,6%, apesar de ser melhor que no Estado de Alagoas como um todo (17,8%).

O Censo 2010 revelou, também, que havia 1,6 milhão de crianças e adolescentes entre 10 a 15 anos trabalhando, faixa de idade em que o trabalho infantil é proibido por lei, sendo

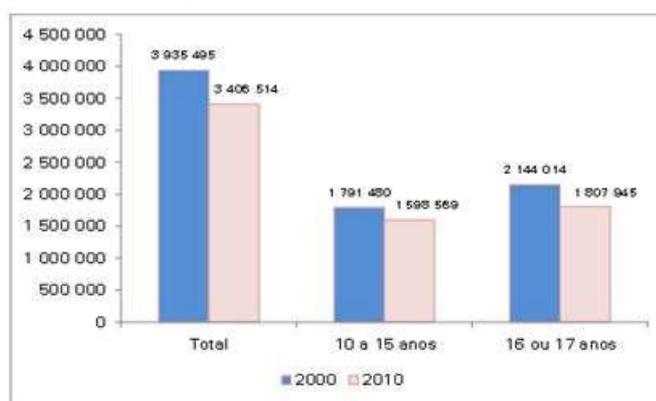
que entre 14 e 15 anos as crianças podem trabalhar, apenas, como aprendizes. Na faixa de 16 ou 17 anos, caso em que o trabalho é autorizado, desde que não seja prejudicial à saúde, à segurança e à moralidade, era 1,8 milhão (2,1% do total).

O trabalho infantil, responsável por grande parte da evasão escolar, concentra-se na área rural, o que foi comprovado pelo IBGE que registrou, no grupo de atividades de Agricultura, Pecuária, Produção florestal, Pesca e Aquicultura os maiores percentuais de crianças e adolescentes: 48,8% do grupo etário de 10 a 13 anos; 33,7%, no de 14 ou 15 anos, e 20,8% no de 16 ou 17 anos.

Entre os Censos 2000-2010, o número de crianças e jovens ocupados, de 10 a 15 anos de idade, passou de 1,791 milhão para 1,599 milhão. A redução no número de adolescentes de 10 a 17 anos de idade, de 2000 para 2010, em área rural foi maior que em área urbana. Enquanto na área rural houve um decréscimo de 339 mil pessoas (aproximadamente), passando de 1,395 milhão, em 2000, para 1,056 milhão, em 2010, na área urbana a redução foi de 190 mil, caindo de 2,541 milhões para 2,351 milhões, no mesmo período.

A parcela de crianças e adolescentes ocupados do sexo masculino (2,065 milhões) manteve-se superior à feminina (1,342 milhão) em 2010. No grupo etário de 10 a 15 anos, os meninos representaram 60,3% (964 mil), ao passo que na faixa de 16 ou 17 anos, 60,9% (1,101 milhão). Em 2000, o diferencial era maior, alcançando 66,9%, na faixa de 10 a 15 anos de idade (1,199 milhão homens para 593 mil mulheres), e 64,0%, na de 16 ou 17 anos de idade (1,371 milhão de homens para 773 mulheres). O Censo 2010 verificou, também, altos percentuais de domicílios inadequados nos quais viviam crianças de 0 a 6 anos nas regiões Norte (18,%) e Nordeste (14,5%).

Quadro 8 – Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade – Brasil – 2000/2010



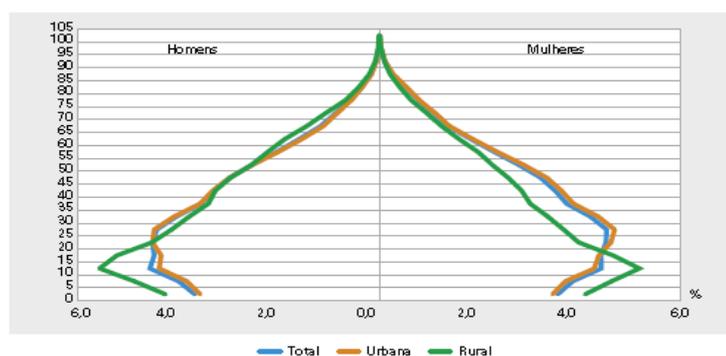
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

4.3.3. Idosos

Pode-se entender que os idosos são uma Minoria social no sentido de sua vulnerabilidade associada à maior ocorrência de doenças, dificuldades físicas de audição, visão e locomoção e, também, se considerando a parcela do orçamento destinada a tratamentos, médicos e remédios. Nesse sentido, o Censo 2010 apontou que 67,7% dos 20,6 milhões idosos com mais de 65 anos no país possuíam algum tipo de deficiência, ou seja, eram incapazes ou tinham dificuldade de enxergar, ouvir, andar, subir escadas, trabalhar ou desfrutar de lazer. Quanto à escolaridade, é no grupo dos idosos com 65 anos ou mais, com 1/3 de analfabetos, que persiste a herança histórica de analfabetismo no País. O dado demonstra, também, a ineficiência ou incapacidade dos projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ¹⁶ de melhorarem esse indicador. Entre os domicílios em que moravam idosos de 60 anos ou mais, 9,4% eram inadequados ¹⁷, nas regiões Norte, e 8,5%, Nordeste.

Pretos e pardos mostram maior proporção de pessoas abaixo de 40 anos; já os brancos têm maior proporção de idosos – maiores de 65 anos e, principalmente, maiores de 80 anos de idade – o que provavelmente está ligado às diferenças de condições de vida e acesso a cuidados de saúde, bem como à participação desigual na distribuição de rendimentos.

Quadro 9 – Composição da população residente, por sexo e situação de domicílio, segundo os grupos de idade – Brasil – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

¹⁶ O Ministério da Educação criou, em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que por meio do Departamento de Educação de Jovens e Adultos oferece educação básica a pessoas com 15 anos ou mais.

¹⁷ Foram considerados adequados, pelo IBGE, no Censo 2010, domicílios com abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, coleta de lixo direta e indireta e até dois moradores por cômodo.

A esperança média de vida do brasileiro que nascia na década de 60 era de 48 anos. Cinquenta anos depois, em razão de fatores relacionados à melhoria das condições de vida, em 2010, houve um acréscimo de 25,4 anos na vida média dos brasileiros, que passaram a ter uma esperança de vida de 73,4 anos. Se na década de 70, a pirâmide etária tinha forma triangular, com base larga e topo baixo e estreito, na primeira década do século XXI houve estreitamento da base da pirâmide (com a queda na taxa de fecundidade para 1,9 filho por mulher em média), e alargamento e crescimento do topo. Nesse período, a participação de idosos de 65 anos ou mais no total da população passou de 2,7% para 7,4%, somando, em 2010, mais de 14 milhões de idosos. No Censo 2010, o IBGE notou, também, o acentuado crescimento do número de pessoas com mais de 100 anos (mais de 24 mil idosos), sendo mais frequentes na Bahia (3.578), São Paulo (3.234), Minas (2.643) e Rio de Janeiro (1.747).

4.3.4. Homossexuais

No Censo 2010, pela primeira vez o IBGE pesquisou e divulgou a existência de 60 mil domicílios, no país, com casal do mesmo sexo. A informação foi obtida por meio da relação de parentesco entre a pessoa responsável pela unidade domiciliar e cada um dos demais moradores (14 possibilidades). Uma dessas possibilidades – a relação “cônjuge ou companheiro (a) do mesmo sexo” é a única aferição realizada pelo IBGE em relação aos homossexuais. Uma das justificativas metodológicas, apresentada pelo IBGE, é a impossibilidade de se perguntar ao morador que responde o questionário do Censo, informações sobre a orientação sexual dos outros moradores do domicílio. Por isso, o IBGE justifica não possuir dados sobre o número de homossexuais no país, mas apenas o número de casais homossexuais.

A investigação sobre as características dos casais homossexuais, cuja maioria (52,6%) morava na região Sudeste, demonstrou que, em relação ao nível educacional, 25,8% das pessoas que viviam uniões homossexuais declararam possuir nível superior completo. Em termos de opção religiosa, houve predominância de pessoas católicas (47,4%), seguidas por pessoas sem religião (20,4%). O estado civil preponderante foi o de solteiros (81,6%). O resultado que aponta que 99,6% desses casais viviam em união consensual é considerado, nessa dissertação, como vulnerabilidade social, já que a união formal de homossexuais é um direito conquistado recentemente.

4.3.5. Negros

Uma informação importante sobre a investigação de cor ou raça feita pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares é a de que se trata de uma pergunta de declaração pelo próprio informante. Nesse caso, vale a pena explicar como ocorreu a instrução aos recenseadores para proceder tal investigação, no Censo 2010. No manual, a instrução era que o recenseador lesse as opções de cor ou raça para a pessoa entrevistada e registrasse aquela que fosse declarada, tanto pela própria pessoa quanto por outro morador. Em nenhum momento, o recenseador deveria influenciar a resposta do entrevistado: branca (para a pessoa que se declarasse branca); preta (para a pessoa que se declarasse preta); amarela (para a pessoa que se declarasse de cor amarela, cuja origem seja oriental, japonesa, chinesa, coreana, entre outras) e indígena (para a pessoa que se declarasse indígena ou índia, sendo essa classificação aplicável tanto aos indígenas que viviam em Terras Indígenas como aos que viviam fora delas).

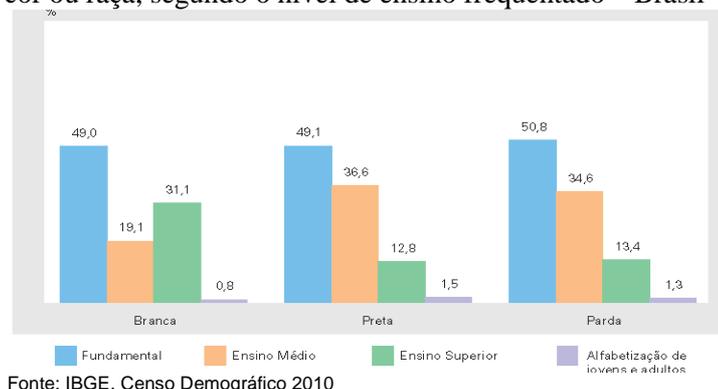
O Censo 2010 revelou que o Brasil havia se transformado em um país de maioria negra, já que a soma de 82 milhões de pardos (43,1%) com 15 milhões de pretos (7,6%) resultava em um percentual de 50,7% da população de um total de 191 milhões de habitantes. Autodeclararam-se brancos, 91 milhões de brasileiros (47,7%), 2 milhões como amarelos (1,1%) e 817 mil indígenas (0,4%).

Essa mudança na paisagem étnica brasileira deu-se, principalmente, por dois motivos, um de natureza metodológica e outro de natureza cultural. O primeiro é que, em 2010, o IBGE decidiu incluir o quesito sobre cor e raça no questionário Básico do Censo (respondido pela maioria dos domicílios no país), o que significou melhoria na qualidade da informação, em comparação ao procedimento realizado nos Censos 1980, 1991 e 2000, quando a pergunta sobre cor e raça fazia parte do questionário da Amostra (respondido por parte dos domicílios). O segundo motivo para o aumento de autodeclaração de pretos e pardos, mencionado por pesquisadores do Instituto, é cultural: o fortalecimento da identidade do negro no Brasil e a substituição da “vergonha” de mencionar a cor preta e parda nos censos anteriores, pelo orgulho em se denominar dessa cor.

Os indicadores sociais evidenciaram que os negros possuíam, em comparação com brancos, piores resultados em relação à escolaridade, recebiam menores salários, eram raros entre os empregadores. A taxa nacional de analfabetismo entre pessoas de 15 ou mais anos de idade era de 9,6% em 2010. Nesse grupo etário, os pretos e pardos tiveram percentuais de analfabetos de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos, com destaque para

os municípios de menor porte. O analfabetismo da população preta de 15 anos ou mais chegou a 27,1%, nos municípios com até 5.000 habitantes, e a 28,3%, nas cidades entre 5.001 e 20.000 habitantes, caindo para 24,7%, nos municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes.

Quadro 10 – Distribuição das pessoas de 15 a 24 anos de idade que frequentavam escola, por cor ou raça, segundo o nível de ensino frequentado – Brasil – 2010

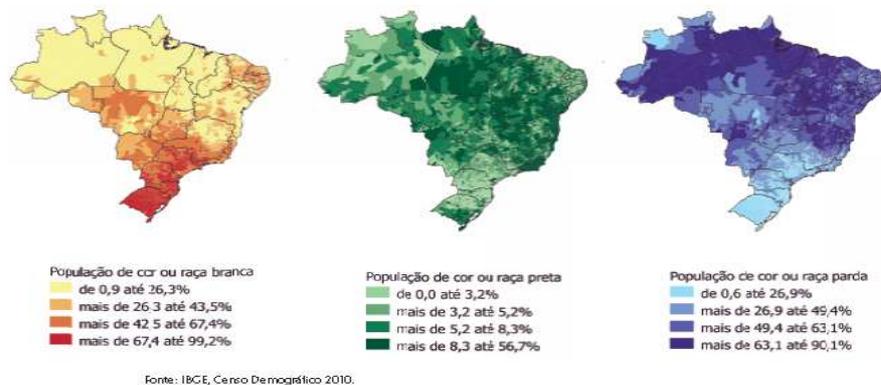


O Censo 2010 comprovou que o valor do rendimento nominal médio mensal dos brancos era de R\$ 1.750,77, enquanto o dos pardos era de R\$ 911,58 e dos pretos R\$ 906,56, quase a metade do rendimento dos brancos. Do ponto de vista da vulnerabilidade social, os dados demonstraram que, comparando-se com brancos, há maior quantidade de pessoas pretas e pardas que não integram o sistema de Previdência Social. Enquanto dos 43,1 milhões de trabalhadores brancos, 14,4 milhões não integram a Previdência, entre os 41,8 milhões de trabalhadores pretos e pardos, quase metade (19,0 milhões) não possuía qualquer vínculo previdenciário, ou seja, tinham empregos informais. Quanto às relações de trabalho, 3,0% dos brancos eram empregadores, enquanto apenas 0,6% entre os pretos e 0,9% entre os pardos ocupavam posição análoga.

No nível superior, o Censo 2010 mostrou que mais de um terço dos alunos era branco, percentual superior a pretos (12,8%) e pardos (13,4%), que juntos chegavam a 26,2%. Embora o acesso ao ensino superior tenha melhorado, na comparação entre os Censos 2000 e 2010, para os pretos (de 2,3% para 8,4%) e pardos (2,2% para 6,7%), no entanto, ainda era muito abaixo do percentual de brancos, que se elevou de 8,1% para 14,5%.

A pesquisa revelou, ainda, que metade dos pretos (46,6%) e 42,6% dos pardos optaram por união consensual, e a análise de pesquisadores do IBGE observou que este tipo de união “estaria relacionado a condições socioeconômicas mais precárias, uma vez que o maior percentual foi encontrado na classe de rendimento até ½ salário mínimo per capita (48,9%), decrescendo conforme o rendimento aumentava” (IBGE, 2010, p.68).

Quadro 11 – Representatividade espacial da população por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação – Brasil – 2010



4.3.6. Índios

No Censo 2010, o IBGE modificou a investigação sobre a população indígena, pesquisando o pertencimento étnico e introduzindo critérios internacionais de identificação. O recenseamento revelou a riqueza da cultura indígena, registrando a existência de 896,9 mil índios, pertencentes a 305 etnias (comunidades reunidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais) e que falavam 274 idiomas diferentes. Foram contados os índios que habitavam 5.005 terras indígenas e, também, os que moravam fora delas.

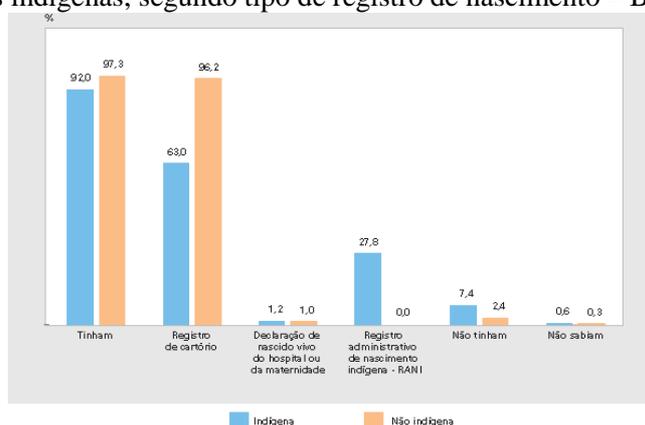
Do ponto de vista jurídico (Estatuto do Índio – Lei 6001 de 1973) existem três categorias de indígenas: os isolados, que têm pouco ou nenhum contato com a sociedade; os em via de integração, aqueles que estão em permanente contato com a sociedade, apesar de preservarem seus costumes e aceitem algumas práticas e modos de existência diversos dos seus e os incorporados à comunhão nacional, reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis (podem votar e ser votados) e estão habituados aos costumes dos não índios.

Mas as diferenças culturais e sociais entre indígenas e não indígenas são tantas que muitas das perguntas do Censo, criadas para aferir qualidade de vida em uma sociedade capitalista, não retratam bem aquela realidade. Um exemplo são as questões que procuram obter informações sobre trabalho e rendimento em comunidades caracterizadas pelo trabalho coletivo ou espaços onde lazer e trabalho, às vezes, misturam-se e a noção de propriedade privada é inexistente. Além disso, a classificação proposta pelas Estatísticas oficiais parece

insuficiente para retratar a riqueza e diversidade de culturas como Tikuna, Guarani-Kaiowá, Terena, Kaingang e outras.

O Censo 2010 mostrou que o analfabetismo atingia 23,3% dos índios de 15 anos ou mais, ou seja, que não sabiam ler e escrever em português e/ou outro idioma indígena. A proporção de indígenas com registro de nascimento (67,8%) era bem menor que a dos não indígenas (em torno de 98,0%), sendo que 27,8% tinham Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Índios (Rani), concedido pela Fundação Nacional do Índio – Funai. Mais da metade dos índios (52,9%) não tinham qualquer rendimento, já que nas terras indígenas predomina a agricultura de subsistência.

Quadro 12 – Distribuição percentual das pessoas de até 10 anos de idade, por condição de indígena, residente em terras indígenas, segundo tipo de registro de nascimento – Brasil – 2010

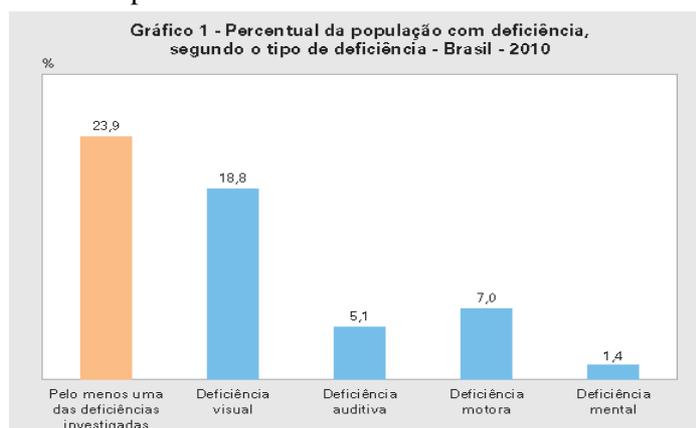


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

4.3.7. Deficientes

No Censo 2010, quase 46 milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 24% da população, tinha pelo menos uma ou mais deficiências (auditiva, visual, motora ou mental). O aumento de deficientes entre os Censos de 2000 e 2010 decorreu do envelhecimento populacional, nesse período, e também de uma mudança na abordagem da deficiência, que evoluiu do modelo médico para a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, adotado pela organização Mundial da Saúde, em 2001. O primeiro modelo considerava somente a patologia física e o sintoma associado que dava origem a uma incapacidade. Já o segundo, entende “incapacidade como um resultado tanto da limitação das funções e estruturas do corpo quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação” (IBGE, 2010, p.71).

Quadro 13 – Percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência – Brasil – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

É importante destacar que no questionário do Censo foi perguntado se a pessoa tinha dificuldade de enxergar, ouvir ou caminhar. Isso remete, também, aos casos em que a deficiência pode estar relacionada à pobreza, ou seja, pessoas que precisariam adquirir óculos ou aparelhos auditivos, ou ainda fazer uma cirurgia de catarata, mas não têm condições econômicas. O envelhecimento da população, por outro lado, acarreta aumento na deficiência motora, quer dizer, o idoso que em razão das restrições físicas da idade tem dificuldade para caminhar ou subir escadas, enxergar ou ouvir. É por isso que, de acordo com o Censo 2010, a deficiência afetava 67,7% dos idosos com 65 anos ou mais, 24,9% da população entre 15 e 64 anos e apenas 7,5% das crianças de 0 a 14 anos.

Para as deficiências visual, auditiva e motora foram verificados os graus de severidade: alguma dificuldade, grande dificuldade e não consegue de modo algum. As pessoas agrupadas na categoria deficiência severa são as que declararam, para um tipo ou mais de deficiência, as opções “grande dificuldade” ou “não consegue de modo algum”, além daquelas que declararam possuir deficiência mental.

Em 2010, o total de pessoas que declararam possuir pelo menos uma deficiência severa no país foi de 17,8 milhões, representando 6,7% da população local. A deficiência visual severa foi a que mais incidiu sobre a população: em 2010, 3,5% das pessoas declararam possuir grande dificuldade ou nenhuma capacidade de enxergar, o que correspondia a 6,6 milhões de pessoas, das quais 506,3 mil eram cegos. Em seguida, apareceu a deficiência motora severa (2,3%), seguida pelas deficiências mental (1,4%) e auditiva (1,1%). Quando se considerou pelo menos um tipo de deficiência, em 2010, havia 45,6 milhões de pessoas (23,9% da população), enquanto em 2000 eram apenas 14,3%.

A taxa de analfabetismo de pessoas com deficiência era de 18,3%, quase o dobro da

taxa de 9,4% para o país. O Censo 2010 revelou, também, a dificuldade dos deficientes de se inserirem no mercado de trabalho: a maioria das 44 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa não trabalhava, em 2010. Quando tinham emprego, reproduzia-se a desigualdade de gênero, já que 57,3% dos homens deficientes estavam empregados contra apenas 37,8% das mulheres. Entre os deficientes empregados, 40,2% possuíam carteira assinada e o restante trabalhava sem carteira (22,5%). Foram classificados como militares e funcionários públicos estatutários (5,9%) e trabalhadores não remunerados (2,2%). Quase metade dos deficientes (46,4%) ganhava até um salário mínimo ou não tinha rendimento, uma diferença de nove pontos percentuais para a população sem deficiência.

4.3.8. Imigrantes

Quanto à imigração internacional, o Censo 2010 verificou um grande aumento no movimento de entrada no país em relação ao Censo 2000. Foram 286,5 mil imigrantes internacionais pelo critério de data-fixa, ou seja, indivíduos que residiam no Brasil durante a data de referência de realização do Censo 2010 (31 de julho de 2010), mas que haviam morado em um país estrangeiro cinco anos antes. Esse número foi 86,7% maior do que em 2000 (143,6 mil). Os principais estados destino desses imigrantes foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais, que juntos receberam mais da metade dos imigrantes. Entre os imigrantes, na realidade 65% (174,6 mil) eram brasileiros retornando ao país, o que é chamado de imigração de retorno, um crescimento de mais que o dobro desse fenômeno em relação a 2000. O Censo mostrou que os brasileiros emigraram, principalmente, dos EUA (51,9 mil), Japão (41,4 mil), Paraguai (24,7 mil), Portugal (21,4 mil) e Bolívia (6,0 mil). De acordo com o capítulo Análise dos Resultados, da publicação do Censo 2010, o aumento da imigração de retorno deveu-se à crise econômica mundial e a relativa melhoria das condições de vida no Brasil. (IBGE, 2010).

Conforme será destacado no capítulo 5 dessa dissertação, o IBGE não coletou informações sobre as condições de vida dos imigrantes que vivem no Brasil. Existem, apenas, dados demográficos sobre os países de origem e estados em que moram, ou seja, as Estatísticas públicas não coletam e nem produzem informações sobre a qualidade de vida dos imigrantes.

Quadro 14 – Pessoas que residiam em país estrangeiro há cinco anos antes da data de referência do censo e participação relativa, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – períodos 1995/2000 e 2005/2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Imigrantes		Participação relativa (%)	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Brasil	143 644	268 486	100	100
Norte	7 538	15 720	5,2	5,9
Rondônia	1 124	3 648	0,8	1,4
Acre	699	901	0,5	0,3
Amazonas	2 033	3 522	1,4	1,3
Roraima	1 225	1 092	0,9	0,4
Pará	1 716	4 569	1,2	1,7
Amapá	501	905	0,3	0,3
Tocantins	240	1 084	0,2	0,4
Nordeste	8 456	22 848	5,9	8,5
Maranhão	244	1 373	0,2	0,5
Piauí	269	452	0,2	0,2
Ceará	1 405	3 685	1	1,4
Rio Grande do Norte	669	1 794	0,5	0,7
Paraíba	589	2 002	0,4	0,7
Pernambuco	1 927	3 908	1,3	1,5
Alagoas	220	589	0,2	0,2
Sergipe	189	409	0,1	0,2
Bahia	2 943	8 636	2	3,2
Sudeste	62 039	134 903	43,2	50,2
Minas Gerais	8 310	27 727	5,8	10,3
Espírito Santo	1 514	6 402	1,1	2,4
Rio de Janeiro	13 373	19 093	9,3	7,1
São Paulo	38 842	81 682	27	30,4
Sul	47 944	63 038	33,4	23,5
Paraná	32 011	39 120	22,3	14,6
Santa Catarina	6 328	12 420	4,4	4,6
Rio Grande do Sul	9 604	11 498	6,7	4,3
Centro-Oeste	17 667	31 977	12,3	11,9
Mato Grosso do Sul	8 322	9 124	5,8	3,4
Mato Grosso	3 359	4 234	2,3	1,6
Goiás	2 218	12 444	1,5	4,6
Distrito Federal	3 768	6 176	2,6	2,3

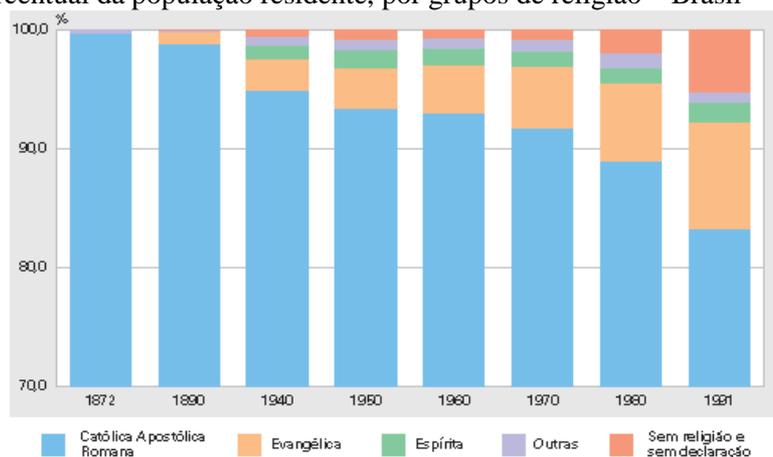
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

4.3.9. Praticantes de Candomblé/Umbanda

A paisagem religiosa tem se alterado, nas últimas décadas, especialmente com o crescimento das denominações religiosas de evangélicos pentecostais e a redução de católicos – conforme detalharemos adiante. A Mídia tem relatado a perseguição sofrida pelos praticantes do Candomblé/Umbanda. Por essa razão foram considerados, nessa dissertação, como Minoria religiosa. De acordo com o último Censo, somavam, apenas, 588,8 mil pessoas em todo o país (0,3%). Na década 2000-2010, a religião que mais cresceu no país foi a Evangélica, passando de 15,4% para 22,2% da população. Ainda assim, constitui-se maioria a religião Católica, declarada por 64,6% dos brasileiros.

Apesar de em menor número, do ponto de vista da condição econômica, do nível de instrução e de outros indicadores que medem qualidade de vida, os espíritas (Kardecistas) – com 3,8 milhões de praticantes no país (2,0%) – não apresentam características de desigualdade e vulnerabilidade presentes no grupo de Praticantes do Candomblé/Umbanda. De maioria branca (68,7%), a comunidade espírita possui a maior proporção de pessoas com nível superior completo (31,5%), em relação a outras religiões. Apenas 1,4% dos espíritas não são alfabetizados, enquanto para os católicos o percentual chega a 10,6%, o que pode ser explicado pelo fato desta religião reunir número maior de idosos e neste grupo de idade se concentrar o analfabetismo no país. Quanto ao rendimento mensal domiciliar per capita, destacou-se, no Censo 2010, o expressivo percentual (19,7%) de espíritas situados nas classes de rendimento altas (acima de cinco salários mínimos). Os evangélicos pentecostais, com 63,7%, estavam concentrados na faixa de até um salário mínimo per capita.

Quadro 15 – Percentual da população residente, por grupos de religião – Brasil – 1872/1991



Fontes: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890; e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991.

O capítulo 5, desse trabalho, destaca que o IBGE não produziu análise sobre as condições de vida dos praticantes do Candomblé/Umbanda, apesar de terem sido coletadas informações sobre escolaridade, trabalho e rendimento. Supõe-se que isso acarretou a não inclusão dessas informações nos *releases* de divulgação do Censo e, como consequência, nas notícias do *GI*.

5. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO CENSO 2010

A primeira divulgação dos resultados do Censo 2010, que cobriu 37 quesitos, ocorreu após apenas três meses do início da coleta das informações em 1º de agosto, o que representou um recorde na história dos recenseamentos nacionais. Em menos de dois anos e meio, todos os resultados foram publicados. Um grande salto em comparação com o primeiro Censo realizado no Brasil, em 1872, ainda no tempo do Império, que investigou apenas 13 quesitos e levou quatro anos para ser divulgado. Já o primeiro censo realizado pelo IBGE, em 1940, concluiu sua apuração e divulgação nove anos após serem pesquisados 20 quesitos.

A Mídia tem sido fundamental para os recenseamentos, não apenas na divulgação dos resultados, mas principalmente na etapa da coleta dos dados. No Censo 1940, por exemplo, a população devia ser alertada sobre a visita dos recenseadores. Por essa razão, a divulgação foi realizada por meio de cartazes nos bondes. O rádio também foi instrumento valioso. Naquele ano, há registro de mais de 55 mil artigos ou matérias citando o recenseamento. Os cinemas projetavam slides com chamamento para o Censo e pequenos filmes esclarecendo a população sobre o recenseamento. Houve, inclusive, o lançamento de folhetos de esclarecimento feito a partir de aviões. Em cadeia de rádio, o presidente Getúlio Vargas fez pronunciamento convocando o povo a participar do Censo do IBGE. A população, na época, era de 41,2 milhões de habitantes. Na área cultural, a cantora de maior sucesso da época, Carmem Miranda, gravou o samba “Recenseamento”.

Em 1940
 lá no morro começaram o recenseamento
 E o agente recenseador
 esmiuçou a minha vida
 foi um horror
 E quando viu a minha mão sem aliança
 encarou para a criança
 que no chão dormia
 E perguntou se meu moreno era decente
 E se era do batente ou era da folia
 Obediente eu sou a tudo que é da lei
 fiquei logo sossegada e falei então:
 O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro,
 e é quem sai com a bandeira do seu batalhão!
 A nossa casa não tem nada de grandeza
 nós vivemos na pobreza, sem dever tostão
 Tem um pandeiro, uma cuíca, um tamborim
 um reco-reco, um cavaquinho e um violão...

A Comunicação das Estatísticas públicas é denominada, no campo da Estatística, disseminação, constituindo-se em uma das cinco etapas das pesquisas Estatísticas: planejamento, coleta de informações, análise, disseminação e armazenamento dos dados. Nessa dissertação, procurou-se substituir o conceito de disseminação ou divulgação, entendida como transporte da informação de um ponto a outro, para o de Comunicação pública (DUARTE, 2006), que é um processo contínuo e circular, no qual o cidadão ganha papel de destaque na Comunicação, que tem como pressupostos a transparência, a prestação de serviço e a democratização do acesso à informação.

Nesse capítulo, são apresentados os resultados da Análise de Conteúdo quantitativa e qualitativa, comparada, dos *releases* do IBGE e das notícias do *GI*, a partir da qual se pretendeu investigar se esses textos revelaram a fragilidade das condições das nove Minorias tratadas nessa pesquisa.

O capítulo apresenta, também, os resultados da análise documental de nove documentos do IBGE, que teve como objetivo investigar as políticas institucionais, diretrizes, planos e normas que regeram o processo de Comunicação das Estatísticas do Censo 2010, bem como refletir sobre sua aplicação nas ações e ferramentas de comunicação utilizadas.

Tabela 1 – *Documentos do IBGE analisados*

N.	TÍTULO DO DOCUMENTO
1	Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais (ONU/IBGE)
2	Código de Boas Práticas Estatísticas
3	Carta de Serviços ao Cidadão
4	Estatuto do IBGE
5	Planejamento Estratégico 2012-2015
6	Metodologia do Censo Demográfico 2010
7	Política de Comunicação Integrada
8	Plano de Comunicação do Censo 2010
9	Relatório de Atividades da Coordenação de Comunicação Social - 2010 (CCS)

5.1. Políticas de Comunicação

A Comunicação pública das Estatísticas do IBGE segue diretrizes definidas em um conjunto de políticas, códigos e normas, que tem como objetivo, em linhas gerais, garantir a qualidade e utilidade das informações e o acesso o mais amplo possível aos resultados.

Apesar de não aparecer explicitamente na missão institucional do IBGE – “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da realidade e ao exercício da Cidadania”¹⁸ – o tema Comunicação integra o Planejamento Estratégico 2012-2015¹⁹ da instituição (IBGE, 2013). O documento, no item Compromisso com informantes e usuários, trata da necessidade de existirem ferramentas eficazes de Comunicação que viabilizem “a incorporação de uma cultura de excelência no relacionamento com informantes e usuários, de maneira a garantir que esses atores entendam o valor das informações que usam e prestam ao IBGE” (2013, p.24). O Planejamento também inclui a implementação da Política de Comunicação Integrada “de forma a manter transparente o relacionamento com os servidores e a sociedade e contribuir decisivamente para a manutenção da imagem pública de qualidade e credibilidade do IBGE” (2013, p.26). Explicita, ainda, o papel da Comunicação para o cumprimento da missão institucional do IBGE, os itens:

01.04.07. Realizar, a cada dois anos, ao menos um curso de media training, presencial e/ou à distância, para servidores do IBGE, a partir de 2013;

01.04.08. Realizar ao menos uma divulgação estadual supervisionada in loco ou remotamente, com entrevista coletiva, a cada ano, a partir de 2013.

01.04.09. Realizar treinamento com o objetivo de preparar tanto os assessores de imprensa quanto os técnicos, tendo em vista aprimorar as divulgações para a mídia de produtos da área de geociências, até junho de 2013.

01.04.10. Treinar, a cada ano, pelo menos seis jornalistas para a compreensão, recuperação e utilização de informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE, a partir de 2013 (2013, p.27).

Com o objetivo de institucionalizar as ações internas e externas de Comunicação, em 2012, foi constituído um Comitê de Política de Comunicação, com representantes de todas as

¹⁸ Links: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/default.shtm>

¹⁹ http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/planejamento_estrategico_ibge_2012_2015.pdf

Diretorias do IBGE, que teve como tarefa desenhar a Política de Comunicação Integrada²⁰ e um Plano de Ações. A política entrou em vigor, em 2013, após aprovada pelo Conselho Diretor e distribuída internamente para todos os empregados.

No item **4.1.1**, por exemplo, a Política trata do comportamento da direção do IBGE: “Garantir a implantação, manutenção, ampliação e agilidade dos fluxos de Comunicação entre a instituição, os servidores e a sociedade” (2013, p.12). O posicionamento da Mídia como o lugar indispensável para o fluxo de informação entre o IBGE e a Sociedade é explicitado no item **4.2.2** Comunicação externa, da Política, que prevê que “todo produto ou publicação com estudos e/ou pesquisas do IBGE deve ser divulgado através de comunicado para a mídia” (2013, p.13). Os valores da Política são ética, transparência, imparcialidade, excelência, agilidade e relevância da informação. O documento faz crer que a imparcialidade “é o direito de todos (governo e sociedade) à informação pública de qualidade e de utilidade, com garantia de igualdade de acesso e sem nenhuma interferência no retrato produzido” (2013, p.8).

Porém, na prática do embargo, a questão da igualdade de acesso pode ser discutida. Desde as divulgações do Censo 2000, o IBGE vem adotando uma estratégia de Comunicação chamada embargo. Essa prática consiste em antecipar para os veículos de Comunicação o material sobre uma pesquisa, com o compromisso de os jornalistas só o divulgarem na data e horário estabelecidos pelo IBGE. Para pesquisas novas ou com muitos resultados, a Coordenação de Comunicação Social organiza uma reunião de embargo, com a presença dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa, com o objetivo de explicar o material e tirar as dúvidas.

Na Política de Comunicação, a justificativa é que “Essa prática respeita as diretrizes²¹ e, no caso específico do IBGE, contribui fortemente para que a Instituição fortaleça sua credibilidade e amplie a disseminação de seus produtos. (2013, p.14)”. No entanto, o embargo, previsto legalmente, por meio da Portaria nº 15, de 27 de janeiro de 2005, do MPO, possibilita que Mídia e Governo tenham informações Estatísticas antes de outras organizações da sociedade e antes das organizações não-governamentais, dos movimentos sociais e do cidadão.

Sem dúvida, a prática representou mais espaço para a cobertura dos resultados de

²⁰ A autora dessa dissertação participou como secretária-executiva do Comitê de Política de Comunicação, responsável pela elaboração, em 2012, da Política de Comunicação do IBGE, submetida e aprovada pelo Conselho Diretor no mesmo ano.

²¹ As diretrizes da Política de Comunicação são credibilidade, democratização, padronização, regionalização, articulação/compartilhamento, planejamento, monitoramento, divulgação/disseminação. A Política pode ser acessada no link http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/politica_de_comunicacao.pdf

pesquisas do IBGE na Mídia e também melhor qualidade das matérias, já que durante o tempo do embargo, o repórter pode estudar o extenso material, tirar dúvidas e, no caso das TVs, organizar a produção da matéria no dia da divulgação. Os sites de Jornalismo em tempo real podem, também, produzir matérias que contenham, além dos dados, a interpretação das informações e entrevistas com outras fontes.

Ao receber as informações, com antecedência de 48 horas da data da divulgação, e participar da reunião com os pesquisadores, o jornalista produz matérias em maior quantidade e com melhor qualidade. Maia (2005) destaca que a estratégia, que teve início no IBGE em 2000, trouxe alguns resultados muito positivos para a Instituição, como a promoção de uma relação de confiança entre pesquisadores e jornalistas; o aumento do número de matérias e cadernos especiais com os resultados estatísticos; o aumento do número de usuários à procura de informações veiculadas pela Mídia. Além disso, o corpo técnico torna-se mais consciente da importância do seu trabalho.

Do ponto de vista dos jornalistas, o embargo, além de tornar o trabalho mais produtivo, é uma oportunidade de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum, elementos que definem o papel do jornalismo (MAIA, 2005, p.53).

Há necessidade de ressaltar, porém, que a prática é realizada, no Rio de Janeiro e em São Paulo, para veículos da grande Mídia. Nos outros estados, no entanto, onde o provimento de informações pelo IBGE para a sociedade é realizado por meio de uma rede nacional de disseminação²², o embargo é realizado em apenas algumas capitais. Outro ponto, é que integram a listagem de veículos que participam dessa prática a Mídia hegemônica e a Mídia do governo, na maioria dos casos, não havendo representantes de Mídia comunitária ou contra- hegemônica.

Em 2013, o IBGE adotou o *Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE*²³, com recomendações em relação à produção Estatística, com o objetivo de “promover uma conduta profissional padronizada na aplicação de melhores práticas Estatísticas, fundamentais para a credibilidade institucional e, portanto, para o reconhecimento e a confiança da sociedade nas informações que a Instituição produz” (2013, p.6). O acesso do cidadão às informações do

²² Link: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/atendimento/nos-estados>

²³ Link: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/codigo_boas_praticas.shtm

IBGE é previsto na *Carta de Serviços ao Cidadão*²⁴. Disponível no site, por exemplo, explicita que todo e qualquer cidadão pode solicitar informações ao Instituto, sem necessidade de apresentação de documentos ou outros requisitos, a partir de um dos canais a sua escolha: pelo endereço eletrônico ibge@ibge.gov.br, em que a resposta ao usuário é fornecida em um prazo médio de três dias, ou pelo *call center* 0800-721-8181, com tempo de espera de chamada de até 20 segundos, segundo o documento. Também é possível ser atendido, presencialmente, na Coordenação de Atendimento integrado, localizada na Rua General Canabarro, 706, no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), bem como nos Setores de Disseminação de Informações em uma das 27 Unidades Estaduais do IBGE.

No contexto internacional, a Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (Unced), integrada por representantes de órgãos produtores de Estatísticas públicas de todo o mundo adotou, em 1994, os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais²⁵, para garantir que os sistemas estatísticos nacionais nesses países fossem capazes de produzir dados adequados e confiáveis, de acordo com padrões profissionais e científicos. Isso contribuiria para a uniformização das Estatísticas mundiais. O documento da ONU serviu de base para normas de produção e divulgação adotadas pelo IBGE, planos de trabalho e projetos institucionais ao longo da última década. O documento, revisado em 2013, possui dez princípios:

- **Princípio 1: Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso.** Aponta que “as Estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica social e ambiental”. Recomenda, nesse sentido, que os órgãos oficiais de Estatística devam produzir e divulgar, de forma imparcial, Estatísticas de utilidade prática comprovada, em respeito ao direito do cidadão à informação pública.
- **Princípio 2: Padrões profissionais e éticos.** Trata do principal valor de um instituto de Estatística, que é a confiança. Por isso recomenda “tomar decisões, de acordo com considerações estritamente profissionais, aí incluídos os princípios científicos e a ética profissional, para a escolha dos métodos e procedimentos de coleta, processamento, armazenamento e divulgação dos dados estatísticos”.

²⁴ http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/carta_servicos_cidadao.shtm

²⁵ http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm

- **Princípio 3: Responsabilidade e transparência.** Diz respeito à correta interpretação dos dados, que é facilitada se as informações são mostradas de acordo com normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos estatísticos.
- **Princípio 4: Prevenção do mau uso dos dados.** Estimula os órgãos produtores de Estatísticas a “comentar interpretações errôneas e utilização indevida das Estatísticas”.
- **Princípio 5: Eficiência.** Trata da responsabilidade dos institutos em relação à escolha das fontes (pesquisas ou registros administrativos), em que se deve levar em conta a “qualidade, oportunidade, custos e ônus para os informantes”.
- **Princípio 6: Confidencialidade.** Evidencia uma das questões centrais para a produção e divulgação de Estatísticas públicas, ressaltando que “os dados individuais coletados pelos órgãos de Estatística para elaboração de Estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos”.
- **Princípio 7: Legislação.** Recomenda que “leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatísticos devem ser tornadas de conhecimento público”.
- **Princípio 8: Coordenação nacional.** Chama a atenção para a importância da coordenação entre os órgãos de Estatística de um “para que se obtenha coerência e eficiência no sistema estatístico”.
- **Princípio 9: Uso de padrões internacionais.** Trata da uniformização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de Estatística de cada país, no sentido de se promover “a coerência e a eficiência dos sistemas de Estatística em todos os níveis oficiais”.
- **Princípio 10: Cooperação internacional.** Estimula a cooperação bilateral e multilateral na esfera da Estatística, ressaltando-se que isso “contribui para melhorar as Estatísticas oficiais em todos os países”.

5.2. O plano de ações de Comunicação do Censo 2010

Assim como a realização de um censo, a Comunicação pública de censos também é uma operação complexa, que é realizada ao longo de vários anos, e mobiliza todas as equipes que trabalham nos setores de Comunicação. Desse modo, não se teve aqui a pretensão de registrar todas as ações, estratégias e ferramentas de Comunicação do Censo 2010, mas

apenas mencionar algumas delas, buscando pensá-las a partir das questões tratadas nessa dissertação. O grande volume de informações produzidas pelo IBGE acarreta a multiplicação das ações de Comunicação: número de *releases*, entrevistas coletivas e reuniões de embargo, atendimento dos jornalistas por telefone, o *clipping*²⁶. Isso foi mostrado no *Relatório de Atividades da Coordenação de Comunicação Social 2010*, que registrou a produção de 191 *releases* naquele ano, uma média de 16 *releases* por mês, ou um *release* a cada dois dias.

Em 2010, segundo o relatório, houve 4.671 solicitações da Mídia, o que correspondeu a uma média mensal de 389 atendimentos e de 20 pedidos por dia útil do ano. Em novembro, a média chegou a 49 pedidos por dia. Já o *clipping*, reuniu 18.885 notícias sobre o IBGE, o que representou uma média de 52 notícias por dia. E o *videoclipping*²⁷ reuniu 2.201 menções ao IBGE nas principais redes de televisão brasileiras. Especificamente em relação ao Censo 2010, naquele ano, foram 15 *releases*, 23% de atendimento à Mídia, 3.693 (19,6%) notícias no *clipping* e 413 matérias (18,8%) no *videoclipping*.

Quadro 16 – Número de exemplares produzidos para as atividades de divulgação do Censo Demográfico, segundo a categoria de material – 2010

Material de divulgação	Exemplares produzidos
<i>Banners</i>	6 100
Cartas	45 400
Cartazes	904 700
DVDs: vídeo institucional, Base Territorial e CMGE	18 000
Etiquetas com logomarca do Censo 2010	1 50 000
Filipetas	4 134 500
<i>Folders</i>	1 917 700
Material de apoio às reuniões de CMGE (blocos, mapas, etc.)	806 200
Publicações (Censo 2010 - Primeiros passos, Síntese das etapas da pesquisa e A pesquisa em andamento)	110 470
Revista Vou te contar	720 000
Total	8 813 070

Fonte: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI.

Em relação ao Censo 2010, os resultados puderam ser apresentados em forma de bases de informações georeferenciadas, arquivos de microdados e de dados agregados, malhas digitais de setores censitários e aplicações web. Em novembro de 2010, foram divulgados os

²⁶ Em 2010, o *clipping* do IBGE era feito basicamente a partir de notícias veiculadas em jornais, sites de internet e agências de notícias online, às quais o Instituto tinha acesso por meio de assinatura ou livremente, sendo disponibilizado para o público interno, na Intranet.

²⁷ O serviço de *videoclipping* era terceirizado, em 2010, e reunia as principais notícias sobre o IBGE veiculadas pelas emissoras de TV. Podia ser acessado pelo público interno na Intranet.

primeiros resultados do Censo 2010 no portal do IBGE. A partir daí, as informações foram sendo cada vez mais detalhadas, disponibilizadas em diferentes Mídias e em diversos recortes espaciais, para atender aos variados segmentos de público. Sobre a divulgação, foram elaborados 43 produtos, disponibilizados sob a forma de publicação impressa, aplicativo web, arquivo para internet ou CD-ROM/ DVD.

O trabalho de Comunicação para a Mídia foi organizado em torno de três momentos chave da operação censitária: pré-lançamento e lançamento (em 2009 e 2010), suporte à coleta (a partir de 2 de agosto de 2010) e divulgação dos resultados (a partir de 4 de novembro de 2010). Foi realizada uma série de ações de Comunicação, que incluiu, organização das entrevistas coletivas, reuniões de embargo, distribuição das publicações, treinamentos dos assessores de imprensa e dos jornalistas. Para facilitar a divulgação, os resultados do Censo 2010 foram divididos em dois grandes conjuntos: 1) Resultados do Universo – provenientes do questionário que é respondido em todos os domicílios; e 2) Resultados da Amostra – provenientes de um questionário mais longo, que é respondido por uma parte (fração amostral) dos domicílios. Os resultados da Amostra foram organizados em blocos temáticos como educação e deslocamento, trabalho e rendimento, famílias e domicílios, nupcialidade, fecundidade e migração e características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Além disso, foram divulgados resultados preliminares, quando os dados ainda estavam em fase de checagem, e posteriormente os definitivos²⁸.

A Comunicação pública do Censo 2010 foi realizada em conjunto por dois setores do IBGE: o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), com status de diretoria, e a Coordenação de Comunicação Social (CCS), órgão de assessoramento da Presidência. Entre as tarefas do CDDI, destacaram-se a produção editorial e comercialização das publicações com resultados do Censo, gerenciamento do Portal do IBGE na internet www.ibge.gov.br e da conta na rede social *Facebook*, produção da revista *Vou te Contar*, além da criação e disponibilização de produtos voltados para a área educacional, como o *Vamos Contar*²⁹ destinado a escolas de nível fundamental e médio de todo o país.

Um dos principais desafios de Comunicação de uma pesquisa tão ampla quanto um censo demográfico, é fazer chegar ao maior número possível de pessoas, não só nos centros urbanos, mas, também nas localidades mais longínquas e isoladas do país, a informação sobre a realização da coleta de informações. Por isso, o IBGE recorre à publicidade gratuita na

²⁸ O calendário de divulgação pode ser acessado no link: <http://censo2010.ibge.gov.br/calendario-de-divulgacao>.

²⁹ Disponível em: <http://vamoscontar.ibge.gov.br/>.

Mídia, com o nome de utilidade pública, mas também contrata uma empresa que coordena a publicidade paga.

Para a elaboração da campanha publicitária nacional de divulgação do Censo 2010, em 16/07/2010, conforme publicação no Diário Oficial da União, foi contratada uma empresa especializada em serviços de publicidade, por meio de processo licitatório na modalidade concorrência pública. Além das regras da licitação, o edital para as agências concorrentes apresentou também um *briefing*, com orientações e informações referentes ao IBGE e ao Censo, destacando os seguintes objetivos da campanha publicitária: mobilizar toda a sociedade brasileira para a importância de receber bem o recenseador do IBGE e de responder corretamente ao questionário do Censo 2010.

O trabalho de publicidade compreendeu as tarefas de estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias. A estratégia de Comunicação construída pela agência vencedora tinha os objetivos de: informar, motivar e mobilizar a população brasileira para o Censo 2010, sob o *slogan* “Censo 2010. Você responde, o Brasil corresponde”.

Quadro 17 – Inserções realizadas por meio de Comunicação utilizada na Publicidade do Censo 2010

Meios de comunicação	Inserções
Total	40 577
Rádio (1.162 emissoras Brasil)	30 940
Revista – nacional e segmentada	33
<i>Outdoor</i> – praça SP	65
Cinema – nacional	632
Painel Aeroporto – nacional	108
Tv Aberta	1 621
TV a Cabo	2 695
Merchandising	19
Internet	856
Aeronaves (<i>speech</i>)	43
Jornal	63
Teatro – praças RJ e SP	30
TV em ônibus	454
TV em metrô – praça SP	2 976
Elemídia – nacional	42

Fonte: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

A primeira fase da campanha, intitulada “Bem-vindos” teve como objetivo informar e destacar o início da operação e a importância de se responder corretamente às perguntas. A informação sobre os benefícios diretos dos resultados do Censo 2010 surgiu na segunda fase, intitulada “Responda”, e foi consequência desse trabalho da primeira ação. Por fim, uma fase de agradecimento, na qual foi destacada a importância da participação para um país com

futuro melhor. As veiculações das peças de agradecimento foram feitas na internet, Mídia *indoor* – painel de aeroporto, *speech* em aeronaves e Elemídia1 –, revistas de interesse geral, cinema, TV e *merchandising*. Os objetivos da campanha foram: a confiança no IBGE e na organização do Censo; a certeza da confidencialidade das informações prestadas e a tranquilidade quanto à segurança pessoal e do domicílio.

Quadro 18 – Peças produzidas para a campanha publicitária do Censo 2010, por tipo de peça

Tipo de peça	Peças produzidas
Comercial de 30" (1ª, 2ª fases e agradecimento)	5
Adaptação comercial para 15" e 10" (2ª fase e agradecimento)	2
Anúncios impressos (jornal e revista – 1ª, 2ª fases e agradecimento)	6
Comunicado para veiculação em TV (leiteiro)	2
<i>Jingle/spot</i>	1
Cartazes (1ª e 2ª fases)	150 000
Filipeta recenseador	1 000 000
Adesivo para carro	200 000
Adesivo microperfurado para traseira de carro (viatura do IBGE no RJ e DF)	50
<i>Banner</i>	6 000
Vídeo para homenagem ao recenseador	1

Fonte: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

Já a Coordenação de Comunicação Social realizou a divulgação da operação censitária para a Mídia, iniciada em 4 de agosto de 2010, e dos resultados do Censo, mas também de temas institucionais que ocorreram cerca de dois anos antes do início do Censo, como os processos seletivos para recenseadores, aperfeiçoamentos metodológicos e tecnológicos, e os censos-piloto. As ações de Comunicação no Rio de Janeiro foram replicadas no Setor de Disseminação de Informações (SDI), em São Paulo, e nos SDIs em todas as capitais brasileiras. Entre as ações de Comunicação, destacaram-se cursos preparatórios, entrevistas individuais e coletivas, embargo, produção de *releases*, atendimento dos repórteres, *clipping*, participação de técnicos em programas de TV, visitas às redações etc.

O Plano de Comunicação para o Censo 2010, da CCS, previu um cronograma de ações de Comunicação concentradas entre maio de 2009 e dezembro de 2010, apesar de antes dessa data e depois ter havido divulgações. O documento estabeleceu sete marcos: a instalação das Comissões Municipais de Geografia e Estatísticas e das Comissões Censitárias Estaduais³⁰ (maio a agosto de 2009); o Censo Experimental de Rio Claro (1º de setembro de 2009); recrutamento e treinamento de pessoal (outubro de 2009 a junho de 2010); articulação com as

³⁰ Instaladas em todas as 27 Unidades da Federação, as Comissões, com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e instituições da sociedade civil, funcionam como um canal de participação da sociedade na operação censitária.

assessorias de Comunicação estaduais e municipais (janeiro a março de 2010); seminários para os jornalistas (junho e julho de 2010); largada para coleta do Censo 2010 (agosto de 2010) e divulgação dos primeiros resultados (dezembro 2010). O Plano teve o objetivo de “contribuir decididamente para a manutenção da imagem pública de qualidade e confiabilidade do IBGE” (2009, p.1).

Entre as ações previstas no Plano, destacaram-se a redação de *releases*, com informações das respectivas regiões; produção de textos de apoio e outros materiais jornalísticos; sugestão de pautas para jornais, revistas, rádios, tevês e noticiários na internet; organização de entrevistas coletivas e acompanhamento de entrevistas individuais; produção e administração de listagem de jornalistas (*mailing*) dos principais veículos de Comunicação da região e produção de notícias sobre o Censo para a Intranet do IBGE e das Unidades Estaduais do IBGE e para a revista *Vou te Contar*, e *clipping*.

Destaca-se que todas as ações de Comunicação, referidas no Plano, foram dirigidas à Mídia hegemônica, nacional ou regional, e não há menção a rádios ou jornais comunitários, Mídia contra-hegemônica ou veículos de organizações não-governamentais. No item sobre *mailing* (2009, p.2) e parcerias e visitas a redações (2009, p.4), por exemplo, está explícito “com os principais veículos de Comunicação da região”. Já no item sobre participação em programas e mesas redondas, estão listados Roda Viva, Programa do Jô, Sem Censura, e as rádios Globo, CBN, Eldorado, Cultura e Radiobras. No item de articulação, o objetivo é estreitar o contato com as assessorias de Comunicação dos governadores, prefeitos, órgãos locais de Estatísticas e obter, assim, maior espaço de divulgação da Mídia regional. Mas não há registro de articulação com assessorias de imprensa de entidades da sociedade civil, com ONGs, movimentos sociais, Mídia sindical etc.

No documento *Metodologia do Censo Demográfico 2010*, a estratégia de Comunicação pública do Censo, registrada no capítulo 16, confirma a importância concedida pelo Instituto à Mídia Hegemônica na divulgação dos dados do Censo: “Como se sabe, os veículos de Comunicação são um meio poderoso para se chegar às pessoas, têm influência nacional e alcançam todas as regiões do país” (IBGE, 2013, p.666)

Nesse sentido, a Comunicação pública do Censo 2010 foi formulada e executada segundo um modelo que privilegiou a Mídia hegemônica, baseando-se no argumento quantitativo de que as grandes redes de Comunicação possuem altos índices de audiência que contribuem para a realização e divulgação dos resultados do Censo. De fato, a etapa da coleta das informações do Censo é uma tarefa que não dá para ser pensada sem a maciça divulgação

dos meios de Comunicação, porque quando visitam mais de 56 milhões de domicílios, no Censo, os recenseadores precisam encontrar as portas abertas e pessoas disponíveis para responder às perguntas. Mesmo assim, consideramos que um plano que incluísse os veículos de Minorias sociais, na etapa de coleta das informações, poderia contribuir, também, com a realização do Censo, já que tantas mudanças no questionário relacionaram-se a Minorias.

Principalmente na etapa de divulgação dos resultados do Censo, o modelo de Comunicação pública adotado pelo IBGE para o Censo 2010 mostra sua fragilidade, quando se baseia no argumento quantitativo da audiência, não considerando o ganho qualitativo de se disponibilizar a informação Estatística para as Minorias sociais. Além disso, como será mostrado a seguir, as notícias sobre Minorias produzidas pela Mídia hegemônica nem sempre explicitam a condição de vida desses grupos sociais, o que veículos comunitários ou de Minorias sociais, dirigidos a idosos, imigrantes, negros, homossexuais, por exemplo, poderiam tê-lo feito com eficiência, caso estivessem integrados nas rotinas de divulgação do Censo 2010.

5.3. Práticas e ferramentas de Comunicação

No IBGE, a disseminação dos resultados do Censo 2010 apoiou-se no portal do Instituto na internet³¹ e na divulgação para a Mídia hegemônica, nacional e regional, objetivando atingir o maior número possível de pessoas. Devido ao grande volume de informações produzidas e à necessidade de divulgá-las o mais amplamente possível, também o canal primordial de divulgação foram os veículos de Comunicação hegemônica.

O IBGE foi pioneiro na divulgação das informações em sua página da internet³², colocada no ar, pela primeira vez, em 1995, ano em que a internet ainda estava iniciando no país. Segundo matéria da *Revista IBGE* (2011, pg.22), em 1996, a página foi acessada por 69 mil usuários; em 1997 esse número pulou para 306 mil internautas. Em 2000, já eram 2,6 milhões de internautas e, em 2001, o número ultrapassou 4 milhões. O acesso ao site vem crescendo em progressão geométrica, totalizando, por exemplo, entre janeiro e setembro de 2014, 30,8 milhões de usuários. Mais recentemente, o IBGE tem investido na criação e aprimoramento de novos instrumentos de Comunicação, que fornecem informações

³¹ Link: www.ibge.gov.br.

³² Link: www.ibge.gov.br.

Estatísticas diretamente ao cidadão, sem mediação dos veículos de Comunicação, como o 0800-721-818, o endereço eletrônico ibge@ibge.gov.br.

Para apoiar a Comunicação pública do Censo 2010, o IBGE criou duas novas ferramentas de Comunicação: a Sala de Imprensa no portal do instituto na internet – <http://www.ibge.gov.br/home/presidência/noticias.gov.br> e a conta institucional no *Twitter*: <http://www.twitter.com/ibgecomunica>. Na Sala de Imprensa, são disponibilizados recursos multimídia, como fotos, apresentações e *podcasts* (gravações em áudio). Segundo o Relatório de Atividades 2010, o objetivo é “fazer chegar aos jornalistas de fora do Rio de Janeiro as mesmas informações disponibilizadas aos que frequentam entrevistas coletivas e eventos realizados na Sede”. Pelo *twitter*, o IBGE anuncia o calendário semanal de divulgações, envia convites para entrevistas coletivas e avisos de pauta, dá informações institucionais, encaminha links para *releases* e faz a transmissão online de entrevistas coletivas das pesquisas.

Em 26 de julho de 2010, foi realizado o *Seminário de preparação dos jornalistas para a cobertura do Censo 2010*. Visando capacitar os jornalistas em outros estados, o seminário foi transmitido via satélite para todas as 27 unidades estaduais do IBGE, que foram orientadas a convidar jornalistas da Mídia hegemônica local para assistir, tendo a possibilidade, inclusive, de enviar perguntas respondidas em tempo real. A listagem de participantes do treinamento não incluiu Mídia contra-hegemônica ou comunitária, apesar de o Censo 2010 ter capítulos especiais sobre favelas e índios, por exemplo.

5.4. Análise das notícias e *releases*

Adotando-se como foco inicial a Análise de Conteúdo das notícias sobre Minorias no Censo 2010, no *Portal G1*, chegou-se a conclusão de que a análise dos *releases* seria imprescindível, por se constituírem o ponto de partida para a produção das notícias sobre Estatísticas. Então, adotou-se a análise comparativa de conteúdo, quantitativa e qualitativa.

O *release* foi apontado como um dos instrumentos de maior valor para os jornalistas, seguido das análises dos resultados elaboradas pelos técnicos e o ranking. Mais uma vez, a falta de tempo é o principal motivo para que o *release* seja considerado fundamental pelos repórteres de agências de notícias e emissoras de rádio (MAIA, 2005, p.42).

5.4.1. Aspectos metodológicos

Em relação à análise dos *releases*, fez-se um recorte temporal, a partir do início da divulgação dos resultados do Censo 2010, em nove datas de divulgação dos dados censitários, no período entre 29/11/2010 e 06/11/2013, em que o IBGE divulgou 21 *releases*. A partir destes, foram excluídos 11 *releases*, pelas razões apresentadas a seguir, restando como *corpus* de análise dez *releases* que traziam dados demográficos ou indicadores sociais. São eles:

Tabela 2 – *Releases* analisados

N.	DATA	TÍTULO DO RELEASE
1	29/11/2010	Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas
2	29/04/2011	Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas
3	16/11/2011	Censo 2010: mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres
4	16/11/2011	Censo 2010: país tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis
5	27/04/2012	Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil
6	25/05/2012	Censo 2010 revela: mais da metade dos domicílios situavam-se em locais sem bueiros
7	29/06/2012	Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião
8	10/08/2012	Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas
9	17/10/2012	Censo 2010: uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento
10	19/12/2012	Censo 2010: mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação

Não integraram a análise oito *releases*, que listamos a seguir, apresentando as razões para sua exclusão: os quatro primeiros *releases* tinham como foco a visão geográfica sobre os dados estatísticos; o quinto foi sobre uma premiação ao IBGE; o sexto, sétimo e oitavo seguintes foram excluídos porque traziam repetições de dados que já haviam sido divulgados e/ou trataram de divulgações que fugiram ao modelo das restantes pois foram divulgações especiais, realizadas por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Tabela 3 – *Releases* excluídos da análise – Parte 1

N.	DATA	TÍTULO DO RELEASE
1	01/07/2011	IBGE divulga malha municipal e informações dos setores censitários do Censo 2010
2	16/11/2011	Indicadores sociais municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio
3	25/11/2011	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos auxiliará na produção de pesquisas domiciliares
4	28/06/2013	Atlas do Censo Demográfico do IBGE mapeia mudanças na sociedade brasileira
5	28/01/2011	Unesco premia IBGE por tecnologia no Censo 2010
6	25/05/2012	Censo 2010: mais de 3 milhões de crianças e adolescentes trabalhavam no Brasil
7	28/06/2013	Censo 2010:IBGE apresenta mapa de indicadores sobre trabalho infantil
8	30/09/2013	Censo 2010:IBGE apresenta mapa de indicadores sobre trabalho infantil

Decidiu-se não incluir também na análise, três *releases* que tiveram como tema as favelas porque quando analisamos os dados sobre Minorias para o total do país, as pessoas que moram nas favelas e integram Minorias já estão incluídas neles. Os *releases* excluídos foram:

Tabela 4 – *Releases* excluídos da análise – Parte 2

N.	DATA	TÍTULO DO RELEASE
1	15/12/2011	Censo aprimorou identificação de aglomerados subnormais
2	21/12/2011	Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais
3	06 / 11 / 2013	Censo 2010 mostra as características territoriais dos aglomerados subnormais e suas diferenças das demais áreas da cidade

Inicialmente, pretendia-se, apenas, quantificar o número de vezes que as Minorias eram mencionadas nos *releases* e nas notícias. Essa análise quantitativa daria um panorama sobre as Minorias com maior e menor inserção no *GI*. Porém, isso pareceu insuficiente porque se considerava relevante investigar se a notícia sobre Minoria revelava a fragilidade das condições de vida dessas pessoas – daí a necessidade de realizar uma Análise de Conteúdo qualitativa, conforme já dito, inspirada em Bardin (2014). Desse modo, visando captar a fragilidade social das Minorias, propôs-se analisar o conteúdo das notícias e *releases* a partir de três categorias aventadas por Chaves (1971) e Sodré (2005): desigualdade econômica, vulnerabilidade social e subordinação político-cultural.

A primeira categoria, “desigualdade econômica”, foi atribuída quando a notícia ou o *release* mencionava especificamente desigualdade na obtenção de rendimentos, por exemplo,

que negros recebiam salários menores que brancos, ou mulheres recebiam salários menores que homens; a segunda categoria, “vulnerabilidade social”, foi aplicada, nos *releases* e nas notícias, quando se referiam a Minorias que não usufruíam plenamente os serviços sociais (certidão de nascimento, educação, benefícios previdenciários). Por exemplo, índios sem certidão de nascimento ou deficientes trabalhando na informalidade, sem carteira de trabalho. Também atribuímos vulnerabilidade aos indicadores que explicitam uma condição social adversa, entre eles analfabetismo, evasão escolar, taxa de mortalidade, saneamento básico inadequado.

A terceira e última categoria, “subordinação político social”, referiu-se a trechos dos textos analisados que demonstram a submissão de uma pessoa a algum tipo de poder, econômico, social ou cultural. Por exemplo, o poder dos homens sobre as mulheres, no indicador que revela que 61,3% dos domicílios são chefiados por homens, frente a 38,7% por mulheres. Ou o percentual menor de negros como empregadores (0,3%), em relação a brancos (3,0%), e de deficientes (1,8%), em relação às pessoas sem deficiência (2,1%), nessa mesma comparação, indicando que os cargos de comando são mais frequentemente concedidos a brancos, sem deficiência. Ou, ainda, a ocorrência mais frequente de mulheres como empregadas domésticas (92,7%), em comparação aos homens.

Para facilitar o entendimento, as categorias foram resumidas em: desigualdade, vulnerabilidade e subordinação. A classificação deu-se da seguinte maneira: inicialmente, verificaram-se quais Minorias foram mencionadas nos *releases* e nas notícias e, em seguida, observou-se se, no texto, havia conteúdo que fizesse referência ou estabelecesse relação, ao menos uma vez, com uma, duas ou três das categorias citadas acima. Neste caso, foi atribuído *sim* para a(s) categoria(s) e, caso contrário, foi atribuído *não*.

Durante esse trabalho, surgiram algumas questões de classificação para as quais se adotou as soluções a seguir: cada trecho de notícia ou *release* com referência à determinada Minoria era enquadrado, apenas, em uma das categorias: desigualdade ou vulnerabilidade ou subordinação. Porém, se outro(s) trecho(s) do *release* ou notícia contemplasse outra categoria, era considerado também. Isso significou que uma notícia poderia ser relacionada a mais de uma Minoria, que poderia ser enquadrada em mais de uma categoria. A inclusão do trecho na categoria era realizada com pelo menos uma menção à categoria, ou seja, caso houvesse outras menções, isso não alterava a classificação.

Apesar de ter sido raro durante a pesquisa, quando se acumulou registros de Minorias, por exemplo, indicadores sociais a respeito de mulheres negras, ou deficientes negros,

considerou-se a Minoria que apareceu como central na análise do indicador, e ignoramos a(s) outra(s) porque nos pareceu difícil realizar a análise a partir de duplas ou triplas classificações.

5.4.2. A análise das notícias

A análise das notícias do Censo 2010 revelou que, em nove datas de divulgação dos dados censitários, compreendidas no período de entre 29 de novembro de 2010 e 19 de dezembro de 2012, o *Portal G1* veiculou um total de 98 notícias sobre o Censo 2010, tendo 66 delas mencionado uma ou mais Minorias entre as nove pesquisadas, e por isso se constituíram no foco de análise. As 32 notícias sobre o Censo 2010 não incluídas na análise tiveram como tema dados demográficos, como população brasileira e dos municípios, taxa de fecundidade e migração, a operação e metodologia do Censo 2010, entre outros.

Tabela 5 – Número de notícias do G1, segundo datas de divulgação do Censo 2010 e Minorias

Data	Censo	Minorias	Mulheres	Crianças	Negros	Deficientes	Índios	Idosos	Homossexuais	Imigrantes	Cand/Umb
29/11/2010	13	5	4	-	-	-	-	3	-	-	-
29/04/2011	9	6	4	-	2	-	-	2	1	-	-
16/11/2011	13	11	4	5	5	-	3	2	2	1	-
27/04/2012	21	14	6	6	1	3	-	-	-	3	-
25/05/2012	6	3	-	1	-	3	-	-	-	-	-
29/06/2012	14	7	1	1	2	2	1	1	-	-	3
10/08/2012	3	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
17/10/2012	10	8	5	-	3	-	1	2	2	1	-
19/12/2012	9	9	6	3	1	-	-	1	-	-	-
TOTAL	98	66	30	16	14	8	8	11	5	5	3

* A coluna Censo apresenta o total de notícias sobre Censo 2010, incluindo as minorias e outras notícias de Censo que não estavam relacionadas a minorias. Na coluna minorias, o resultado não corresponde à soma das colunas mulheres, crianças, negros etc, naquela data, porque uma notícia traz informações sobre uma ou mais minorias ao mesmo tempo.

Analisando-se as 66 notícias sobre Minorias, a pesquisa mostrou que quase metade delas (30) mencionou as mulheres, no texto e/ou no título, configurando-se na Minoria mais noticiada, no período analisado. Como, por exemplo, em “Número de mulheres no Brasil supera o de homens em 3,9 milhões”, do dia 29 de abril de 2011, do repórter Rafael Rosas (Valor Econômico para *G1*), e “Rendimento de mulheres cresce 13,5%”, do dia 27 de abril de 2012 (Agência Estado para *G1*). Em nove dias de divulgação de dados do Censo, as mulheres

deixaram de ser mencionadas, apenas, em duas ocasiões (25 de maio e 10 de agosto de 2012). Em todas as outras datas, houve notícias sobre as mulheres.

No sentido oposto, os praticantes de Candomblé/Umbanda, foram a Minoria tratada no menor número de notícias do *GI*, apenas três, todas no dia 29 de junho de 2012, data da divulgação da publicação “Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência”. Nenhuma delas destacou a Minoria religiosa nos títulos, que deram ênfase a católicos e evangélicos, como em “Aumento de evangélicos no Brasil reduz número de católicos para 64,6%” (Agência EFE para *GI*).

As crianças foram a Minoria que apareceu como segunda mais mencionada nas notícias (16), seguidas pelos negros (14) e idosos (11), como nos exemplos “Mortalidade infantil tem queda recorde na década”, de 27 de abril de 2012 (Agência Estado para *GI*); “Brancos recebem 84% a mais do que negros no Ceará”, de 16 de novembro de 2011, e “Bahia é o estado com maior número de centenários”, em 29 de novembro de 2010, ambas de *GI São Paulo*.

Ainda de acordo com essa análise quantitativa das notícias sobre Minorias, houve referência a deficientes e índios, em oito notícias cada, como em “Brasil tem 45,6 milhões de deficientes”, em 29 de junho de 2012, e em “IBGE aponta que 605,2 mil índios falam português no país”, em 10 de agosto de 2012, ambas do *GI São Paulo*. Homossexuais e imigrantes apareceram, cada, em apenas cinco das 66 notícias analisadas, como em “Mais da metade dos casais do mesmo sexo vivem no Sudeste, afirma IBGE”, em 17 de outubro de 2012, assinada por *GI São Paulo*, e “Volta de brasileiros e vinda de estrangeiros cresce em 10 anos – IBGE”, em 27 de abril de 2012 (Reuters para o *GI*, repórter Rodrigo Viga).

Tabela 6 – Minorias nas notícias

MINORIAS NAS NOTÍCIAS	Número de notícias sobre minorias no G1	Notícias com dados de desigualdade e/ou vulnerabilidade e/ou subordinação	Notícias com outros dados Estatísticos	%	Desigualdade	Vulnerabilidade	Subordinação
Mulheres	30	13	17	43,3	5	6	3
Crianças	16	14	2	93,7	0	14	0
Idosos	11	2	9	18,2	0	2	0
Homossexuais	5	2	3	40,0	0	2	0
Negros	14	6	8	42,8	4	2	0
Índios	8	4	4	50,0	1	3	0
Deficientes	8	5	3	62,5	1	5	1
Imigrantes	5	0	5	0	0	0	0
Candomblé/Umbanda	3	0	3	0	0	0	0
TOTAL	100*	46	54	46,0	11	34	4

* O total na coluna Número de notícias (100) é maior que o total de notícias sobre minorias (65) porque algumas notícias trataram de mais de uma minoria social

Quanto à investigação sobre as categorias de Minorias – desigualdade, vulnerabilidade e subordinação, em razão de algumas das 66 notícias do *GI* mencionarem mais de uma Minoria, totalizaram-se, na pesquisa, 100 menções às Minorias. O resultado apontou que em menos da metade das menções sobre Minorias (46%), houve pelo menos uma referência à fragilidade à qual a Minoria estava submetida, enquanto nas restantes (54) não houve referência à fragilidade nas condições de vida das Minorias, que foram tratadas, apenas, do ponto de vista demográfico. Um exemplo é a notícia “Número de mulheres no Brasil supera o de homens em 3,9 milhões”, de Rafael Rosas (Valor Econômico para o site *GI*), em 29 de abril de 2011.

Quatorze entre 16 notícias sobre Crianças do *GI*, no Censo 2010, retrataram a fragilidade das condições de vida dessa Minoria (93,7%). Em sentido oposto, os idosos, mencionados em 11 notícias do *GI*, dentre as quais apenas duas com características de fragilidade, foram a Minoria “pior” noticiada (18,2%). Apesar de as mulheres terem, quantitativamente, obtido muita visibilidade, pois foram tema em 30 das 66 notícias, em apenas 13 delas (43,3%) houve pelo menos uma referência à desigualdade, vulnerabilidade ou subordinação. Em relação às outras Minorias, as 66 notícias do *GI* explicitaram a fragilidade social, mais frequentemente, em relação aos negros (seis notícias), seguidos por deficientes (cinco notícias), índios (quatro notícias) e homossexuais (duas).

A leitura dos resultados da pesquisa, segundo as três categorias, revelou que a vulnerabilidade das crianças (14 notícias) foi o tema mais noticiado pelo *GI*, representando mais de um terço do total obtido na categoria (34), em notícias como “DF tem melhor renda e saneamento, mas falta escola pública, diz IBGE”, em 16 de novembro de 2011. O segundo tema mais noticiado, nesse sentido, foi a vulnerabilidade das mulheres (seis notícias), seguido pela desigualdade das mulheres (cinco) e pela desigualdade dos negros (quatro). A análise das notícias mostrou, também, que dentre as nove Minorias da pesquisa, as mulheres e os deficientes foram as únicas que tiveram notícias que ocuparam as três categorias.

5.4.3. A análise dos *releases*

Semelhante ao que ocorreu com as notícias, mulheres (oito notícias) e crianças (sete), estiveram presentes no maior número de *releases* e o menor número de referências, tanto nas

notícias (três) quanto nos *releases* (um), foi para os praticantes do Candomblé/Umbanda, tema em “Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião”, de 29 de junho de 2012. Já a terceira colocação, em termos quantitativos, nos *releases* ficou com idosos (cinco *releases*), seguidos por negros e deficientes (ambos com quatro *releases*). Nas posições intermediárias, alternaram-se, tanto nas notícias quanto nos *releases*, em proporções bem semelhantes, índios, homossexuais e imigrantes, mencionados em dois *releases* cada.

A análise dos *releases*, segundo as categorias desigualdade, vulnerabilidade e subordinação revelou que em pouco mais da metade das 35 menções sobre Minorias nos dez *releases* (19 vezes), houve pelo menos uma referência à fragilidade a que a Minoria estava submetida, enquanto nas restantes (16), não houve referência à fragilidade nas condições de vida das Minorias, que foram tratadas, apenas, do ponto de vista demográfico.

Com percentual semelhante ao que ocorreu nas notícias, a fragilidade das crianças foi mostrada em seis, dos sete *releases* do Censo 2010 (85,7%). Apesar de mencionados em cinco *releases*, os idosos apresentaram características de Minorias em apenas um deles (20%), do dia 17 de outubro de 2012, “Censo 2010: uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento”, em que se menciona moradia em domicílios inadequados do ponto de vista dos serviços básicos de luz, água e esgoto e foi registrado como vulnerabilidade. Nos outros, há referência aos idosos apenas do ponto de vista demográfico, ressaltando o tema do envelhecimento populacional. Percebeu-se, tanto nos *releases* quanto nas notícias, que os idosos, apesar de terem destaque, não foram representados em suas fragilidades, mas apenas demograficamente. Na notícia “Bahia é o estado com maior número de centenários”, de 29 de novembro de 2011, por exemplo, o texto apresenta um ranking entre os estados com mais idosos, artifício muito utilizado nas análises Estatísticas e apreciado pela Mídia.

Quanto às mulheres, tema de oito *releases*, houve referência à sua fragilidade social em apenas quatro (50%), como em “Censo 2010: mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres”, de 16 de novembro de 2011.

Nessa análise, também semelhante ao que ocorreu nas notícias, os *releases* sobre os imigrantes e os praticantes de Candomblé/Umbanda não revelaram as condições de vida desses dois grupos, apresentando-os, apenas, do ponto de vista demográfico. Buscou-se relacionar esse resultado com a origem da informação Estatística, que é a coleta dos dados e o texto de análise.

Tabela 7 – Minorias nos *releases*

MINORIAS NOS RELEASES	Número de releases do Censo 2010	Releases com dados de desigualdade e/ou vulnerabilidade e/ou subordinação	Releases com outros dados Estatísticos	%	Desigualdade	Vulnerabilidade	Subordinação
Mulheres	8	4	4	50,0	2	3	3
Crianças	7	6	1	85,7	1	6	0
Idosos	5	1	4	20,0	0	1	0
Homossexuais	2	1	1	50,0	0	1	0
Negros	4	3	1	75,0	0	3	1
Índios	2	2	0	100	0	2	0
Deficientes	4	2	2	50,0	1	2	1
Imigrantes	2	0	2	0	0	0	0
Candomblé/ Umbanda	1	0	1	0	0	0	0
TOTAL	35	19	16	54,2	4	18	5

* O total na coluna Número de releases do Censo 2010 (35) é maior do que o total de releases do Censo 2010, analisados nessa dissertação (10), porque os releases tratam de mais de uma minoria social.

5.4.4. Publicações: uma análise extra

A notícia “Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE”, publicada no *GI*, em 29 de junho de 2012, confirma que existiu uma tendência do site a repetir o conteúdo do *release*. Do mesmo modo que o *release*, a notícia não publicou os indicadores sociais dos praticantes de Candomblé/Umbanda, como escolaridade, trabalho e renda, disponíveis nas tabelas de resultados. O autor da matéria (assinada como *GI* São Paulo), semelhante ao que fez o pesquisador do IBGE e o assessor de imprensa que produziu o *release*, deu destaque aos católicos, evangélicos, espíritas e sem religião, por possuírem maior número de praticantes.

Apesar de não ser o foco dessa dissertação, decidiu-se analisar a publicação “Censo demográfico 2010 – Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência” (IBGE, 2010, p.89-105), que serviu de base para a produção do *release* de 29 de junho de 2012, “Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião”. Tentou-se compreender, com isso, o porquê de não encontrarmos, tanto nos *releases* do Censo 2010, como nas notícias, nenhuma informação sobre as condições de vida dos praticantes de Candomblé/Umbanda.

Nesse sentido, verificou-se que, no capítulo “Análise dos Resultados” da publicação, não foram mencionadas as características sociais dos praticantes do Candomblé/Umbanda (589 mil pessoas), recebendo destaque, no texto, as informações sobre as religiões com maior

número de praticantes: católicos (123,3 milhões), evangélicos (42,3 milhões), espíritas (3,8 milhões) e sem religião (615 mil). Nesse caso, pareceu que a Minoria religiosa, por se tratar também de Minoria quantitativa, não mereceu análise dos pesquisadores, apesar de no final da publicação, existirem tabelas de dados que demonstrem a situação inferior desse grupo religioso, comparando-se com os outros, em relação à escolaridade, trabalho e rendimento.

Na tentativa de elucidar, também, as razões para não haver, nos *releases* ou nas notícias sobre imigrantes nenhuma informação sobre a fragilidade das condições de vida dessa Minoria, analisou-se a publicação *Censo demográfico 2010 – Resultados gerais da amostra* (IBGE, 2010, p.69-71), utilizada como base para o *release* de 16 de novembro de 2011, sobre o tema imigração internacional. O texto de análise trouxe os quantitativos de imigrantes verificados no Censo 2010, comparações com o Censo 2000, os países de origem dos imigrantes e, ainda, a participação dos imigrantes no total da população de cada um dos estados brasileiros. Não houve registro, no entanto, sobre a existência de nenhum dado sobre as condições de vida desses imigrantes. Foi consultado, em seguida, o questionário da Amostra³³, a partir do qual se concluiu que essas informações não foram sequer coletadas.

Os dois *releases* sobre índios revelaram fragilidade nas condições de vida dessa Minoria (100%), sendo que um deles “Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas”, de 10 de agosto de 2012, fez parte de uma divulgação específica sobre indígenas. Por último, em relação aos homossexuais, também mencionados em dois *releases*, registrou-se, apenas em um, vulnerabilidade, no *release* de 17 de outubro de 2012, “Censo 2010: uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento”, em relação ao alto percentual de uniões consensuais (informais) entre homossexuais.

A falta de representações sobre os homossexuais, tanto nos *releases* quanto nas notícias, parece decorrer em primeiro lugar do modo como foi captada a informação, na questão 5 do questionário Básico (aplicados em todos os domicílios) e da Amostra, que investiga a “lista de moradores em 31 de julho de 2010”, e a “relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio”. A informação sobre casal homossexual foi captada quando a relação de uma das pessoas da listagem recai sobre a opção “cônjuge ou companheiro do mesmo sexo”. Ou seja, não houve uma pergunta sobre a orientação sexual das pessoas, mas apenas, sobre os casais homossexuais (60 mil no país).

³³ Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/coleta/questionarios>. Acesso em 12 Dez. 2014.

5.4.5. Outras observações

A análise comparativa de notícias e *releases* confirmou a hipótese de que os *releases* sobre o Censo 2010 tiveram papel central na produção das notícias sobre o Censo no *Portal G1*, em razão de se encontrar inúmeras coincidências e semelhanças entre os dois tipos de texto. Essa influência chegou ao ponto de ser verificada uma prática jornalística indesejável, quando a notícia “67,2% dos idosos declararam ter alguma deficiência no país, diz IBGE”, veiculada pelo *G1* em 29 de junho de 2012, reproduziu, praticamente sem alterações relevantes, oito parágrafos inteiros do *release* “Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião.”, divulgado pelo IBGE para a Mídia na mesma data.

Para produzir a notícia (assinada como Redação), o repórter apenas reproduziu os resultados estatísticos, sem realizar nenhuma entrevista com o pesquisador do IBGE, nenhuma entrevista com especialistas de outras instituições sobre o tema, e também não utilizou um personagem para ilustrar a matéria. Esse padrão foi repetido na notícia “Número de mulheres ocupadas cresceu 24% em 10 anos, diz IBGE”, publicada pelo *G1*, em 19 de dezembro de 2012, e que reproduziu, praticamente sem alterações, pelo menos 13 parágrafos inteiros do *release* “Censo 2010: mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação”, distribuído pela assessoria de imprensa no mesmo dia.

Nos exemplos citados acima, as notícias foram publicadas alguns minutos após 10 horas, quando o IBGE divulgou o *release* no site. A matéria “Número de mulheres ocupadas cresceu 24% em 10 anos, diz IBGE” foi publicada às 10h03, enquanto “67,2% dos idosos declararam ter alguma deficiência no país, diz IBGE” foi veiculada às 10h10. Essa operação de *copy and paste*, traz à tona alguns problemas do fazer jornalístico na contemporaneidade, entre os quais destacamos a pressão do tempo sobre a qualidade da apuração jornalística.

Apesar de com mais raridade, a análise comparativa também revelou diferenças nos resultados entre *releases* e notícias. Os *releases* analisados, por exemplo, não mostraram a desigualdade econômica de negros e índios em relação a brancos, ao passo que isso foi revelado nas notícias do *G1*. A explicação é que os repórteres apuraram essas informações, que não estavam no *release*, na reunião de embargo, na entrevista coletiva ou no material de apoio disponível na sala de imprensa do Portal do IBGE na internet.

Os resultados da pesquisa empírica evidenciam que a maioria das notícias sobre Minorias no Censo 2010 e os *releases* do IBGE não contribuíram de forma adequada para o

fortalecimento da Cidadania das Minorias, já que mencionaram a fragilidade nas condições de vida desses grupos em apenas 46% das ocasiões nas notícias, e 54,6% nos *releases*. Esses percentuais mostram que foi comum apresentar as Minorias do ponto de vista estritamente demográfico (estudo da dinâmica das populações), ou seja, quantitativo, sem trazer Estatísticas, entrevistas ou informações que dessem conta das condições de vida dessas Minorias.

Os resultados mostram, ainda, que mulheres, crianças, negros e deficientes foram, com maior frequência do que idosos e homossexuais temas de notícias Estatísticas no Censo 2010 que revelaram a fragilidade nas suas condições de vida. No entanto, imigrantes ou praticantes de Candomblé/Umbanda foram ignorados nesse sentido.

Outra conclusão a que se chegou, também, é que nas notícias Estatísticas do Censo 2010, os temas da vulnerabilidade social apresentaram maior noticiabilidade que os temas da desigualdade econômica e subordinação cultural, assuntos sobre os quais não houve tanta utilização, apesar de muitas vezes serem a origem da vulnerabilidade social. Nossa hipótese é que a questão da desigualdade e da subordinação não foram explicitadas pelo *GI* e não costumam ser explicitadas pela Mídia hegemônica, que costuma naturalizar os problemas sociais, sem apontar que decorrem do sistema econômico desigual.

6. Considerações finais

Ao mesmo tempo em que as Estatísticas se configuram como ferramenta de governo e discurso do poder hegemônico, também são necessárias nas reivindicações contra-hegemônicas, por exemplo, nos movimentos sociais de Minorias. Se, por um lado, serve para justificar a realização, ou mesmo ausência, de investimentos públicos voltados às populações, por outro lado o discurso estatístico pode ser apropriado pelas Minorias no sentido de exigirem a igualdade de direitos em relação à maioria, nas questões relativas a trabalho e renda, educação, saúde, transporte e lazer.

No entanto, como todo campo científico ou tecnologia, a Estatística possui suas metodologias e linguagem própria, acessíveis a apenas um grupo restrito de pessoas. Essa barreira é uma das que afasta a Estatística da Sociedade e coloca em discussão a questão da Comunicação das Estatísticas públicas para o fortalecimento da Cidadania das Minorias, tema que inspirou essa dissertação. A partir da constatação de que, com base nas Estatísticas públicas, a Mídia hegemônica produz notícias que não contribuem para a consolidação da Cidadania das Minorias, surge a necessidade de se pensar novos modelos de Comunicação das Estatísticas públicas.

Sodré (2005) ressalta que as Minorias não têm acesso à fala plena e buscam ter voz ativa no espaço público. Conforme elucidado pelo autor, essa dissertação mostra que o termo Minorias não foi utilizado em nenhuma das 98 notícias do *GI* sobre Minorias e dez releases do IBGE analisados, ou seja, embora os textos referiam-se a mulheres, crianças, idosos, homossexuais etc, em nenhum dos casos os autores optaram pela utilização de “Minorias”. A pesquisa demonstrou, também, que a palavra não foi utilizada em nenhuma das publicações com resultados do Censo 2010. Tanto nas análises do IBGE quanto nos textos jornalísticos, as Minorias foram apresentadas, exclusivamente, como categorias populacionais de gênero (mulheres), cor e raça (negros, índios), faixa de idade (crianças, idosos), relações de parentesco (casais homossexuais), religião (Candomblé/Umbanda) e deficiência.

Pressupõe-se que a razão disso é que o termo Minorias possui um significado ético-político, ou seja, quando é utilizado carrega o texto com sentidos relacionados a luta por obtenção de melhor distribuição de riqueza e obtenção de direitos que, na prática, são negados. Ressalta-se que a Mídia não seria o local de elucidação dessas disputas sociais, mas de produção de um consenso em relação ao sistema econômico.

Nesse sentido, o pensamento de Gramsci (1999) evidenciou que a Mídia é um dos

aparelhos privados de hegemonia, responsável por gerar o consenso em torno da ideologia capitalista. A partir da perspectiva crítica, a Mídia hegemônica não é, segundo o autor, o lugar de transformações estruturais na Sociedade e, portanto, do fortalecimento da Cidadania coletiva das Minorias. Pelo contrário, as notícias, em geral, contribuem para a manutenção da desigualdade econômica, da vulnerabilidade social e da subordinação político-cultural à qual estão submetidas as Minorias. Nesse sentido, a Mídia exerce um papel de mediação entre Estado e Sociedade, colaborando para a manutenção da dominação burguesa, por meio da direção política e ideológica.

A proposição de Gramsci foi confirmada nessa dissertação. Na Análise de Conteúdo das notícias sobre o Censo 2010, veiculadas no *Portal G1*, a partir de um total de 98 notícias, 66 (67%) tratavam de Minorias sociais. As 32 notícias sobre o Censo 2010 restantes tinham como tema os dados demográficos (população brasileira e dos municípios, taxa de fecundidade e migração). Já a Análise de Conteúdo qualitativa, considerando-se as 66 notícias, nas quais houve 100 trechos relacionados às Minorias, revelou que em mais da metade destes (54%) as Minorias foram tratadas, apenas, a partir do aspecto demográfico (número de mulheres, distribuição dos indígenas pelo território, percentual de deficientes na população) sem, no entanto, serem mostradas a partir de seus indicadores sociais negativos.

Constatou-se, com raras exceções, que nas notícias sobre Minorias que utilizaram Estatísticas do Censo 2010, no *Portal G1*, existiu a tendência de reproduzir os resultados Estatísticos, sem a busca por outras fontes de informação. Apesar de algumas matérias terem trazido comentários dos especialistas do Instituto, em várias outras, a instituição foi personificada, como em “Número de mulheres ocupadas cresceu 24% em 10 anos, diz IBGE”, de 19 de dezembro de 2012, ou em “Metade dos chefes de família não tem o ensino fundamental, aponta IBGE”, de 17 de outubro de 2012. O resultado disso foram notícias que abordaram as Minorias do ponto de vista essencialmente demográfico, ao invés de se aprofundarem nas condições de vida dessas pessoas e nas razões históricas que produziram essas condições.

A influência do *release* de divulgação do Censo na produção da notícia do *portal G1* foi confirmada na análise comparativa entre *releases* e notícias, que conforme demonstrado revelou semelhanças na representação das Minorias, nos dois textos. Em duas ocasiões, foi observado mais do que semelhanças: a pesquisa verificou que duas notícias reproduziram, quase integralmente, os *releases* do IBGE. Nesses casos, a premência de se colocar a notícia no *site G1*, alguns minutos após sua liberação dos dados pelo IBGE, resultou em notícias em

que o veículo ofereceu aos leitores trechos inteiros dos *releases* do IBGE, que tinham como objetivo apresentar as estatísticas sobre o Censo, a partir das quais o repórter deveria realizar entrevistas e aprofundar os temas.

Mesmo em se tratando de dados estatísticos públicos, as notícias poderiam conter informações adicionais sobre o que significa para o país as mulheres serem maioria numérica (51% da população), porém, serem Minorias na política, receberem cerca de 70% do salário dos homens ainda que exerçam o mesmo cargo, e viverem todo tipo de vulnerabilidade social, inclusive a violência. Também poderiam trazer entrevistas de outras fontes e representantes das Minorias, dando voz a elas. No entanto, as notícias naturalizaram as desigualdades, sem contextualizá-las historicamente e sem revelar suas origens econômicas e políticas.

A grande incidência de notícias que abordaram os aspectos demográficos da população coincide com a formulação do conceito de governantabilidade de Foucault (2012), segundo o qual a Estatística é uma tecnologia que possibilita governar e disciplinar as pessoas, integrando o conjunto de instituições, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer o poder e que tem como alvo principal a população.

Ressalta-se que o noticiário sobre Minorias no Censo 2010 decorreu de uma série de condições e atores, que em seu conjunto complexo determinaram quais Minorias foram “visíveis” para a Mídia e aquelas que foram “invisíveis”. O modo como a Sociedade enxergou as Minorias nas notícias do Censo 2010 resultou de escolhas, mas também de omissões, em relação às perguntas do questionário do Censo, à tabulação dos dados coletados, ao texto de análise dos pesquisadores, à produção do *release* e da notícia.

Isso aponta a necessidade de se pensar o espaço da Mídia contra-hegemônica como promissor para a veiculação da notícia Estatística e para o fortalecimento da Cidadania. Nos veículos contra-hegemônicos, parece haver mais espaço para a produção de notícias sobre Minorias, a partir de Estatísticas públicas, que revelem a desigualdade econômica, vulnerabilidade social ou subordinação político-cultural, às quais estão submetidas mulheres, crianças, idosos, homossexuais, negros, índios, deficientes, imigrantes e praticantes de Candomblé/Umbanda.

Paiva (2003) e Peruzzo (2003) ressaltaram a potência da Comunicação comunitária ou Comunicação cidadã como força contra-hegemônica, ou seja, alternativa de melhoria de vida de comunidades a quem foram negadas, ao longo dos anos, condições adequadas de moradia, transporte, trabalho e lazer. Desse modo, o protagonismo das Minorias poderia ser construído, na Mídia hegemônica e contra-hegemônica, por meio da articulação do aspecto quantitativo

das Estatísticas, foco principal do governo, ao qualitativo, foco das Minorias sociais.

Nesse contexto, insere-se o conceito de Jornalismo inclusivo de Paiva (2006), que pressupõe apuração cuidadosa junto aos atores sociais e uma redação livre de termos ou ideias que denotem preconceitos, tendo como alvo a ancoragem do indivíduo na realidade cotidiana e a integração com o real histórico. Além disso, poderia ser formulado um novo modelo de Comunicação das Estatísticas públicas, que incluía também o conceito de Comunicação pública formulado por Duarte (2005), como processo circular entre instituição e cidadãos, e que seja mais inclusivo em relação veículos de Comunicação contra-hegemônicos.

A Análise dos documentos relacionados à Comunicação pública no IBGE - Planejamento Estratégico, Política de Comunicação Integrada, Código de Boas Práticas Estatísticas, Plano de Comunicação do Censo 2010, entre outros - mostrou que alguns valores explicitados nos documentos, como democratização do acesso à informação, não foram praticados por meio das estratégias de Comunicação, que privilegiaram os veículos hegemônicos, adotando o argumento de que estes atingem maior número de pessoas, ou seja, o argumento quantitativo. Durante o Censo 2010, não houve participação frequente dos veículos comunitários nas listagens de endereçamento de E-mails (*mailing*), do conjunto de notícias publicadas (*clipping*), das entrevistas coletivas, das reuniões de embargo e dos treinamentos oferecidos pelo IBGE.

O IBGE destaca o grande acesso a sua página na internet, o que sem dúvida, ao lado da gratuidade dos dados produzidos pelo Instituto, representa importante passo em direção à democratização da informação Estatística pública. No entanto, a desigualdade do acesso à internet no país, enfraquece a suposição de que todo cidadão possa utilizar as informações a partir do site do IBGE. Sem contar com os acessos à internet pelo telefone celular, o percentual de casas com computador com acesso à rede, por exemplo, segundo o dado mais recente no IBGE sobre o tema, da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-2013*, era de menos da metade (42%) dos domicílios brasileiros, sendo que esse indicador variava de apenas 16% dos domicílios no Maranhão a 67% no Distrito Federal.

Ressalta-se que, entre as ferramentas de Comunicação do Censo 2010, o *Twitter* representou a ampliação do acesso, democratização e, especialmente, a Comunicação pública circular, nos dois sentidos, já que os internautas puderam comunicar-se com o IBGE por meio do canal, fazendo perguntas, e *retwitando os posts*.

Produzidas com recursos públicos, as Estatísticas deveriam ter sua utilização ampliada, sendo usadas pela sociedade civil, e especialmente pelas Minorias, para o exercício da

Cidadania. A representação dos grupos sociais nas Estatísticas públicas contribui para a formação da identidade cultural e para o fortalecimento do sentido de comunidade. No entanto, utilizar as Estatísticas do IBGE passa pela necessidade de se formular e colocar em funcionamento políticas de Comunicação de Estatísticas que possibilitem aos cidadãos não apenas o acesso aos dados, mas a capacidade de compreendê-los e utilizá-los em fóruns de discussões, em entrevistas para a Mídia, em audiências públicas, em encontros com políticos. Nesse sentido, é central a constatação de que o Estado tem um triplo papel na construção de uma sociedade mais justa: a produção das Estatísticas sobre Minorias, a Comunicação pública dessas Estatísticas e a implementação das políticas públicas voltadas às Minorias.

Para fortalecer a Cidadania, a divulgação ou disseminação das Estatísticas públicas precisa ser transformada em Comunicação pública de Estatísticas, uma vez que esse conceito transforma o cidadão de coadjuvante a protagonista de um processo de Comunicação circular e democrático. O conceito de Comunicação pública reforça valores que já integram a disseminação das informações Estatísticas como o interesse público, e inclui os veículos contra-hegemônicos e organizações da Sociedade civil. Poderia contribuir com o processo, substituir o argumento quantitativo de que a Mídia hegemônica atinge um público maior pela visão qualitativa, dando importância aos veículos de movimentos sociais e comunitários.

Essa dissertação pretende contribuir para os estudos sobre o tema da Comunicação das Estatísticas públicas. Os resultados da pesquisa abrem espaço para se pensar as limitações da Mídia hegemônica como instrumento de fortalecimento da Cidadania e, logo, sobre a necessidade da desconcentração econômica da Mídia. No entanto, é um trabalho limitado, que precisa ser expandido para o entendimento pleno do tema. Outras pesquisas que adotassem metodologias como grupo focal ou etnografia, por exemplo, poderiam elucidar a importância das notícias sobre Minorias para o fortalecimento do sentido de comunidade das Minorias.

Afinal, se o IBGE produz dados sobre Minorias, por que não divulga nos veículos de Minorias? O modelo de Comunicação de Estatísticas públicas não está dado, e precisa ser construído em conjunto pelo IBGE e a Sociedade. Ampliar o conceito de divulgação para o de Comunicação pública, com a inclusão das Mídias contra-hegemônicas, comunitárias e redes sociais justifica-se pelos resultados da pesquisa realizada a partir de notícias sobre Minorias no Censo 2010 junto ao *Portal GI* e os *releases* do Censo 2010. Esse novo modo de Comunicação pública, não apenas para a Mídia hegemônica, mas para a Mídia não-hegemônica (veículos comunitários, agências de notícias independentes, noticiários de organizações não-governamentais), poderia contribuir para que a Comunicação das

Estatísticas fosse um fator de promoção da Cidadania e para as Minorias obterem a igualdade, não apenas formal, explicitada pela Constituição Federal, mas material. No entanto, conforme evidenciado nessa dissertação, existe o problema da independência do IBGE em relação ao Governo, que é discutível em razão da questão orçamentária, que interfere na produção das pesquisas, na contratação de pessoal e na atualização dos recursos tecnológicos.

A redação da notícia jornalística sobre Estatísticas, também chamada Jornalismo de Banco de Dados, depende de considerar as dimensões tempo e espaço das pesquisas, compreender as classificações sociais e econômicas para traduzi-las no texto jornalístico, além de conhecer banco de dados, planilhas, compreender gráficos. Supondo-se que exista uma gramática da notícia Estatística ou um esboço para uma teoria da notícia Estatística, apresenta-se a necessidade de se incluir nos currículos de Jornalismo laboratórios de redação específicos para lidar com a notícia Estatística. Além disso, há necessidade de organização de treinamentos nessa área voltados a jornalistas, sejam os que trabalham em veículos hegemônicos ou contra-hegemônicos, para capacitá-los a compreender os dados e produzirem notícias a partir das Estatísticas públicas que contribuam para o fortalecimento da Cidadania das Minorias.

Quem desatará o nó que existe na comunicação das Estatísticas Públicas? De um lado, um volume enorme de dados de toda natureza e abrangência temporal e espacial e do outro as Minorias, organizadas em Ongs, coletivos, movimentos sociais, associações de bairro, que necessitam das informações para buscar sua Cidadania. O canal preferencial de divulgação dessas informações do IBGE para as Minorias, como verificado nessa dissertação, tem sido a Mídia hegemônica, onde especialmente nos veículos *on line* são produzidas notícias que apenas apresentam os resultados estatísticos, como ocorreu no Censo 2010, sem no entanto aprofundar minimamente as razões e apontar alternativas de mudanças da realidade social.

Um modelo de comunicação das Estatísticas públicas poderia ser construído a partir de um esforço conjunto entre IBGE, ENCE, as Universidades, as Ongs e a Mídia, visando uma sociedade onde as informações Estatísticas contribuam para a redução da desigualdade econômica, da vulnerabilidade social das Minorias e onde a Cidadania seja exercida de fato e não apenas de direito. Nesse sentido, o IBGE tem papel relevante não somente na produção, mas na comunicação das Estatísticas públicas, visando o fortalecimento da Cidadania no país. E com isso, se aproximaria cada vez mais de sua missão instituição que é “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da Cidadania”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUDH – ONU. **A Carta internacional dos Direitos Humanos**. Ficha informativa sobre Direitos Humanos n° 2. Lisboa: 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número** – Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, Ltda, 2014.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel – Divisão Editorial S.A., 2003.
- BLANCHOT, Maurice. **La comunidad inconfessable**. Madrid: Editora Nacional, 2002.
- CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais – Universidade Federal do Ceará (UFC)**, Ceará, volume II, n° 1, p.149-168, 1971.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (org). **Mídia e poder** – ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, Vol 5. São Paulo: Editorial 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista com G.Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: *Éditions Montparnasse*, 1997, VHS, 459min.
- DUARTE, Jorge & VERAS, Luciara. **Glossário de comunicação pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ELHAJJI, Mohammed. Papel da Comunicação comunitária cultural na construção de espaços identitários transnacionais. In: **Comunicação para a cidadania** – caminhos e impasses. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- ESCUDERO, Camila. A Construção da identidade webdiaspórica a partir dos conceitos de interculturalismo, transnacionalismo e multiterritorialismo: apontamentos analíticos. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO INTERCOM, 2013, Manaus. **Anais...** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1477-1.pdf>. Acesso em: 14 Out. 2014.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio** – o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2006, p.556.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno 12 (1932)* – Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais**. Rio de Janeiro, 2011.

HACKING, Ian. Inaugural lecture: Chair of Philosophy and History of Science. Concepts at the Collège de France, 16 January 2001. In: **Economy and society**, v. 31. USA: Taylor & Francis Ltd, 2002.

IBGE. **Censo demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo demográfico 2010 – Resultados do universo - Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro, 2011

_____. **Censo demográfico 2010 – Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo demográfico 2010 – Nupcialidade, fecundidade e migração**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo demográfico 2010 – Resultados gerais da amostra. Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Pesquisa de Informações básicas municipais**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Suplemento características de vitimização e Acesso à Justiça. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Planejamento Estratégico do IBGE 2012-2015**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Política de Comunicação Integrada**. Rio de Janeiro, 2013

_____. **Código de Boas Práticas de Estatísticas do IBGE**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Série Relatórios Metodológicos, vol. 41. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Revista IBGE**, nº0, out/nov.dez 2011. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/estatuto.shtm>. Acesso em 18 Out. 2014.

_____. **Relatório de Atividades da Coordenação de Comunicação Social**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Plano de Ações de Comunicação para o Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Código de Boas Práticas das Estatísticas no IBGE**. Rio de Janeiro, 2013

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. Série Princípios, nº 29. Editora Ática: São Paulo, 1985.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo, Paulus, 2011.

MAIA, Silvia. **A Notícia da Estatística: a divulgação das Estatísticas do IBGE na visão dos jornalistas**. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais). Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, Rio de Janeiro.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATOS, Heloiza Helena; NOBRE, Guilherme. **Comunicação para a Cidadania e Democracia: capacitação em comunicação pública e política**. In XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO INTERCOM, 2014, Foz do Iguaçu.

MORAES, Dênis. *Jornalismo e diversidade*. **América Latina en movimiento**. Equador: Agencia Latinoamericana de Informacion, 2013. Disponível em <http://alainet.org/active/64094>. Acesso em 17 Jul. 2014.

ONU. **Princípios fundamentais das estatísticas oficiais**. Genebra: Comissão de Estatísticas das nações Unidas (Unced), 1994.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2003.

_____. Para reinterpretar a comunidade. In: **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007.

_____. A Publicização da ética no espaço midiático. In: **Ética, Cidadania e Imprensa**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002.

_____. Comunidade e humanismo prático: A apresentação da periferia no Rio de Janeiro. In: **Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa**. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2008.

_____. Jornalismo Comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). In: **Revista Famecos - Mídia, Cultura e Tecnologia**. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006, Pg 62.

_____. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. In: **Revista Matrizes**. Ano 6 – nº 1, jul/dez 2012. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2012, p. 63-75.

PERUZZO, Cicilia; ALMEIDA, Fernando. (Orgs.). **Comunicação para a Cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: Uneb, 2003.

RAMONET, Ignacio. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: DE MORAES, Dênis (org.). **Mídia, poder e contrapoder – Da concentração monopólica à democratização da informação**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.

SENNET, Richard. **Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SENRA, Nelson. **História das Estatísticas brasileiras**. Vol.1 (C.1822-C.1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Nelson. Informação estatística como objeto de estudo (uma primeira tentativa de

formalização). DataGramaZero - **Revista de Ciência da Informação** - v.6 n.4, agosto 2005. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/abr13/F_I_iden.htm> Acesso em: 15 de julho de 2013.

_____. Pesquisa histórica das Estatísticas: temas e fontes. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.411-425, abr.-jun. 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11-25

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Reinventando a educação** – Diversidade, descolonização e redes. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Anotações de aula, cadeira de Comunicação e Cultura, Mestrado da Escola de Comunicação da UFRJ, 2013.

STARR, Paul. Social categories and claims in the liberal state. *Social Research*, vol 59, n 2 (verão 1992) Disponível em http://www.princeton.edu/~starr/articles/articles90-92/Starr_Social_Categories_and_Claims.pdf. Acesso em: 15 Jul. 2013.

TÖNIES, Ferdinand. Opinião Pública. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org). **A era glacial do jornalismo** – Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulinas, 2006.

ANEXO: Questionário Básico do Censo Demográfico 2010

 Censo Demográfico 2010 CD 2010 Questionário Básico		MUNICÍPIO: _____ POSTO DE COLETA: _____				
1 IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO						
1.01 UF	1.02 MUNICÍPIO	1.03 DISTRITO	1.04 SUBDISTRITO	1.05 SETOR	1.06 Nº DA QUADRA	1.07 Nº DA FACE
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
LOCALIDADE:				CEP: <input type="text"/>		
LOGRADOURO: (Endereço completo) <input type="text"/>						
ESPÉCIES DE DOMICÍLIO OCUPADO						
1.08 <input type="checkbox"/> 1 - DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE OCUPADO <input type="checkbox"/> 6 - DOMICÍLIO COLETIVO COM MORADOR <input type="checkbox"/> 5 - DOMICÍLIO PARTICULAR IMPROVISADO OCUPADO Siga 1.09						
TIPO						
1.09 <input type="checkbox"/> 11 - CASA <input type="checkbox"/> 53 - OUTRO (VAGÃO, TRAILER, GRUTA, ETC.) <input type="checkbox"/> 12 - CASA DE VILA OU EM CONDOMÍNIO <input type="checkbox"/> 61 - ASILO, ORFANATO E SIMILARES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 13 - APARTAMENTO <input type="checkbox"/> 62 - HOTEL, PENSÃO E SIMILARES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 14 - HABITAÇÃO EM CASA DE CÔMODOS, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO <input type="checkbox"/> 63 - ALOJAMENTO DE TRABALHADORES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 15 - OCA OU MALOCA <input type="checkbox"/> 64 - PENITENCIÁRIA, PRESÍDIO OU CASA DE DETENÇÃO COM MORADOR <input type="checkbox"/> 51 - TENDA OU BARRACA <input type="checkbox"/> 65 - OUTRO COM MORADOR <input type="checkbox"/> 52 - DENTRO DO ESTABELECIMENTO Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas.						
Se código 1 no quesito 1.08, siga para o quesito 2.01 Se código 5 no quesito 1.08, siga para o quesito 3.01 Se código 6 no quesito 1.08, siga para o quesito 4.01						
2 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO						
2.01 - ESTE DOMICÍLIO É:						
<input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - JÁ PAGO <input type="checkbox"/> 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR <input type="checkbox"/> 2 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - AINDA PAGANDO <input type="checkbox"/> 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA <input type="checkbox"/> 3 - ALUGADO <input type="checkbox"/> 6 - OUTRA CONDIÇÃO Siga 2.02						
2.02 - QUANTOS BANHEIROS DE USO EXCLUSIVO DOS MORADORES EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive os localizados no terreno ou na propriedade)						
<input type="checkbox"/> 1 - BANHEIRO(S) COM CHUVEIRO (OU BANHEIRA) E VASO SANITÁRIO (OU PRIVADA) (Se 0(zero), siga 2.03. Caso contrário, passe ao 2.04) (Se 9 ou mais de 9, registre 9. Se não existir registre 0 (zero))						
2.03 - UTILIZA SANITÁRIO OU BURACO PARA DEJEIÇÕES, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE? (Cercado por paredes de qualquer material)						
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.04) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.05) Obs.: Dependendo da região do país, sanitário pode ser conhecido como: casinha, patente, latrina privada, sentina, retrete, casa-de-força, cambone						
2.04 - O ESGOTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO É LANÇADO (JOGADO) EM:						
<input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL <input type="checkbox"/> 3 - FOSSA RUDIMENTAR <input type="checkbox"/> 5 - RIO, LAGO OU MAR <input type="checkbox"/> 2 - FOSSA SÉPTICA <input type="checkbox"/> 4 - VALA <input type="checkbox"/> 6 - OUTRO Siga 2.05						

2.05 – A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É:

1 - REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO 5 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA EM CISTERNA 8 - OUTRA
 2 - POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE 6 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA DE OUTRA FORMA 9 - POÇO OU NASCENTE NA ALDEIA
 3 - POÇO OU NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE 7 - RIOS, AÇUDES, LAGOS E IGARAPÉS 10 - POÇO OU NASCENTE FORA DA ALDEIA
 4 - CARRO-PIPA

Obs.: As categorias em negrito só foram disponibilizadas em setores de terras indígenas. Siga 2.06

2.06 – O LIXO DESTA DOMICÍLIO É:

1 - COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA 4 - ENTERRADO (Na propriedade) 6 - JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR
 2 - COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA 5 - JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO 7 - TEM OUTRO DESTINO
 3 - QUEIMADO (Na propriedade)

Siga 2.07

2.07 – EXISTE ENERGIA ELÉTRICA NO DOMICÍLIO?

1 - SIM, DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA Siga 2.08 2 - SIM, DE OUTRAS FONTES Passe ao 3.01 3 - NÃO EXISTE ENERGIA ELÉTRICA Passe ao 3.01

2.08 – EXISTE MEDIDOR OU RELÓGIO NO DOMICÍLIO?

1 - SIM, DE USO EXCLUSIVO 2 - SIM, DE USO COMUM 3 - NÃO TEM MEDIDOR OU RELÓGIO

Siga 3.01

3

PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES - EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL

3.01 – ALGUMA PESSOA QUE MORAVA COM VOCÊ(S) ESTAVA MORANDO EM OUTRO PAÍS EM 31 DE JULHO DE 2010?

- 1 - SIM (Siga 3.02) 2 - NÃO (Passe ao 4.01)

3.02 - NOME Siga 3.03	3.03 - SEXO 1 - M 2 - F Siga 3.04	3.04 - ANO DE NASCIMENTO Siga 3.05	3.05 - ANO DA ÚLTIMA PARTIDA PARA MORAR EM OUTRO PAÍS Siga 3.06	3.06 - PAÍS DE RESIDÊNCIA EM 31 DE JULHO DE 2010 Siga 4.01
	<input type="checkbox"/>	_ _ _ ano	_ _ _ ano	
	<input type="checkbox"/>	_ _ _ ano	_ _ _ ano	
	<input type="checkbox"/>	_ _ _ ano	_ _ _ ano	

INFORMAÇÕES SOBRE MORADORES

4

PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES E COLETIVOS

4.01 – QUANTAS PESSOAS MORAVAM NESTE DOMICÍLIO EM 31 DE JULHO DE 2010?

|_|

Siga 4.02

PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES

4.02 – A RESPONSABILIDADE PELO DOMICÍLIO É DE:

(Pessoa Responsável pelo domicílio é aquela que é reconhecida como tal pelos demais moradores)

- 1 - APENAS UM MORADOR 2 - MAIS DE UM MORADOR

Siga 5.01

6.06 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE?				
<input type="text"/>				
6.07 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.09)				
6.08 - QUAL(IS)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)				
6.081 <input type="text"/>				
6.083 <input type="text"/>				
6.09 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Tem idade menor ou igual a 10 anos, siga 6.10) (Tem idade maior do que 10 anos, passe ao 6.11)				
PARA PESSOAS COM ATÉ 10 ANOS DE IDADE				
6.10 - TEM REGISTRO DE NASCIMENTO:				
<input type="checkbox"/> 1 - DO CARTÓRIO <input type="checkbox"/> 2 - DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO (DNV) DO HOSPITAL OU DA MATERNIDADE (Se tem idade maior ou igual a 5 anos, siga 6.11)				
<input type="checkbox"/> 3 - REGISTRO ADMINISTRATIVO DE NASCIMENTO INDÍGENA(RANI) (Somente para aquele que se declarar ou se considerar indígena) (Caso contrário, passe ao 6.13)				
<input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM <input type="checkbox"/> 5 - NÃO SABE				
EDUCAÇÃO				
PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE				
6.11 - SABE LER E ESCREVER?				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se tem idade maior ou igual a 10 anos, siga 6.12) (Caso contrário, passe ao 6.13)				
RENDIMENTO				
PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE				
6.12 - QUAL ERA O SEU RENDIMENTO MENSAL TOTAL, EM JULHO DE 2010? (DEVEM SER SOMADOS TODOS OS RENDIMENTOS MENSAIS DE TRABALHOS E DE OUTRAS FONTES DA PESSOA)				
<input type="checkbox"/> 1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS <input type="checkbox"/> 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO TEM				
↳ €121 - R\$ <input type="text"/> ,00				
PARA TODAS AS PESSOAS				
6.13 - ASSINALE QUEM PRESTOU AS INFORMAÇÕES DESTA PESSOA:				
<input type="checkbox"/> 1 - A PRÓPRIA PESSOA (Encerre a entrevista da pessoa) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO MORADOR (Encerre a entrevista da pessoa)				
<input type="checkbox"/> 2 - OUTRO MORADOR 6.14 - Nome do outro morador <input type="text"/> (Encerre a entrevista da pessoa)				
7 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES - MORTALIDADE				
7.01 - DE AGOSTO DE 2009 A JULHO DE 2010, FALECEU ALGUMA PESSOA QUE MORAVA COM VOCÊ(S)? (Inclusive crianças recém-nascidas e idosos)				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 7.02) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Encerre a entrevista)				
7.02 - NOME Siga 7.03		7.03 - MÊS E ANO DE FALECIMENTO Siga 7.04	7.04 - SEXO 1 - M 2 - F Siga 7.05	7.05 - IDADE AO FALECER
				7.051 - EM ANOS UM ANO OU MAIS
				7.052 - EM MESES MENOS DE UM ANO
		<input type="checkbox"/> 1 - Agosto de 2009	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
		<input type="checkbox"/> 2 - Setembro de 2009	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
		<input type="checkbox"/> 11 - Junho de 2010	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
		<input type="checkbox"/> 12 - Julho de 2010	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>

ANEXO: Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2010

 Censo Demográfico 2010 CD 2010 Questionário da Amostra	MUNICÍPIO: <input type="text"/>					
	POSTO DE COLETA: <input type="text"/>					
1 IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO						
1.01 UF	1.02 MUNICÍPIO	1.03 DISTRITO	1.04 SUBDISTRITO	1.05 SETOR	1.06 Nº DA QUADRA	1.07 Nº DA FACE
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
LOCALIDADE:				CEP:		
<input type="text"/>				<input type="text"/>		
LOGRADOURO: (Endereço completo)						
<input type="text"/>						
ESPÉCIES DE DOMICÍLIO OCUPADO						
1.08	<input type="checkbox"/> 1 - DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE OCUPADO <input type="checkbox"/> 6 - DOMICÍLIO PARTICULAR IMPROVISADO OCUPADO			<input type="checkbox"/> 8 - DOMICÍLIO COLETIVO COM MORADOR		
Siga 1.08						
TIPO						
1.08	<input type="checkbox"/> 11 - CASA <input type="checkbox"/> 12 - CASA DE VILA OU EM CONDOMÍNIO <input type="checkbox"/> 13 - APARTAMENTO <input type="checkbox"/> 14 - HABITAÇÃO EM: CASA DE CÔMODOS, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO <input type="checkbox"/> 15 - OCA OU MALOCA <input type="checkbox"/> 61 - TENDA OU BARRACA <input type="checkbox"/> 62 - DENTRO DO ESTABELECIMENTO			<input type="checkbox"/> 63 - OUTRO (VAGÃO, TRAILER, GRUTA, ETC.) <input type="checkbox"/> 81 - ASILO, ORFANATO E SIMILARES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 82 - HOTEL, PENSÃO E SIMILARES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 83 - ALOJAMENTO DE TRABALHADORES COM MORADOR <input type="checkbox"/> 84 - PENITENCIÁRIA, PRESÍDIO OU CASA DE DETENÇÃO COM MORADOR <input type="checkbox"/> 85 - OUTRO MORADOR		
Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas. Se código 1 no quesito 1.08, siga para o quesito 2.01 Se código 5 no quesito 1.08, siga para o quesito 3.01 Se código 6 no quesito 1.08, siga para o quesito 4.01						
2 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO						
2.01 - ESTE DOMICÍLIO É:						
<input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - JÁ PAGO <input type="checkbox"/> 2 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - AINDA PAGANDO <input type="checkbox"/> 3 - ALUGADO			<input type="checkbox"/> 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR <input type="checkbox"/> 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA <input type="checkbox"/> 6 - OUTRA CONDIÇÃO			
2.011 - VALOR DO ALUGUEL R\$ <input type="text"/> ,00			Siga 2.02			
2.02 - O MATERIAL PREDOMINANTE NAS PAREDES EXTERNAS É:						
<input type="checkbox"/> 1 - ALVENARIA COM REVESTIMENTO <input type="checkbox"/> 2 - ALVENARIA SEM REVESTIMENTO <input type="checkbox"/> 3 - MADEIRA APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO (APARELHADA)		<input type="checkbox"/> 4 - TAIPA REVESTIDA <input type="checkbox"/> 5 - TAIPA NÃO REVESTIDA <input type="checkbox"/> 6 - MADEIRA APROVEITADA			<input type="checkbox"/> 7 - PALHA <input type="checkbox"/> 8 - OUTRO MATERIAL <input type="checkbox"/> 9 - SEM PAREDE	
Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas. Siga 2.03						
2.03 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive banheiro e cozinha)						
<input type="text"/>						
(Não considere como cômodo: corredores, varandas abertas, garagem e outros compartimentos para fins não residenciais) Siga 2.04						

<p>2.04 - QUANTOS CÔMODOS SERVEM DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES?</p> <p><input type="text" value="2"/></p> <p>§iga 2.06</p>	<p>2.05 - QUANTOS BANHEIROS DE USO EXCLUSIVO DOS MORADORES EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive os localizados no terreno ou na propriedade)</p> <p><input type="text" value="1"/></p> <p>BANHEIROS COM CHUVEIRO (OU BANHEIRA) E VASO SANITÁRIO (OU PRIVADA)</p> <p>(Se 8 ou mais de 8, registre 9. Se não existir registre 0 (zero)) (Se 0 (zero) siga 2.08. Caso contrário, passe ao 2.07)</p>
<p>2.06 - UTILIZA SANITÁRIO OU BURACO PARA DEJEIÇÕES, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE? (Cercado por paredes de qualquer material)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.07) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.08)</p> <p>Obs.: Dependendo da região do país, sanitário pode ser construído como: casinha, patente, latrina, privada, sentina, retrete, casa-de-força, oambone</p>	
<p>2.07 - O ESGOTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO É LANÇADO (JOGADO) EM:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL <input type="checkbox"/> 3 - FOSSA RUDIMENTAR <input type="checkbox"/> 5 - RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - FOSSA SÉPTICA <input type="checkbox"/> 4 - VALA <input type="checkbox"/> 6 - OUTRO</p> <p>§iga 2.08</p>	
<p>2.08 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO <input type="checkbox"/> 5 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA EM CISTERNA <input type="checkbox"/> 8 - OUTRA</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE <input type="checkbox"/> 6 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA DE OUTRA FORMA <input type="checkbox"/> 9 - POÇO OU NASCENTE NA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - POÇO OU NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE <input type="checkbox"/> 7 - RIOS, AÇÚDES, LAGOS E IGARAPÉS <input type="checkbox"/> 10 - POÇO OU NASCENTE FORA DA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - CARRO-PIPA</p> <p>Obs.: As categorias em negrito só foram disponibilizadas em setores de terras indígenas.</p> <p>§iga 2.08</p>	
<p>2.09 - NESTE DOMICÍLIO EXISTE ÁGUA CANALIZADA (ENCANADA)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, EM PELO MENOS UM CÔMODO <input type="checkbox"/> 2 - SIM, SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO <input type="checkbox"/> 3 - NÃO</p> <p>§iga 2.10</p>	
<p>2.10 - O LIXO DESTA DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA <input type="checkbox"/> 4 - ENTERRADO (Na propriedade) <input type="checkbox"/> 8 - JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA <input type="checkbox"/> 5 - JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO <input type="checkbox"/> 7 - TEM OUTRO DESTINO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - QUEIMADO (Na propriedade)</p> <p>§iga 2.11</p>	
<p>2.11 - EXISTE ENERGIA ELÉTRICA NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA → (Siga 2.12) <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE OUTRAS FONTES → (Passe ao 2.13) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO EXISTE ENERGIA ELÉTRICA → (Passe ao 2.13)</p>	
<p>2.12 - EXISTE MEDIDOR OU RELÓGIO NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE USO EXCLUSIVO <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE USO COMUM <input type="checkbox"/> 3 - NÃO TEM MEDIDOR OU RELÓGIO</p> <p>§iga 2.13</p>	
<p>NESTE DOMICÍLIO EXISTE:</p> <p>2.13 - RÁDIO (Inclusive integrado a outro tipo de aparelho)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.14</p> <p>2.14 - TELEVISÃO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.15</p> <p>2.15 - MÁQ. DE LAVAR ROUPA? (Não considerar tanquinho) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.16</p> <p>2.16 - GELADEIRA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.17</p> <p>2.17 - TELEFONE CELULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.18</p> <p>2.18 - TELEFONE FIXO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.19</p> <p>2.19 - MICROCOMPUTADOR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.20) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.21)</p> <p>2.20 - MICROCOMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.21</p> <p>2.21 - MOTOCICLETA PARA USO PARTICULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 2.22</p> <p>2.22 - AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO §iga 3.01</p>	

6		CARACTERÍSTICAS DO MORADOR	
8.00 - NOME DA PESSOA			
<input type="text"/>			Siga 8.01
8.01 - SEXO		8.02 - QUAL É O MÊS E O ANO DO SEU NASCIMENTO?	
<input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO (Siga 8.02) <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO		<input type="text"/> <input type="text"/> 8.021 - MÊS <input type="text"/> <input type="text"/> 8.022 - ANO <small>(Se mês ou ano em branco, siga 8.03) (Se mês e ano preenchidos, passe ao 8.04)</small>	
8.03 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2010?			
8.031 - UM ANO OU MAIS <input type="text"/>		8.032 - MENOS DE UM ANO <input type="text"/> MESES	
Siga 8.04			
8.04 - TEM MÃE VIVA? <small>(considere apenas mãe biológica)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 8.06) <input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO (Passe ao 8.08) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Passe ao 8.08) <input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE (Passe ao 8.08)			
8.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR			
<input type="text"/>			Siga 8.08
8.06 - A SUA COR OU RAÇA É:			
<input type="checkbox"/> 1 - BRANCA <input type="checkbox"/> 2 - PRETA <input type="checkbox"/> 3 - AMARELA <input type="checkbox"/> 4 - PARDA <input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 8.08) <small>(Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 8.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 8.12)</small>			
8.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 8.08) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 8.12)			
8.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE?			
<input type="text"/>			Siga 8.08
8.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? <small>(Considere também o uso da língua de sinais)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 8.10) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 8.11)			
8.10 - QUAL(ES)? <small>(ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)</small>			
8101 <input type="text"/>			
8102 <input type="text"/>			
Siga 8.11			
8.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? <small>(Considere também o uso da língua de sinais)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO			
Siga 8.12			
8.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO?			
<input type="text"/>			
<small>(Se tem até 10 anos de idade, siga 8.13. Caso contrário, passe ao 8.14)</small>			
PARA PESSOAS COM ATÉ 10 ANOS DE IDADE			
8.13 - TEM REGISTRO DE NASCIMENTO:			
<input type="checkbox"/> 1 - DO CARTÓRIO <input type="checkbox"/> 2 - DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO (DNV) DO HOSPITAL OU DA MATERNIDADE <input type="checkbox"/> 3 - REGISTRO ADMINISTRATIVO DE NASCIMENTO INDÍGENA (RANI) <small>(Somente para aquele que se declarar ou se considerar indígena)</small> <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM <input type="checkbox"/> 5 - NÃO SABE			
Siga 8.14			
DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS			
8.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? <small>(SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE			
Siga 8.15			
8.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? <small>(SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE			
Siga 8.16			
8.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? <small>(SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE			
Siga 8.17			
8.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, <input type="checkbox"/> 2 - NÃO			
Siga 8.18			

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	
<p>8.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe ao 8.27. Caso contrário, passe ao 8.28)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 8.23)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 8.19)</p>	
<p>8.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe ao 8.24)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 8.23)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 8.20)</p>	
<p>8.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 8.22)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 8.21)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - ESTRANGEIRO (Siga 8.21)</p>	
<p>8.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL?</p> <p>____ ANO</p> <p>Siga 8.22</p>	<p>8.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO</p> <p>____ 8.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>____ 8.223 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>Siga 8.23</p>
<p>8.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)</p> <p>____ Siga 8.24</p>	<p>8.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)</p> <p>____ (Se mora há menos de 10 anos, siga 8.25.)</p> <p>____ (Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 8.27)</p> <p>____ (Caso contrário, passe ao 8.28)</p> <p>NÚMERO DE ANOS</p>
<p>8.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO</p> <p>____ 8.251 - UF</p> <p>____ 8.253 - MUNICÍPIO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>____ 8.255 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>(Se no quesito 8.24 mora há menos de 5 anos e tem 5 anos ou mais de idade, siga 8.28)</p> <p>(Se no quesito 8.24 mora há 5 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 8.27)</p> <p>(Se tiver menos de 5 anos de idade, passe ao 8.28)</p>	
<p>8.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO</p> <p>____ 8.261 - UF</p> <p>____ 8.263 - MUNICÍPIO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>____ 8.265 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p>(Se tem 5 anos ou mais de idade, siga 8.27. Caso contrário, passe ao 8.28)</p>	
EDUCAÇÃO	
PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE	
<p>8.27 - SABE LER E ESCRIVER?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>Siga 8.28</p>	
PARA TODAS AS PESSOAS	
<p>8.28 - FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, PÚBLICA</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM, PARTICULAR</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (Passe ao 8.33)</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NUNCA FREQUENTOU (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 8.37. Caso contrário, passe ao 8.70)</p> <p>(Siga 8.29)</p>	
PARA PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE	
<p>8.29 - QUAL É O CURSO QUE FREQUENTA?</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - CRECHE</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA)</p> <p><input type="checkbox"/> 03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</p> <p><input type="checkbox"/> 05 - REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL (Siga 8.30)</p> <p><input type="checkbox"/> 06 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Passe ao 8.36)</p> <p><input type="checkbox"/> 07 - REGULAR DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 8.31)</p> <p><input type="checkbox"/> 08 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 8.36)</p> <p><input type="checkbox"/> 09 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO (Passe ao 8.32)</p> <p><input type="checkbox"/> 10 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS)</p> <p><input type="checkbox"/> 11 - MESTRADO</p> <p><input type="checkbox"/> 12 - DOUTORADO</p> <p>(Passe ao 8.35)</p>	

8.30 - QUAL É A SÉRIE/ANO QUE FREQUENTA? <input type="checkbox"/> 01 - PRIMEIRO ANO <input type="checkbox"/> 02 - PRIMEIRA SÉRIE/SEGUNDO ANO <input type="checkbox"/> 03 - SEGUNDA SÉRIE/TERCEIRO ANO <input type="checkbox"/> 04 - TERCEIRA SÉRIE/QUARTO ANO <input type="checkbox"/> 05 - QUARTA SÉRIE/QUINTO ANO <input type="checkbox"/> 06 - QUINTA SÉRIE/SEXTO ANO <input type="checkbox"/> 07 - SEXTA SÉRIE/SETIMO ANO <input type="checkbox"/> 08 - SÉTIMA SÉRIE/OITAVO ANO <input type="checkbox"/> 09 - OITAVA SÉRIE/NONO ANO <input type="checkbox"/> 10 - CURSO NÃO SERIADO <p style="text-align: center;">Passe ao 8.38</p>	
8.31 - QUAL É A SÉRIE QUE FREQUENTA? <input type="checkbox"/> 1 - PRIMEIRA SÉRIE <input type="checkbox"/> 2 - SEGUNDA SÉRIE <input type="checkbox"/> 3 - TERCEIRA SÉRIE <input type="checkbox"/> 4 - QUARTA SÉRIE <input type="checkbox"/> 5 - CURSO NÃO SERIADO <p style="text-align: center;">Passe ao 8.38</p>	
8.32 - JÁ CONCLUIU OUTRO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 8.35) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 8.38)	
PARA PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE, MAS JÁ FREQUENTOU	
8.33 - QUAL FOI O CURSO DE NÍVEL MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU? <input type="checkbox"/> 01 - CRECHE, PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA), CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA <input type="checkbox"/> 02 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS <input type="checkbox"/> 03 - ANTIGO PRIMÁRIO (ELEMENTAR) <input type="checkbox"/> 04 - ANTIGO GINÁSIO (MÉDIO 1º CICLO) <input type="checkbox"/> 05 - (da 1ª a 3ª série/do 1º ao 4º ano) <input type="checkbox"/> 06 - (4ª série/5º ano) <input type="checkbox"/> 07 - (da 5ª a 8ª série/do 6º ao 8º ano) <input type="checkbox"/> 08 - SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU <input type="checkbox"/> 09 - ANTIGO CIENTÍFICO, CLÁSSICO, ETC... (MÉDIO 2º CICLO) <input type="checkbox"/> 10 - REGULAR OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU <input type="checkbox"/> 11 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> 12 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS) <input type="checkbox"/> 13 - MESTRADO <input type="checkbox"/> 14 - DOUTORADO <p style="text-align: right;">(Siga 8.34)</p> <p style="text-align: right;">(Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 8.37) (Se tem menos de 10 anos de idade, passe ao 8.70)</p> <p style="text-align: right;">(Siga 8.34)</p>	
8.34 - CONCLUIU ESTE CURSO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO <p style="text-align: right;">(Se o(s) código(s) 12; 13 ou 14 no quesito 8.33, siga 8.35) (Se o código 11 no quesito 8.33 e o código 1 neste quesito, siga 8.35) (Se o código 11 no quesito 8.33 e o código 2 neste quesito, passe ao 8.37) (Se o(s) código(s) de 01 a 10 no quesito 8.33 e tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 8.37) (Se o(s) código(s) de 01 a 10 no quesito 8.33 e tem menos de 10 anos de idade, passe ao 8.70)</p>	
8.35 - QUAL É A ESPÉCIE DO CURSO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU? <input type="checkbox"/> 1 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> 2 - MESTRADO <input type="checkbox"/> 3 - DOUTORADO 8.361 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO 8.363 - MESTRADO 8.365 - DOUTORADO <p style="text-align: center;">(Se o código 1 ou 2 no quesito 8.28, siga 8.38. Caso contrário, passe ao 8.37)</p>	
DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)	
8.38 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)? <input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO - (Se tem 10 anos ou mais de idade, Passe ao 8.37. Caso contrário, passe ao 8.70) <input type="checkbox"/> 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> 3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO 8.381 - UF 8.383 - MUNICÍPIO 8.385 - PAÍS ESTRANGEIRO <p style="text-align: center;">(Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 8.37. Caso contrário, passe ao 8.70)</p>	

NUPCIALIDADE	
PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE	
8.37 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM - (Se mulher e tipo de setor igual a terra indígena, siga 8.38) (Se mulher, tipo de setor diferente de terra indígena e condição no domicílio de 04 a 18, siga 8.38. Caso contrário, passe ao 8.39) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO, MAS JÁ VIVEU ANTES (Passe ao 8.40) <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> <input type="checkbox"/> 3 - NUNCA VIVEU (Passe ao 8.40)	
8.38 - Nome do cônjuge ou companheiro(a)	
8.38 - QUAL É A NATUREZA DA UNIÃO? <input type="checkbox"/> 1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO <input type="checkbox"/> 2 - SO CASAMENTO CIVIL <input type="checkbox"/> 3 - SO CASAMENTO RELIGIOSO <input type="checkbox"/> 4 - UNIÃO CONSENSUAL <div style="text-align: right;">Siga 8.40</div>	
8.40 - QUAL É O ESTADO CIVIL? <input type="checkbox"/> 1 - CASADO(A) <input type="checkbox"/> 2 - DESQUITADO(A) OU SEPARADO(A) JUDICIALMENTE <input type="checkbox"/> 3 - DIVORCIADO(A) <input type="checkbox"/> 4 - VIÚVO(A) <input type="checkbox"/> 5 - SOLTEIRO(A) <div style="text-align: right;">Siga 8.41</div>	
TRABALHO E RENDIMENTO	
PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE	
NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA: 8.41 - TRABALHOU GANHANDO EM DINHEIRO, PRODUTOS, MERCADORIAS OU BENEFÍCIOS? BENEFÍCIOS: MORADIA, ALIMENTAÇÃO, TREINAMENTO, ETC. <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 8.45) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 8.42)	
NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010: 8.42 - TINHA ALGUM TRABALHO REMUNERADO DO QUAL ESTAVA TEMPORARIAMENTE AFASTADO(A)? (Férias, doença, licença, greve, falta, más condições do tempo, etc.) <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 8.45) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 8.43)	
NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA: 8.43 - AJUDOU SEM QUALQUER PAGAMENTO NO TRABALHO REMUNERADO DE MORADOR DO DOMICÍLIO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 8.45) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 8.44)	
NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA: 8.44 - TRABALHOU NA PLANTACÃO, CRIAÇÃO DE ANIMAIS OU PESCA, SOMENTE PARA ALIMENTAÇÃO DOS MORADORES DO DOMICÍLIO INCLUSIVE CAÇA, E EXTRAÇÃO VEGETAL. <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 8.48) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 8.44)	
8.45 - QUANTOS TRABALHOS TINHA? <input type="checkbox"/> 1 - UM <input type="checkbox"/> 2 - DOIS OU MAIS <div style="text-align: right;">Siga 8.46</div>	
Os quesitos de 8.46 a 8.49 devem referir-se ao trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência ATENÇÃO - Critérios para definir o trabalho principal na semana de referência: 1 - Maior número de horas normalmente trabalhadas por semana; 2 - Maior rendimento mensal habitual; 3 - Trabalho que possui há mais tempo.	
8.46 - QUAL ERA A OCUPAÇÃO QUE EXERCIA NO TRABALHO QUE TINHA? <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> <div style="text-align: right;">Siga 8.47</div>	
8.47 - QUAL ERA A ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (MEGOCÍDIO, FIRMA, EMPRESA, INSTITUIÇÃO, ENTIDADE, ETC.) EM QUE TINHA ESSE TRABALHO? <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> <div style="text-align: center;">(Se código 1 no quesito 8.44, passe ao 8.53. Caso contrário, siga 8.48)</div>	

<p>8.48 - NESSE TRABALHO ERA:</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - EMPREGADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - MILITAR DO EXÉRCITO, MARINHA, AERONÁUTICA, POLÍCIA MILITAR OU CORPO DE BOMBEIROS</p> <p><input type="checkbox"/> 03 - EMPREGADO PELO REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS</p> <p><input type="checkbox"/> 04 - EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA</p> <p><input type="checkbox"/> 05 - CONTA PRÓPRIA</p> <p><input type="checkbox"/> 06 - EMPREGADOR (Sigla 8.48)</p> <p><input type="checkbox"/> 07 - NÃO-REMUNERADO - (Se código 1 no quesito 8.46, passe ao 8.53) (Se código 2 no quesito 8.46, passe ao 8.50)</p>		<p>(Passe ao 8.61)</p> <p>(Passe ao 8.50)</p>
<p>8.49 - QUANTAS PESSOAS EMPREGAVA NESSE TRABALHO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - (1 A 5 PESSOAS)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - (6 OU MAIS PESSOAS)</p> <p>Sigla 8.50</p>		
<p>8.50 - ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL EM ALGUM TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, NO TRABALHO PRINCIPAL</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SIM, EM OUTRO TRABALHO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - NÃO</p> <p>Sigla 8.61</p>		
<p>8.61 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> 0 - NÃO TEM</p> <p>(Se código 1 no quesito 8.46, passe ao 8.53. Se código 2 no quesito 8.46, siga 8.52)</p>		<p>8.611 - R\$ _____,00</p>
<p>8.62 - NOS DEMAIS TRABALHOS, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> 0 - NÃO TEM</p> <p>Sigla 8.53</p>		<p>8.621 - R\$ _____,00</p>
<p>8.63 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUANTAS HORAS TRABALHAVA HABITUALMENTE POR SEMANA?</p> <p><input type="text" value=""/> <input type="text" value=""/> <input type="text" value=""/> HORAS</p> <p>Passe ao 8.58</p>		
<p>8.64 - NO PERÍODO DE 02 A 31 DE JULHO DE 2010 TOMOU ALGUMA PROVIDÊNCIA, DE FATO, PARA CONSEGUIR TRABALHO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Sigla 8.56)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 8.68)</p>		
<p>8.65 - SE TIVESSE CONSEGUIDO TRABALHO, ESTARIA DISPONÍVEL PARA ASSUMIR NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>Sigla 8.68</p>		
<p>EM JULHO DE 2010, TINHA RENDIMENTO MENSAL HABITUAL DE:</p>		
<p>8.66 - APOSENTADORIA OU PENSÃO DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>Sigla 8.67</p>		
<p>8.67 - PROGRAMA SOCIAL BOLSA-FAMÍLIA OU PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>Sigla 8.68</p>		
<p>8.68 - RENDIMENTO DE OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS OU DE TRANSFERÊNCIAS?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>Sigla 8.68</p>		<p>BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC/LOAS, DOAÇÃO OU MESADA DE NÃO MORADOR DO DOMÍLIO, PENSÃO ALIMENTÍCIA, SEGURO DESEMPREGO, BOLSA DE ESTUDO, OUTROS PROGRAMAS, ETC.</p>
<p>8.69 - OUTRAS FONTES (JUROS DE POUPANÇA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ALUGUEL, PENSÃO OU APOSENTADORIA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, ETC.)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>(Se do quesito 8.66 ao 8.68 houve pelo menos uma resposta "Sim", sigla 8.691. Caso contrário, veja comandos abaixo)</p>		<p>8.691 - EM JULHO DE 2010 QUAL FOI O VALOR TOTAL DESTES(S) RENDIMENTO(S)? R\$ _____,00</p>
<p>(Se assinalou código 1 ou 2 no quesito 8.46, siga 8.80) (Se assinalou código 1 no quesito 8.44, siga 8.80) (Caso contrário, se for mulher, passe ao 8.63. Se for homem, passe ao 8.70)</p>		

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO	
<p>8.80 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe ao 8.83. Se for homem, passe ao 8.70)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 8.81)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (Siga 8.801 e 8.803)</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border-top: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border-top: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <p style="text-align: center;">(Siga 8.81)</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (Siga 8.805)</p> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <p style="text-align: center;">8.805 - PAÍS ESTRANGEIRO</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS (Se for mulher, passe ao 8.83. Se for homem, passe ao 8.70)</p>	
<p>8.81 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 8.82) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se for mulher, Passe ao 8.83. Se for homem, Passe ao 8.70)</p>	
<p>8.82 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - ATÉ 05 MINUTOS <input type="checkbox"/> 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA <input type="checkbox"/> 5 - MAIS DE DUAS HORAS</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA</p> <p style="text-align: center;">(Se for mulher, siga 8.83. Se for homem, passe ao 8.70)</p>	
FECUNDIDADE	
PARA A MULHER DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE	
<p>8.83 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS VIVOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - TEVE FILHOS NASCIDOS VIVOS <input type="checkbox"/> 2 - NÃO TEVE FILHO NASCIDO VIVO (Passe ao 8.88)</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <p style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> 8.831 - HOMENS 8.832 - MULHERES (Siga 8.84) </p>	
<p>8.84 - DOS FILHOS E FILHAS QUE TEVE, QUANTOS ESTAVAM VIVOS EM 31 DE JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - FILHOS VIVOS EM 31/07/2010 <input type="checkbox"/> 2 - NÃO SABE O Nº DE FILHOS HOMENS E MULHERES VIVOS EM 31/07/2010</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <p style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> 8.841 - HOMENS 8.842 - MULHERES Siga 8.86 </p>	
<p>8.85 - QUAL É O SEXO DO ÚLTIMO FILHO TIDO NASCIDO VIVO ATÉ 31 DE JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO Siga 8.88</p>	
<p>8.86 - QUAL É O MÊS E O ANO DE NASCIMENTO DO(A) ÚLTIMO(A) FILHO(A) TIDO(A) NASCIDO(A) VIVO(A) ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? CASO NÃO SAIBA, PREENCHA APENAS O CAMPO COM A IDADE DESTES FILHOS.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <p style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> 8.861 - MÊS 8.862 - ANO 8.863 - IDADE DO FILHO EM 31/07/2010 </p> <p style="text-align: center;">Siga 8.87</p> <p style="font-size: small; margin-left: 500px;">O campo 8.863 somente será habilitado se os campos 8.861 ou 8.862 estiverem em branco</p>	
<p>8.87 - ESTE (A) FILHO (A) ESTAVA VIVO(A) EM 31 DE JULHO DE 2010?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 8.89) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 8.88) <input type="checkbox"/> 9 - NÃO SABE (Passe ao 8.89)</p>	
<p>8.88 - QUAL FOI O MÊS E O ANO QUE ESTE (A) FILHO(A) FALECEU?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SABE O MÊS E ANO OU SOMENTE O ANO <input type="checkbox"/> 2 - NÃO SABE</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <p style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> 8.881 - MÊS 8.882 - ANO </p> <p style="text-align: center;">Siga 8.88</p>	
<p>8.89 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS MORTOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? (DESTAÇÃO DE 7 MESES OU MAIS SEM NENHUM SINAL DE VIDA AO NASCER. NÃO INCLUIR ABORTOS)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - TEVE FILHO NASCIDO MORTO (Siga 8.891 a 8.893) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO SABE (Passe ao 8.70) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO SABE (Passe ao 8.70)</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <p style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> 8.891 - HOMENS 8.892 - MULHERES 8.893 - TOTAL (Siga 8.70) </p> <p style="font-size: x-small; margin-top: 5px;">(Comando especial: o sistema somente deverá habilitar o campo 8.893 se o quesito 0689 for igual a 1 e o(s) campo(s) 8.891 ou 8.892 estiver(em) em branco)</p>	

